



**AFRICA
EUROPE
FOUNDATION**

Grupo de Estratégia África-Europa sobre Governança dos Oceanos

**ROTEIRO PARA 2030:
Co-promover a Parceria Oceanos
África-Europa**

OUTUBRO DE 2024

Roteiro para 2030: Co-promover a Parceria Oceanos África-Europa

O presente relatório é o resultado do trabalho realizado pelo Grupo de Estratégia África-Europa sobre a Governança dos Oceanos desde julho de 2023. O Grupo é uma iniciativa da Direção-Geral dos Assuntos Marítimos e das Pescas da Comissão Europeia (DG MARE), em parceria com a Comissão da União Africana. A iniciativa é implementada pela Fundação África-Europa (AEF).

A principal recomendação do Grupo de Estratégia é a conceção, institucionalização e implementação de uma Parceria Oceanos África-Europa. Esta parceria consistiria 1) numa visão comum para uma relação de apoio mútuo centrada na partilha equilibrada dos benefícios através de processos inclusivos e equitativos, e 2) em resultados concretos para os dois continentes em matéria de política e ação no domínio dos oceanos, incluindo a economia azul. A parceria seria concebida para facilitar uma cooperação mais eficaz entre África e Europa em matéria de governação dos oceanos e de economia azul, com um foco na sustentabilidade, recuperação, regeneração e resiliência.

A Parceria Oceanos África-Europa contribuiria para promover uma visão e roteiro partilhados para uma colaboração otimizada, bem como reforçar as capacidades de África e da Europa através de intercâmbios e da compreensão conjunta dos respetivos desafios de desenvolvimento para um quadro de governação internacional dos oceanos consolidado e uma economia azul regenerativa.

Este documento reflete apenas as opiniões do Grupo de Estratégia África-Europa sobre Governança dos Oceanos, e a Comissão Europeia e a Comissão da União Africana não podem ser responsabilizadas por qualquer utilização que possa ser dada às informações aqui incluídas.



Financiado pela
União Europeia

Resumo executivo	5
Acrónimos	6
Definições	8
Introdução	9
Texto do roteiro	11
Objetivos	13
Ações estratégicas para estruturar e executar o roteiro	14
Domínios de intervenção prioritários	17
DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO 1: Governança dos oceanos	18
Atividade 1.1 Apoiar a coordenação inter-agências da África-Europa através do desenvolvimento de programas de grande dimensão, de longa duração e de grande impacto	20
Atividade 1.2 Partilhar as melhores práticas de negociação e apoio à implementação efetiva de tratados internacionais, convenções e objetivos de sustentabilidade	22
Atividade 1.3 Trocar abordagens eficazes para a implementação das Estratégias nacionais da economia azul	25
Atividade 1.4 Promover a transparência das pescas e a partilha equitativa dos benefícios	27
Atividade 1.5 Facilitar o diálogo referente a preocupações sobre o acesso ao mar e o aproveitamento dos recursos aquáticos internos dos países	29
Atividade 1.6 Elevar a igualdade de género e a participação das mulheres e dos jovens no setor marítimo	30
Atividade 1.7 Melhorar as condições de trabalho e a proteção social dos marinheiros e dos trabalhadores portuários	32
DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO 2: Partilha de capacidades	35
Atividade 2.1 Facilitar a partilha de experiências sobre o desenvolvimento da política da economia azul e a política oceânica emergente	37
Atividade 2.2 Promover o ordenamento do espaço marítimo (OEM), incluindo a monitorização e a contabilidade da economia azul.	38
Atividade 2.3 Reforçar e estruturar uma rede África-Europa de instituições de investigação e ensino para a governação dos oceanos e a economia azul	40
Atividade 2.4 Acelerar o desenvolvimento de uma literacia generalizada	43
Atividade 2.5 Reforçar e desenvolver a capacidade partilhada entre África-Europa para a governação dos oceanos e a economia azul regenerativa	44
DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO 3: Financiamento e investimento	47
Atividade 3.1 Contribuir para a elaboração conjunta de um Roteiro África-Europa para o Financiamento Azul	49
Atividade 3.2 Promover a criação de novos mecanismos financeiros para os oceanos e a economia azul	50
Atividade 3.3 Acelerar o investimento em grandes projetos nacionais e regionais de economia azul	52
Atividade 3.4 Facilitar a criação e a operacionalização de bancos regionais para o desenvolvimento da economia azul internacional	54
Atividade 3.5 Lançamento de fóruns empresariais anuais entre África-Europa para a economia azul	56
CONCLUSÃO	58
AGRADECIMENTOS	60
PLANO DE AÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DO ROTEIRO	62

Roteiro para 2030: Co-promover a Parceria Oceanos África-Europa

Domínio de intervenção 1
Governança dos oceanos



Domínio de intervenção 2
Partilha de capacidades



Domínio de intervenção 3
Financiamento e investimento



Atividade 1.1
Apoiar a coordenação inter-agências da África-Europa através do desenvolvimento de programas de grande dimensão, de longa duração e de grande impacto
Duração: 2024-2030
Prioridade: elevada

Atividade 1.5
Facilitar o diálogo sobre o acesso ao mar e o aproveitamento dos recursos aquáticos internos dos países
Duração: 2024-2030
Prioridade: baixa

Atividade 1.3
Trocar abordagens eficazes para a implementação das Estratégias nacionais da economia azul
Duração: 2024-2030
Prioridade: média

Atividade 1.6
Elevar a igualdade de género e a participação das mulheres e dos jovens no setor marítimo
Duração: 2024-2028
Prioridade: elevada

Atividade 2.1
Facilitar a partilha de experiências sobre o desenvolvimento da política da economia azul e a política oceânica emergente
Duração: 2024-2028
Prioridade: elevada

Atividade 2.2
Promover o ordenamento do espaço marinho (OEM), bem como a monitorização e a responsabilização da economia azul
Duração: 2024-2030
Prioridade: elevada

Atividade 2.4
Acelerar o desenvolvimento de uma literacia generalizada
Duração: 2024-2027
Prioridade: elevada

Atividade 3.1
Contribuir para a elaboração conjunta de um Roteiro África-Europa para o Financiamento Azul
Duração: 2024-2026
Prioridade: elevada

Atividade 3.3
Acelerar o investimento em grandes projetos nacionais e regionais de economia azul regenerativa
Duração: 2024-2030
Prioridade: elevada

Atividade 3.5
Lançamento de fóruns empresariais anuais entre África-Europa para a economia azul
Duração: 2024-2026
Prioridade: baixa

Atividade 1.2
Partilhar as melhores práticas de negociação e implementação efetiva de tratados internacionais, convenções e objetivos de sustentabilidade
Duração: 2024-2030
Prioridade: média

Atividade 1.4
Promover a transparência das pescas e a partilha equitativa dos benefícios
Duração: 2024-2025
Prioridade: elevada

Atividade 1.7
Melhorar as condições de trabalho e a proteção social dos marinheiros e dos trabalhadores portuários
Duração: 2024-2027
Prioridade: elevada

Atividade 2.3
Reforçar e estruturar uma rede África-Europa de instituições de investigação e ensino para a governação dos oceanos e a economia azul
Duração: 2024-2027
Prioridade: média

Atividade 2.5
Reforçar e desenvolver a capacidade partilhada entre África-Europa para a governação dos oceanos e a economia azul regenerativa
Duração: 2024-2027
Prioridade: elevada

Atividade 3.2
Promover a criação de novos mecanismos financeiros para os oceanos e a economia azul
Duração: 2024-2028
Prioridade: elevada

Atividade 3.4
Facilitar a criação e a operacionalização de bancos regionais para o desenvolvimento da economia azul internacional
Duração: 2024-2030
Prioridade: média



Financiado pela União Europeia

Legenda:

--- Centro UA-UE para a resiliência, regeneração e recuperação azul (B3R-Hub)

Resumo executivo

Reconhecendo a crescente importância global do oceano, tanto a União Africana (UA) como a União Europeia (UE) reconheceram a necessidade imperativa de obter avanços na governação dos oceanos e na economia azul sustentável nos respetivos continentes e na relação entre os mesmos. No entanto, o potencial da governação dos oceanos, incluindo a economia azul como pilar das relações África-Europa, continua em grande parte por explorar, representando uma oportunidade desperdiçada para alcançar o objetivo de desenvolvimento sustentável relacionado com os oceanos (ODS14) e implementar a Agenda 2030 da ONU como um todo.

Neste contexto, o Grupo de Estratégia África-Europa para a Governação dos Oceanos apela ao desenvolvimento de uma Parceria Oceanos África-Europa estruturada, formal e ambiciosa (ver definição abaixo), que englobe a Governação dos oceanos e a Economia azul. Essa parceria teria por objetivo promover práticas sustentáveis e regenerativas da economia azul a nível nacional, regional e continental, juntamente com a aplicação de mecanismos sólidos de governação dos oceanos para apoiar esses esforços.

A Parceria Oceanos África-Europa centrar-se-ia na compreensão das atuais tendências dos oceanos, tais como a perda de biodiversidade, as alterações climáticas, a poluição e o declínio dos recursos naturais, e na integração da sustentabilidade, recuperação, resiliência e regeneração nos quadros de governação dos oceanos e da economia azul dos parceiros colaboradores. O trabalho do Grupo de Estratégia África-Europa sobre a Governação dos Oceanos contribuiu para esta visão comum e apresentou um roteiro para concretizar e operacionalizar plenamente o reforço proposto da Parceria Oceanos África-Europa. O roteiro desenvolvido pelo grupo de estratégia reconhece a importância da partilha de conhecimentos, do alinhamento das políticas e da ação conjunta. Pretende igualmente ultrapassar os modelos tradicionais de ajuda ao desenvolvimento, que têm frequentemente favorecido abordagens unilaterais, e defende, em vez disso, estratégias mais equitativas, de responsabilidade coletiva e de colaboração, em que tanto a África como a Europa contribuem com soluções.

O roteiro proposto baseia-se nas prioridades de desenvolvimento comuns e nos principais eixos de trabalho

identificados para uma Parceria Oceanos África-Europa reforçada, nomeadamente (1) governação dos oceanos, (2) partilha de capacidades e (3) financiamento e investimento. Destaca atividades que ajudam a converter estas prioridades em propostas e iniciativas concretas, bem como a alinhar e harmonizar políticas para o desenvolvimento da governação dos oceanos e da economia azul em África e na Europa.

Para maximizar a eficácia da Parceria Oceanos África-Europa proposta, superar os desafios e assegurar a realização das ações previstas na visão comum para a governação dos oceanos e a economia azul em África e na Europa, o roteiro sugere ações facilitadoras para promover uma parceria eficaz. Também delinea ações específicas para facilitar a cooperação e colaboração contínuas, definindo ações para estruturar e executar o roteiro. Além disso, o roteiro propõe a criação de um Centro de resiliência, regeneração e recuperação azul UA-UE (B3R-Hub) para funcionar como uma plataforma e um elo de comunicações e de ligação em rede. O B3R-Hub servirá também como órgão de mediação para as partes interessadas que participem no desenvolvimento dos oceanos e da economia azul no âmbito da Parceria Oceanos África-Europa. O custo total estimado da execução de todas as atividades de desenvolvimento descritas no roteiro ascende a 7,9 milhões de euros (governação dos oceanos: 2,2 milhões de euros; partilha de capacidades: 2,95 milhões de euros; financiamento e investimento: 2,75 milhões de euros).

Ao reforçar as capacidades dos parceiros através de intercâmbios e de uma compreensão partilhada dos respetivos desafios de desenvolvimento, o roteiro poderá facilitar uma cooperação cada vez mais eficaz entre África e Europa em matéria de governação dos oceanos e de desenvolvimento sustentável da economia azul em toda a África e Europa. A plena operacionalização da Parceria Oceanos África-Europa constitui uma oportunidade fundamental para impulsionar a dinâmica política e a coerência antes dos principais eventos políticos internacionais. Mas seria necessário que os países parceiros, os programas e as instituições se empenhassem, colaborassem e contribuíssem para uma visão comum África-Europa da governação dos oceanos e do desenvolvimento de uma economia azul regenerativa.

Acrónimos

ABES	Estratégia de economia azul em África
AEF	Fundação África-Europa
AFD	Agence Française de Développement (Agência francesa de desenvolvimento)
AMP	Área marinha protegida
APPS	Acordos de parceria no domínio da pesca sustentável
ARBE	Departamento de Agricultura, Desenvolvimento Rural, Economia Azul e Ambiente Sustentável da UA
AUDA-NEPAD	Agência de Desenvolvimento da União Africana – NEPAD
B3R-Hub	Centro África-Europa para a resiliência, regeneração e recuperação azul
BBNJ	Biodiversidade das zonas não sujeitas à jurisdição nacional
CBAM	Mecanismo comunitário de ajuste das emissões de carbono nas fronteiras da UE
CER	Comunidades Económicas Regionais (África)
COE	Centro de excelência
COP	Conferência das Partes (ver CQNUAC)
CQNUAC	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas
DG MARE	Direção-Geral dos Assuntos Marítimos e das Pescas da Comissão Europeia
EA	Economia azul
EAU	Emirados Árabes Unidos
FMI	Fundo Monetário Internacional
GO	Governança dos oceanos
MCSCC	Centro de coordenação de monitorização, controlo e vigilância
MoU	Memorando de entendimento
NDICI	Instrumento de Vizinhança, de Cooperação para o Desenvolvimento e de Cooperação Internacional – Europa Global
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OEM	Ordenamento do espaço marinho
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMI	Organização Marítima Internacional
ONU	Nações Unidas
ORGP	Organização Regional de Gestão das Pescas
Pesca INN	Pesca ilegal, não declarada e não regulamentada
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PNUMA-FI	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – Iniciativa de Financiamento
PPP	Parceria Público-Privada

SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
STYMP	Segundo plano decenal de implementação da Agenda 2063 da União Africana
UA	União Africana
UA-IIRA	Instituto Interafricano de Recursos Animais da União Africana
UE	União Europeia
UNECA	Comissão Económica das Nações Unidas para África
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNOC	Conferência dos Oceanos das Nações Unidas
UNOC3	Conferência dos Oceanos das Nações Unidas 3 (prevista para 2025)
UNSG	Secretário-Geral das Nações Unidas

Definições

Economia azul regenerativa	Um modelo económico que se concentra tanto na recuperação como na melhoria da saúde dos ecossistemas aquáticos, costeiros e marinhos, com processos e resultados equitativos e inclusivos. Vai além da sustentabilidade, melhorando ativamente os ambientes naturais através da recuperação de ecossistemas degradados, reduzindo os resíduos através de abordagens de economia circular e de baixo teor de carbono e melhorando a prestação de serviços ecossistémicos, reconhecendo o valor de ecossistemas saudáveis para o funcionamento da economia. Reconhece igualmente a importância da partilha de conhecimentos, do alinhamento das políticas e da ação conjunta para atingir os seus objetivos. Visa igualmente transcender os modelos tradicionais de ajuda ao desenvolvimento e defender abordagens mais equitativas e colaborativas em que tanto a África como a Europa contribuam com soluções.
Parceria Oceanos África-Europa	Uma visão comum para uma parceria de apoio mútuo que se centra na partilha equilibrada dos benefícios através de processos inclusivos e equitativos, e em resultados para os dois continentes em matéria de política e ação no domínio dos oceanos, incluindo a economia azul. A parceria seria concebida para facilitar uma cooperação mais eficaz entre África e Europa em matéria de governação dos oceanos e de economia azul, com um foco na sustentabilidade, recuperação, regeneração e resiliência. A Parceria Oceanos África-Europa contribuiria para promover uma visão e roteiro partilhados para uma colaboração otimizada, bem como reforçar as capacidades de África e da Europa através de intercâmbios e da compreensão conjunta dos respetivos desafios de desenvolvimento para um quadro de governação internacional dos oceanos consolidado e uma economia azul regenerativa.
Recuperação	Centra-se no regresso de um ecossistema degradado ou danificado ao seu estado original, anterior à perturbação, com o objetivo de restabelecer a sua estrutura, função e serviços históricos. Implica frequentemente ações específicas para reparar os danos e restabelecer o equilíbrio ecológico.
Regeneração	O processo de renovação e revitalização dos ecossistemas, não apenas recuperando o seu estado original, mas melhorando a sua saúde, resiliência e capacidade de prosperar e de se adaptar a pressões variáveis. Envolve atividades que apoiam a capacidade natural dos ecossistemas para se restaurarem e melhorarem, tais como a promoção da biodiversidade, a melhoria da qualidade dos solos e da água e a promoção de práticas sustentáveis que contribuam para a saúde e a produtividade ecológicas a longo prazo.
Resiliência	A capacidade de um ecossistema, sistema económico ou comunidade para resistir e recuperar de perturbações, tais como catástrofes naturais, alterações climáticas ou choques económicos. Envolve a capacidade de adaptação, transformação e recuperação após acontecimentos adversos, mantendo as funções e estruturas essenciais. Os sistemas resilientes são robustos, flexíveis e capazes de aprender e evoluir em resposta a condições variáveis.
Sustentabilidade	A capacidade de satisfazer as necessidades atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades. Centra-se na manutenção do equilíbrio ecológico, na conservação dos recursos e na garantia da saúde ambiental e da viabilidade económica a longo prazo. As práticas sustentáveis visam minimizar os impactos negativos no ambiente, promovendo simultaneamente o bem-estar social e económico.

Introdução

A importância dos oceanos é cada vez mais reconhecida à escala mundial em termos de desenvolvimento sustentável para todos, equilíbrio geopolítico, manutenção das cadeias de abastecimento mundiais, segurança alimentar, alterações climáticas e na resposta a desafios ambientais e climáticos duradouros. A cooperação Norte-Sul é, desta forma, crucial para tirar partido dos oceanos em benefício mútuo à escala intercontinental e mundial. Uma Parceria Oceanos África-Europa constituiria uma oportunidade de desenvolvimento fundamental para impulsionar a dinâmica política e reforçar a cooperação estratégica em matéria de governação dos oceanos a nível transcontinental e mundial, abordando questões controversas e assegurando que o tema dos oceanos constitui uma plataforma sólida para um maior multilateralismo. Deveria também estar relacionada com o desenvolvimento de políticas e ações que combinem a utilização sustentável das oportunidades socioeconómicas e incluam a proteção ambiental como uma questão fundamental.

Isto inclui trabalhar no sentido de uma Parceria Oceanos África-Europa comum rumo a 2030 e mais além. Em conformidade com as aspirações a longo prazo dos dois continentes (2050/2063), o objetivo seria informar os decisores em África e na Europa sobre a necessidade de investir na governação dos oceanos e numa economia azul sustentável para uma cooperação reforçada, oportunidades de emprego, geração de receitas, crescimento positivo em termos de clima e biodiversidade, e posicionar África e a Europa como motores de uma ambiciosa agenda global dos oceanos.

Uma Parceria Oceanos África-Europa reforçada poderá ser apoiada por eventos-chave em África-Europa e internacionais, como a próxima reunião ministerial UA-UE (Bélgica), a BlueInvest Africa (Togo), a 8.ª reunião ministerial OACPS sobre pescas e oceanos (Tanzânia), a Cimeira do Futuro das Nações Unidas (Estados Unidos), a 2.ª edição da Cimeira Azul de África (Marrocos), a COP 29 da CQ-NUAC (Azerbaijão), a 7.ª Cimeira UA-UE (África), o Fórum de Financiamento da Economia Azul – BEFF (Mónaco) e a 3.ª Conferência dos Oceanos das Nações Unidas (França).

A governação dos oceanos permaneceu, durante muito tempo, uma dimensão subvalorizada das relações África-Europa e é vista como uma oportunidade perdida para fazer avançar uma agenda ambiciosa de governação dos oceanos. É reconhecido com grande preocupação o facto de menos de 1% do financiamento da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) ser atribuído ao desenvolvimento dos oceanos a nível internacional, com o ODS 14:

Proteger a vida marinha é o objetivo mais subfinanciado de todos os ODS, com apenas 0,68% do financiamento total dos ODS atribuído em 2021. No contexto de África, estima-se que 3% da APD em 2021 tenham sido canalizados para o ODS 14. O financiamento insuficiente, mal atribuído e mal gerido é um dos principais desafios que as nações enfrentam para facilitar a conservação e a utilização sustentável dos recursos marinhos, entre os quais os países de baixo e médio rendimento continuam, entre outros, a enfrentar os desafios do acesso ao financiamento a um custo acessível.

Tem havido uma integração limitada das preocupações relativas à economia azul e à governação dos oceanos no contexto das relações institucionais entre a União Africana (UA) e a União Europeia (UE), e o contexto da Parceria África-Europa sobre a Governação dos Oceanos e a Economia Azul constitui uma oportunidade fundamental para novos progressos a este respeito, especialmente tendo em conta os novos ciclos políticos das comissões de ambas as instituições. Tanto a UA como a UE reconhecem a necessidade de progresso na governação dos oceanos, tendo simultaneamente em conta as oportunidades socioeconómicas em diferentes níveis de desenvolvimento nos continentes africano e europeu. A estratégia global da UE para África, adotada em março de 2020, a comunicação da UE sobre a governação internacional dos oceanos e uma nova abordagem para uma economia azul sustentável e o segundo plano de execução decenal da UA (STYMP), recentemente adotado, apontam para a necessidade de aumentar os investimentos na governação dos oceanos, incluindo a pesca sustentável e a economia azul. Identificam o domínio como uma área de cooperação entre a África e a Europa. No entanto, uma potencial parceria sobre os oceanos e a economia azul esteve ausente dos principais diálogos e conclusões da 6.ª Cimeira de Chefes de Estado da UE e da UA (realizada em fevereiro de 2022); e representou também o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável menos financiado no âmbito da Agenda 2030. Tendo em conta as paisagens marítimas partilhadas entre África e a Europa, a saúde dos oceanos é da nossa responsabilidade comum e a gestão adequada dos recursos marinhos em todo o mundo é essencial. Continua a ser fundamental que os dois continentes se alinhem, trabalhem em conjunto, procurem o entendimento mútuo e desbloqueiem oportunidades para integrar o oceano e a economia azul na sua parceria.

Neste contexto, a Comissão Europeia decidiu criar um Grupo de Estratégia África-Europa sobre Governação dos Oceanos. O Grupo foi criado em parceria com a Comissão da União Africana e facilitado pela Fundação

África-Europa (AEF) para reforçar a compreensão e as capacidades de cooperação de África e da Europa, estabelecendo uma visão conjunta e mutuamente benéfica para 2030 para os dois continentes relativamente à governação dos oceanos e à economia azul.

Consequentemente, o Grupo de Estratégia definiu um “Roteiro para 2030: Co-promover a Parceria Oceanos África-Europa” que é resultado de um processo de trabalho inclusivo e multidisciplinar. O Roteiro procura aumentar o

nível de compreensão entre os dois continentes, expandir a partilha de conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades e aumentar a dinâmica em torno da governação dos oceanos a nível transcontinental e mundial, de modo a alcançar e implementar as aspirações europeias e africanas, incluindo a Agenda 2030 das Nações Unidas e o seu Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14 (Proteger a vida marinha), bem como outros objetivos relacionados com os oceanos.

Grupo de Estratégia África-Europa sobre Governação dos Oceanos

A criação do Grupo de Estratégia África-Europa sobre Governação dos Oceanos, composto por várias partes interessadas, representa um resultado concreto no âmbito da parceria renovada entre África e Europa. Composto por uma grande variedade de membros e observadores ativos de África e Europa, e co-presidida por duas personalidades eminentes, a Embaixadora Nancy Karigithu e Pascal Lamy, a criação do Grupo de Estratégia África-Europa sobre Governação dos Oceanos pode ser vista como um contributo para o reforço da parceria transcontinental.

Impulsionado por um mandato partilhado pelas duas instituições, o Grupo de Estratégia África-Europa sobre Governação dos Oceanos é uma iniciativa implementada pela Fundação África-Europa e liderada pela Direção-Geral dos Assuntos Marítimos e das Pescas da Comissão Europeia (DG MARE), em parceria com a Comissão da União Africana.

O principal objetivo do Grupo de Estratégia é promover uma cooperação mais estreita entre a África e a Europa em matéria de governação dos oceanos, com base e em complemento do trabalho já realizado e em curso. Com base no seu mandato, o Grupo de Estratégia trabalha para reforçar as capacidades de compreensão e cooperação de África e da Europa, criando uma plataforma conjunta de intercâmbio e aprendizagem e uma visão mutuamente benéfica para os dois continentes no domínio dos oceanos.

Procura aumentar o nível de compreensão entre os dois continentes, expandir a partilha de conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades e aumentar a dinâmica em torno da governação dos oceanos a nível transcontinental e mundial, de modo a alcançar e implementar as aspirações da UE e da UA, bem como a Agenda 2030 das Nações Unidas e o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14 (Proteger a vida marinha).

Objetivos do Grupo de Estratégia África-Europa sobre Governação dos Oceanos:

- Facilitar o diálogo entre as várias partes interessadas (com a participação de 30 peritos nos debates dos grupos de trabalho e das vertentes de trabalho), catalisar a colaboração e desbloquear oportunidades que possam transformar o diálogo em boa vontade, com potenciais oportunidades e desenvolvimento socioeconómico associados, centrados na governação dos oceanos, na economia azul sustentável e nas estratégias ou iniciativas das bacias marítimas.
- Contribuir para reformular a Parceria Oceanos África-Europa a nível continental e na arena internacional, começando a nível institucional (UA-UE) – incluindo as próximas presidências do Conselho da UE e da UA, e explorar vias para uma ação coletiva reforçada.
- Identificar um conjunto de ações que possam impulsionar uma sólida Parceria Oceanos África-Europa, apresentando soluções práticas no terreno e aproveitando os resultados de programas anteriores e em curso financiados pela UE e de iniciativas africanas sobre a governação dos oceanos e a economia azul em África.
- Abrir uma nova reflexão política sobre os oceanos, explorando tanto os temas controversos que atualmente fazem descarrilar a parceria, como a previsão estratégica para criar uma visão comum para ambos os continentes até 2030, com um conjunto de propostas/iniciativas necessárias para lá chegar.
- Assegurar que os ensinamentos deste trabalho são dirigidos aos responsáveis políticos e à comunidade África-Europa em geral e associar os principais intervenientes no desenvolvimento para transformar os resultados do diálogo em influência política e implementação operacional.

O roteiro propõe-se a fazer avançar o desenvolvimento da economia azul regenerativa às escalas nacional, regional e continental e, simultaneamente, aplicar mecanismos eficazes de governação dos oceanos que contribuam para este objetivo. Uma economia azul regenerativa é mais progressiva do que as abordagens existentes da economia azul ou da economia azul sustentável, uma vez que dá prioridade à recuperação e revitalização dos ecossistemas aquáticos e marinhos, em vez de se limitar a manter o seu estado atual. Enquanto uma economia azul sustentável se centra na utilização responsável e na conservação dos recursos aquáticos e marinhos para garantir a sua disponibilidade para as gerações futuras, uma abordagem regenerativa procura ativamente melhorar a saúde e a resiliência dos ambientes através de iniciativas que recuperem habitats danificados, aumentem a biodiversidade e criem um impacto positivo líquido nos ecossistemas, conduzindo, em última análise, a economias e sociedades mais robustas e resilientes. Reconhece a necessidade de promover uma governação dos oceanos eficaz e está empenhada em investir nas economias azuis dos continentes africano e europeu, através

de uma parceria de apoio mútuo assente nos princípios da sustentabilidade, recuperação, regeneração e resiliência.

O roteiro baseia-se nas tendências atuais dos oceanos para responder às alterações climáticas, à perda de biodiversidade, à poluição e ao esgotamento dos recursos, e integra os conceitos de recuperação, regeneração e resiliência na economia azul e nas estruturas de governação dos oceanos dos seus parceiros, incorporando-os em ações destinadas a melhorar os quadros políticos, as práticas de gestão e o planeamento estratégico. Este objetivo pode ser alcançado através de vários mecanismos, tais como reformas regulamentares, incentivos a práticas sustentáveis e esforços de colaboração com as partes interessadas. Reconhece igualmente a importância da partilha de conhecimentos, do alinhamento das políticas e da ação conjunta para atingir os seus objetivos. O seu objetivo é transcender os modelos tradicionais de ajuda ao desenvolvimento e defender abordagens mais equitativas e colaborativas em que tanto a África como a Europa contribuam com conhecimentos tradicionais e soluções inovadoras.

Contexto do roteiro

Através do relatório interino estratégico da Fase 1, o Grupo elaborou um relatório intercalar e consolidou os resultados da primeira série de reuniões e investigação do Grupo de Estratégia. Identificou domínios de intervenção prioritários comuns e fluxos de trabalho de ação potencial, desafios, oportunidades e recomendações para reforçar a parceria oceânica entre os dois continentes. O relatório da Fase 1, que abriu caminho para o Plano de Ação (também referido como o “Roteiro”), discutiu as principais ideias e recomendações, incluindo dimensões estratégicas, considerações políticas e recomendações acionáveis para reforçar a Parceria África-Europa sobre a governação dos oceanos e a economia azul.

O roteiro baseia-se nas prioridades comuns e nos principais fluxos de trabalho identificados para uma cooperação reforçada entre a África e a Europa, no âmbito da uma Parceria Oceanos África-Europa proposta. Destaca atividades que ajudam a converter as prioridades identificadas em propostas e iniciativas concretas, bem como a alinhar e harmonizar políticas para o desenvolvimento da governação dos oceanos e da economia azul em África e na Europa. O Grupo de Estratégia África-Europa sobre Governação dos Oceanos, na sequência de um proces-

so consultivo multilateral, identificou três domínios de intervenção prioritários para fazer avançar os resultados da política dos oceanos e as ideias transformadoras a curto e longo prazo: (1) Governação dos oceanos, (2) Partilha de capacidades e (3) Financiamento e investimento.

No seu esforço para reforçar a compreensão e as capacidades de cooperação de África e da Europa, estabelecendo uma visão conjunta e mutuamente benéfica para 2030 para os dois continentes sobre a governação dos oceanos e a economia azul, o Grupo de Estratégia recomenda a formalização de uma Parceria Oceanos África-Europa.

A Parceria Oceanos África-Europa consiste numa visão comum para uma parceria de apoio mútuo que se centra na partilha equilibrada dos benefícios através de processos inclusivos e equitativos, e em resultados para os dois continentes em matéria de política e ação no domínio dos oceanos, incluindo a economia azul. A parceria seria concebida para facilitar uma cooperação mais eficaz entre África e Europa em matéria de governação dos oceanos e de economia azul, com um foco na sustentabilidade, recuperação, regeneração e resiliência.

A Parceria Oceanos África-Europa promoverá um ambiente de respeito mútuo e de aprendizagem em colaboração, assegurando que os benefícios de uma melhor governação dos oceanos e o desenvolvimento sustentável de uma economia azul sejam partilhados de forma responsável para benefício dos dois continentes e do oceano, um bem público mundial.

Com o seu roteiro, o Grupo de Estratégia procura abordar questões controversas que afetam a parceria África-Europa sobre a governação dos oceanos e a economia azul. Como tal, o Grupo de Estratégia apela a uma cooperação mais institucionalizada entre a África e a Europa em questões relacionadas com o oceano e a economia azul e propõe ações para criar um ambiente mais favorável a uma Parceria Oceanos África-Europa sólida.

Objetivos

- 1. Objetivo do Grupo de Estratégia África-Europa sobre Governação dos Oceanos:** O Grupo de Estratégia tem por objetivo reforçar a compreensão e as capacidades de cooperação de África e da Europa, estabelecendo uma visão conjunta e mutuamente benéfica, sob a forma de uma Parceria Oceanos África-Europa sólida, até 2030, para os dois continentes em matéria de governação dos oceanos e economia azul.
- 2. Objetivo do roteiro:** O presente roteiro fornece um plano de ação às autoridades de direção do Grupo de Estratégia África-Europa sobre Governação dos Oceanos, nomeadamente a Direção-Geral dos Assuntos Marítimos e das Pescas da Comissão Europeia (DG MARE) e a Comissão da União Africana, para a realização da Parceria Oceanos África-Europa, facilitada através do B3R-Hub, no âmbito de três domínios de intervenção prioritários: (1) Governação dos oceanos, (2) Partilha de capacidades e (3) Financiamento e investimento. Este documento aborda igualmente várias medidas para o desenvolvimento de um ambiente propício para facilitar a colaboração contínua entre a África e a Europa e para executar o roteiro.
- 3. Objetivo da Parceria Oceanos África-Europa:** Fazer avançar uma visão conjunta para uma parceria de apoio mútuo que se centra na partilha equilibrada dos benefícios através de processos inclusivos e equitativos, e em resultados para os dois continentes em matéria de política e ação no domínio dos oceanos, incluindo a economia azul. As ações no âmbito da Parceria Oceanos África-Europa deverão ser concebidas para facilitar uma cooperação mais eficaz entre África e Europa em matéria de governação dos oceanos e de economia azul, com um foco na sustentabilidade, recuperação, regeneração e resiliência. Neste seu esforço, a Parceria Oceanos África-Europa contribuiria para promover uma visão e roteiro partilhados para uma colaboração otimizada, bem como para reforçar as capacidades de África e da Europa através de intercâmbios e da compreensão conjunta dos respetivos desafios de desenvolvimento para reforçar um quadro de governação internacional dos oceanos e a economia azul regenerativa.

Benefícios comuns da adoção do “Roteiro para 2030: Co-promover a Parceria Oceanos África-Europa”

- O roteiro serve de instrumento para alargar a parceria África-Europa a novos e diversos intervenientes, aprofundando áreas concretas de cooperação, com o objetivo de desbloquear oportunidades latentes e de intensificar as atividades existentes, bem como de abrir espaço para uma nova reflexão política e para ações conjuntas sustentáveis a longo prazo.
- O roteiro demonstra que a governação dos oceanos e a economia azul representam um domínio estratégico de cooperação que tem sido largamente negligenciado – tanto a nível multilateral como no âmbito da Parceria UE-UA – mas que continua a ser fundamental para acelerar a ação global em matéria de clima e biodiversidade e o desenvolvimento socioeconómico.
- O roteiro evidencia o impacto de um primeiro projeto deste tipo, “para co-conceber uma plataforma de várias partes interessadas da África-Europa dedicada à governação dos oceanos e à economia azul”. Fundamenta igualmente a estratégia preexistente, evidenciando uma série de propostas/atividades destinadas a aumentar significativamente o alcance, a visibilidade e o impacto político da cooperação UE-África no domínio dos oceanos.
- O roteiro demonstra como a criação do Grupo de Estratégia África-Europa fez avançar o processo de integração da governação dos oceanos e da economia azul no diálogo UA-UE. O roteiro fornece um repositório de soluções para um impacto significativo a nível nacional, transcontinental e multilateral.
- O roteiro demonstra que, trabalhando em conjunto, a UE e África podem desenvolver e aplicar políticas e práticas mais eficazes para garantir a saúde e a produtividade a longo prazo dos ecossistemas oceânicos. A colaboração na governação dos oceanos pode melhorar a conservação e a gestão sustentável dos recursos marinhos. Isto inclui a gestão das pescas, a conservação da biodiversidade marinha e o combate à poluição e aos impactos das alterações climáticas.
- O roteiro sustenta que uma parceria sólida no domínio da economia azul pode estimular o crescimento económico e criar oportunidades de emprego em ambas as regiões. Esta colaboração pode facilitar os investimentos em setores como a pesca, a aquacultura, o transporte marítimo, as energias renováveis e o turismo, conduzindo à criação de empregos e à geração de rendimentos para as comunidades locais, tanto em África como na Europa.
- O roteiro salienta que as iniciativas conjuntas no domínio da governação dos oceanos podem promover a inovação e o intercâmbio de conhecimentos entre a Europa e África. Esta colaboração pode facilitar a partilha de boas práticas, tecnologias e investigação científica, promovendo a aprendizagem mútua e o desenvolvimento de capacidades em benefício de ambos os continentes. Tirando partido das competências e dos recursos de cada uma das regiões, ambas podem melhorar a sua compreensão da dinâmica dos oceanos e desenvolver soluções inovadoras para desafios comuns.
- O roteiro defende que o reforço da cooperação na governação dos oceanos pode aumentar a resiliência dos ecossistemas e os esforços de adaptação às alterações climáticas em ambas as regiões. Dada a vulnerabilidade das comunidades costeiras aos impactos das alterações climáticas, como a subida do nível do mar, fenómenos meteorológicos extremos e a acidificação dos oceanos, é essencial uma ação em colaboração para desenvolver a capacidade de adaptação e atenuar os riscos. Trabalhando em conjunto, a Europa e África podem desenvolver estratégias resilientes às alterações climáticas e promover o desenvolvimento sustentável, incluindo uma maior ação conjunta no sentido do ODS 14.
- O roteiro sublinha que uma parceria estratégica no domínio da governação dos oceanos pode reforçar as relações diplomáticas e geopolíticas entre a Europa e África, bem como a parceria no cenário internacional. Ao envolverem-se em iniciativas conjuntas para enfrentar os desafios marítimos comuns, ambas as regiões podem criar confiança e boa vontade, abrindo caminho a uma cooperação reforçada noutras áreas de mútuo interesse. Esta colaboração pode também contribuir para a estabilidade e a segurança regionais, promovendo uma coexistência marítima pacífica e prevenindo conflitos sobre os recursos oceânicos.

Ações estratégicas para estruturar e executar o roteiro

Vários desafios podem dificultar as relações e os esforços de colaboração atuais e futuros entre a África e a Europa. Incluem questões controversas que têm o potencial de fazer descarrilar a Parceria Oceanos África-Europa, em detrimento do progresso de um oceano sustentável e de uma economia azul para os povos de ambos os continentes.

Os principais desafios comuns são: (i) uma falha interna e externa na comunicação entre as diferentes partes interessadas, bem como entre os representantes; (ii) a não disponibilidade de recursos de forma atempada e proporcional ao âmbito dos desafios; (iii) a entrega não sincronizada dos resultados do projeto, causando frustrações nas partes interessadas e nos parceiros; (iv) diferenças na definição de prioridades das necessidades de desenvolvimento (a nível regional, nacional e continental); (v) a resolução do problema do acesso desequilibrado ou desigual aos bens comuns mundiais (recursos comuns dos oceanos) em diferentes resoluções; (vi) a participação equitativa de todas as partes interessadas (incluindo as mulheres, os jovens, as populações indígenas e as comunidades locais); (vii) a resolução das lacunas de conhecimento e da literacia oceânica (incluindo as relativas ao financiamento sustentável da economia azul); (viii) a falta de dados e de recursos tecnológicos para a elaboração de políticas baseadas em dados para enfrentar desafios complexos; e (ix) desafios referentes à segurança marítima.

Para ultrapassar os desafios acima referidos, partilhados por ambos os continentes, é necessário estabelecer a Parceria África-Europa sobre a Governança dos Oceanos e a Economia Azul e criar um ambiente propício adequado para garantir a realização das ações definidas no presente roteiro no âmbito da parceria proposta. A fim de criar um ambiente propício à estruturação e execução do roteiro, foram identificadas as seguintes ações como essenciais para facilitar a Parceria Oceanos África-Europa e o seu objetivo.

São mencionados intervenientes específicos, mas diferentes direções-gerais (DG) da Comissão Europeia e divisões das Comissões da União Africana (CUA) podem também desempenhar um papel na execução das atividades, com base no âmbito das pastas e prioridades conexas. A execução do roteiro não é exclusiva da DG MARE da Comissão Europeia e da Divisão de Economia Azul da Comissão

da União Africana. Além dos intervenientes institucionais, é imperativo recorrer a parceiros de implementação direta no terreno de qualquer natureza, em conjunto com organizações internacionais, bem como sublinhar a necessidade de dar prioridade às sinergias com ações existentes que cumpram objetivos semelhantes a cada uma das “atividades” individuais identificadas no relatório.

Coproduzir e institucionalizar um Memorando de entendimento e de cooperação para a Parceria África-Europa sobre a Governança dos Oceanos e a Economia Azul, assinado pelas Comissões da União Europeia e da União Africana: A assinatura de um memorando de entendimento e cooperação facilitaria uma visão comum para o futuro desenvolvimento da governança dos oceanos e da economia azul regenerativa nos continentes africano e europeu. Este evento marcaria o início oficial da Parceria África-Europa sobre a Governança dos Oceanos e a Economia Azul, reforçaria o empenho dos parceiros na prossecução dos seus objetivos comuns e descreveria os objetivos e as limitações das suas ações e intervenções de colaboração no âmbito da Parceria África-Europa. Além disso, adotaria uma abordagem regenerativa da economia azul, reconhecendo a abordagem inovadora e progressiva necessária para ultrapassar as questões generalizadas no âmbito da abordagem do desenvolvimento sustentável.

Co-instituir um Centro África-Europa para a resiliência, regeneração e recuperação azul (B3R-Hub): O papel do B3R-Hub seria o de funcionar como uma plataforma e um elo de comunicação e de ligação em rede, servindo de órgão de mediação para as diferentes partes interessadas que participam no desenvolvimento dos oceanos e da economia azul no âmbito da parceria África-Europa. O objetivo do B3R-Hub não seria apoiar atividades de desenvolvimento (uma vez que este é o mandato de outros projetos e organizações), mas sim fornecer as instalações e os meios necessários para permitir uma comunicação clara e eficaz e pontos de contacto para os parceiros que desejem colaborar; facilitar e divulgar a partilha das melhores práticas da UE e da UA entre as diferentes partes interessadas; mediar a resolução de conflitos que possam surgir e servir de instituição autorizada (se adotada por ambas as partes) em matéria de práticas recomendadas de governança dos oceanos e de economia azul. O centro terá como objetivo defender os conceitos de sustentabilidade, resiliência,

regeneração e recuperação da economia azul ao longo das suas atividades e facilitar a comunicação e o debate contínuos, amigáveis e transparentes entre as diferentes partes para a concretização das prioridades de desenvolvimento da governação dos oceanos e da economia azul regenerativa.

O B3R-Hub África-Europa contribuirá para apoiar a parceria institucional UA-UE e concretizar a Parceria Oceanos África-Europa, reforçar as iniciativas existentes e contribuir para o surgimento de novas colaborações para a recuperação das costas e dos mares, bem como para melhorar a capacidade de resiliência dos ecossistemas costeiros e marinhos no contexto de alterações climáticas perturbadoras e de efeitos antrópicos. Tal como identificado pelo Grupo de Estratégia África-Europa sobre a Governação dos Oceanos, o B3R-Hub intervirá em três áreas principais de cooperação para uma Parceria Oceanos África-Europa reforçada: (1) Governação dos oceanos, (2) Partilha de capacidades e (3) Financiamento e investimento (ver abaixo).

Foi fortemente sugerida a criação de um Centro África-Europa para a resiliência, regeneração e recuperação azul (B3R-Hub) para melhor facilitar a implementação do roteiro, bem como contribuir para o desenvolvimento de um ambiente propício à colaboração e cooperação contínuas entre a África e a Europa. Através da plataforma B3R-Hub composta por várias partes interessadas, o roteiro facilitará e reforçará a cooperação entre a África e a Europa em matéria de governação dos oceanos e da economia azul e estabelecerá uma visão mutuamente benéfica, em conformidade com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, as comunicações da UE sobre a governação internacional dos oceanos e uma economia azul sustentável e a Agenda 2063 da UA.

Os Termos de referência (TdR) para o B3R-Hub devem ser desenvolvidos para orientar as ações e operações do centro, facilitando a parceria, a comunicação e as relações efetivas entre os múltiplos parceiros africanos e europeus em matéria de governação dos oceanos e da economia azul. Os Termos de referência podem servir de mandato para as operações da organização no âmbito de um conjunto de objetivos estruturantes comuns e têm a grande vantagem de serem transversais a todas as questões relacionadas com a governação dos oceanos e a economia azul.

Co-criar um Painel Consultivo África-Europa para o B3R-Hub África-Europa e a Parceria Oceanos África-Europa: Recomenda-se a criação de um Painel Consultivo África-Europa (ou Grupo de Trabalho) para aconselhar o B3R-Hub África-Europa (e, por extensão, as

Comissões da União Europeia e da União Africana) sobre temas críticos da governação dos oceanos e da economia azul. O objetivo desse Painel Consultivo seria garantir que os objetivos e as atividades de desenvolvimento no âmbito da Parceria Oceanos África-Europa se baseassem em dados concretos e fossem informados e concebidos com base em princípios científicos e em conclusões baseadas em dados. Recomenda-se a criação de um Painel Consultivo composto por um mínimo de 12 peritos em diferentes domínios da governação dos oceanos e da economia azul (6 peritos da UE e da UA, respetivamente), que pode fornecer informações relevantes através de conhecimentos especializados em nichos de mercado e contribuir para o desenvolvimento de inovações e mecanismos. O Painel Consultivo funcionará como um ponto central para a partilha de conhecimentos e capacidades no âmbito do B3R-Hub e servirá para estabelecer ligações e desenvolver redes com outros peritos no âmbito da Parceria Oceanos África-Europa, a fim de facilitar a tomada de decisões informadas e uma ação rápida quando necessário.

Reforçar a relação de trabalho entre a Divisão de Economia Azul da UA e a Direção-Geral dos Assuntos Marítimos e das Pescas da UE (DG MARE): A União Africana (UA) está a liderar o continente no domínio dos oceanos e da economia azul, tanto através da sua liderança como da definição de prioridades continentais, como demonstrado pela Declaração de Moroni de 2023 para a Ação sobre os Oceanos e o Clima em África, bem como pela Declaração de Nairobi sobre as Alterações Climáticas e o Apelo à Ação, um resultado da primeira Cimeira Africana sobre o Clima. Além disso, o Departamento de Agricultura, Desenvolvimento Rural, Economia Azul e Ambiente Sustentável (ARBE) da UA lidera os esforços para promover a gestão ambiental sustentável e o desenvolvimento agrícola, impulsionando o desenvolvimento da economia rural e a transformação agrícola dos Estados-Membros, apoiando a adoção de medidas, estratégias, políticas e programas no domínio da agricultura. Esta liderança deve ser acompanhada pela comunidade internacional para elevar e reforçar a cooperação e concretizar as aspirações de África, tal como consagrado na Estratégia da Economia Azul para África de 2022 da UA-IIRA (ABES). O desenvolvimento de uma relação forte entre a UA e a UE é, pois, necessário para a realização dos objetivos comuns da Parceria Oceanos África-Europa em torno da governação dos oceanos e da economia azul, nos diferentes Estados-Membros da UA e da UE. Uma parceria reforçada da UE, através da DG MARE, com a divisão da Economia Azul da ARBE da UA resultaria numa coordenação mais eficaz entre os parceiros de desenvolvimento nos Estados-Membros da UA relevantes (como as CER, entre outros), contribuindo para a divulgação das melhores práticas e a partilha de conheci-

mentos, e para a aplicação do desenvolvimento da política da economia azul e dos acordos internacionais (como os acordos ambientais multilaterais) através de projetos e programas de desenvolvimento específicos.

Promover uma forte coligação de partes interessadas entre as Comunidades Económicas Regionais (CER) da UA, Comissão Europeia e Estados-Membros da União Europeia: O desenvolvimento da economia azul constitui uma oportunidade significativa para o desenvolvimento das economias nacionais em toda a África, pelo que se alinha com os objetivos e mandatos das CER da UA, bem como com a Parceria África-Europa. O estabelecimento de uma forte coligação de partes interessadas que envolva as CER, a Comissão Europeia e os Estados-Membros da UE melhoraria significativamente a concretização dos resultados do projeto a nível regional e nacional, contribuiria para futuras colaborações amigáveis, incluindo parcerias bilaterais, e continuaria a facilitar iniciativas de desenvolvimento positivas no âmbito de uma visão comum África-Europa da governação dos oceanos e da economia azul.

Dar prioridade a atividades de desenvolvimento transversais em vez de atividades setoriais ou isoladas: A Economia Azul especifica uma abordagem holística do desenvolvimento sustentável em vez da abordagem setorial ou em silos mais convencional. Esta abordagem holística difere na medida em que considera as futuras necessidades de desenvolvimento de múltiplos setores oceânicos ao dar prioridade às oportunidades de desenvolvimento, enquanto a abordagem em silos se concentra nas necessidades de apenas um setor de cada vez. A integração desta visão holística no âmbito da Parceria Oceanos África-Europa facilita uma utilização otimizada dos recursos, garantindo que os objetivos de desenvolvimento são alcançados através da definição de prioridades para as atividades de desenvolvimento que são transversais e que, por conseguinte, conferem benefícios a múltiplos setores, em vez de gerarem grandes compromissos entre setores singulares.

Promover uma agenda de investigação comum África-Europa relativamente aos oceanos: Como parte das iniciativas de desenvolvimento ao abrigo da Parceria Oceanos África-Europa, uma agenda de investigação oceânica comum África-Europa deveria ser desenvolvida para colmatar as principais lacunas de conhecimento em torno da governação dos oceanos, da economia azul e de outros temas relevantes relacionados com os oceanos. Esta agenda de investigação poderia, então, ser utilizada para complementar e orientar projetos e iniciativas de desenvolvimento para abordar atividades prioritárias no

âmbito do plano de ação. A agenda de investigação tem também o potencial de criar capacidades para a literacia oceânica em África e na Europa. Esta agenda de investigação transcontinental pode ser informada a partir dos progressos alcançados através da agenda institucional de investigação oceânica UA-UE.

Promover e realizar programas comuns África-Europa de literacia oceânica em ambos os continentes: A literacia oceânica é essencial para compreender as dinâmicas que afetam as diferentes atividades relacionadas com os oceanos em vários níveis de resolução e a forma de as potenciar. Desta forma, é necessário desenvolver programas conjuntos de literacia oceânica em ambos os continentes e apoiar os atuais programas de literacia oceânica onde eles existam (como os da UE), uma vez que isso facilitará uma melhor concretização dos resultados dos projetos de desenvolvimento pelas partes interessadas e pelos participantes nos projetos, bem como garantirá o envolvimento a longo prazo do público no desenvolvimento relacionado com o oceano. A implementação de programas de literacia oceânica permite que o público explore empreendimentos relacionados com o oceano, empresas azuis e programas de incubação e aceleração baseados no oceano (sejam eles empresariais, académicos, sociais ou culturais), para ganhar perspetiva sobre as necessidades relacionadas com o oceano e facilitar a participação do público em iniciativas de desenvolvimento onde anteriormente não o poderiam fazer. Os programas de literacia oceânica constituem também uma oportunidade para obter apoio e adesão a iniciativas de desenvolvimento no âmbito da Parceria Oceanos África-Europa, reforçando assim a sua necessidade e os benefícios que podem oferecer a longo prazo.

Elaborar um plano comum África-Europa para superar os desafios em matéria de segurança marítima e de proteção do transporte marítimo, bem como a pesca INN em África: A pesca INN e os desafios em matéria de segurança marítima e de proteção, incluindo a pirataria, constituem desde há muito tempo um desafio significativo que tem impedido o desenvolvimento dos países costeiros africanos. Embora estes desafios sejam independentes, algumas externalidades podem sobrepor-se. Dado que existem, pelo menos, 15 acordos de parceria no domínio da pesca sustentável (APPS) entre a UE e os países africanos, a questão da pesca INN é extremamente relevante para a UE. A Parceria Oceanos África-Europa é uma oportunidade ideal para resolver estes problemas através da sua visão comum da governação dos oceanos e do desenvolvimento da economia azul, desenvolvendo um plano conjunto para superar estes desafios complexos. A UE pode continuar a prestar um apoio logístico e financeiro significativo em forte colaboração com os países costeiros

que enfrentam estes desafios, mediando os desafios negociais que possam surgir, entre diferentes contextos africanos, num esforço conjunto para os ultrapassar. Acabar com a pesca INN nos países costeiros africanos também traz benefícios para a UE, uma vez que pode resultar na resolução do problema da sobrepesca e na proteção do ambiente marinho, no reforço da conservação e restauração da biodiversidade, incluindo a utilização sustentável dos oceanos, mares e recursos marinhos.

Organização de reuniões e seminários conjuntos África-Europa com outras agências e programas para facilitar colaborações de trabalho sólidas e aumentar o alcance:

A institucionalização de seminários conjuntos África-Europa com outras organizações e programas de desenvolvimento é essencial como oportunidade para a partilha de conhecimentos e de boas práticas em matéria de desenvolvimento dos oceanos e da economia azul. A exposição a diferentes pontos de vista e abordagens da governação dos oceanos pode facilitar o desenvolvimento de soluções e políticas únicas para resolver problemas

complexos nos continentes africano e europeu. Estes seminários constituiriam igualmente uma oportunidade para colaborar, integrar e apoiar projetos de desenvolvimento, a fim de facilitar uma melhor concretização dos objetivos e metas de desenvolvimento comuns. Recomenda-se a criação e institucionalização de uma Cimeira Ministerial África-Europa sobre a Governação dos Oceanos e a Economia Azul no âmbito da Parceria Oceanos África-Europa, com a inclusão de ministros ou representantes nacionais de alto nível designados, que se reunirão de dois em dois anos para analisar os progressos e partilhar soluções de desenvolvimento entre parceiros e partes interessadas. Ao fazê-lo, África e Europa poderiam reunir os líderes dos dois continentes para elevar a fasquia política e financeira no que diz respeito ao oceano. A Conferência Ministerial poderia ser apoiada pelos trabalhos do Grupo de Estratégia África-Europa sobre Governação dos Oceanos e Painel Consultivo do B3R-Hub África-Europa, a fim de fazer avançar as prioridades continentais, procurar um consenso e mobilizar uma abordagem da Equipa Europa e Equipa África em benefício da Parceria Oceanos África-Europa.

Domínios de intervenção prioritários

O “Roteiro para 2030: Co-promover a Parceria Oceanos África-Europa” foi elaborado em três domínios de intervenção prioritários:

1. Governação dos oceanos
2. Partilha de capacidades
3. Financiamento e investimento

INTERVENÇÃO 1

Governança dos oceanos

O reconhecimento global da importância dos oceanos para o desenvolvimento sustentável, o comércio, as oportunidades de emprego, a geração de receitas e o atual panorama geopolítico realçam a necessidade de abordagens eficazes e coesas de governação dos oceanos. A governação dos oceanos não tem sido suficientemente aproveitada como um vetor significativo para fazer avançar o desenvolvimento sustentável a nível nacional, regional e internacional. O potencial de uma governação dos oceanos eficaz e coerente para facilitar o reforço do comércio, as relações diplomáticas e as oportunidades de desenvolvimento a várias escalas é significativo no contexto das relações África-Europa.

Numa altura em que tempos sem precedentes apelam à união, à solidariedade, ao multilateralismo reforçado e a parcerias vantajosas para todos, o novo Acordo de Samoa representa uma abordagem coletiva para enfrentar alguns dos maiores desafios do nosso tempo – desde as alterações climáticas, à governação dos oceanos, à migração, à saúde, à paz e à segurança. Na sequência do Acordo de Cotonu, reúne 79 Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP) e Estados-Membros da UE em torno de prioridades e interesses comuns. Graças à sua recente modernização, o texto proporciona uma base comum para reforçar a cooperação em matéria de resistência às catástrofes naturais e um quadro para de melhor forma equipar os países da ACP e a UE para enfrentar os principais desafios crescentes. O Protocolo Africano do Acordo de Samoa foi concebido para responder às necessidades e prioridades específicas dos países africanos do grupo ACP. Centra-se no reforço da cooperação em domínios como a adaptação às alterações climáticas, o desenvolvimento sustentável, o crescimento económico e a governação. O protocolo tem por objetivo reforçar a resistência às catástrofes naturais, melhorar a segurança alimentar e promover a gestão sustentável dos recursos naturais. Pela primeira vez, ambas as partes reconhecem oficialmente no texto o papel essencial do oceano para a vida na Terra, o desenvolvimento sustentável e a segurança alimentar, comprometendo-se a promover a economia azul e a redobrar os seus esforços para proteger o oceano das várias pressões a que está sujeito. Ambas as partes promoverão efetivamente o diálogo e a cooperação sobre todos os aspetos da governação dos oceanos, incluindo questões relacionadas com as alterações climáticas, a subida do nível do mar, a exploração mineira dos fundos marinhos, a pesca, a poluição marinha e a investigação e desenvolvimento. Além disso, a Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA) é um excelente exemplo da importância crescente de África como parceiro estratégico da Europa em domínios como o comércio oceânico, o investimento e a segurança, e constitui uma oportunidade única para uma maior colaboração em torno da governação dos oceanos, a fim de facilitar o comércio e a integração económica entre a África e a Europa.

A cooperação e a colaboração em matéria de governação dos oceanos constituem uma oportunidade estratégica tanto para África como para a Europa para impulsionar diferentes aspetos da agenda de desenvolvimento sustentável. O atual equilíbrio de poder mundial multipolar está repleto de oportunidades de cooperação em que África pode exercer a sua influência e utilizar o seu poder persuasivo para fazer avançar as suas agendas de política externa através das suas numerosas parcerias com parceiros tradicionais, como a UE. Com uma posição conjunta e um entendimento comum dos tratados globais que estão a ser negociados, ratificados e/ou aplicados, a Parceria Oceanos África-Europa poderá facilitar um maior número de ratificações para garantir a operacionalização dos principais acordos internacionais, bem como contribuir positivamente para os processos multilaterais em curso. Entre os exemplos contam-se o Tratado Mundial sobre os Plásticos, o Acordo BBNJ, o Marco Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal, os subsídios à pesca da OMC, os regulamentos sobre a extração mineira em águas profundas, as COP sobre o clima e a biodiversidade, a 7ª Cimeira UA-UE e a terceira Conferência dos Oceanos das Nações Unidas (UNOC3), prevista para 2025. Com base na cooperação eficaz no contexto do Acordo de Samoa, o alinhamento de outros quadros, como a Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA), incluindo os internacionais, proporciona uma oportunidade estratégica para se concentrar na governação, associada à revisão intercalar da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, à última Cimeira das Nações Unidas sobre os ODS e ao ODS 14 não cumprido, a Década das Nações Unidas para a Recuperação dos Ecossistemas (2021–2030), o Roteiro para África da Década dos Oceanos, além de um próximo ciclo de políticas e programas da UE com início em 2024 e do Segundo Plano de Execução Decenal da Agenda 2063 da UA.

A Parceria Oceanos África-Europa oferece um grande potencial de sucesso diplomático na negociação de apoio internacional adicional para acordos e tratados multilaterais, através de oportunidades de colaboração em domínios que foram previamente identificados como prioridades de desenvolvimento comuns, como a governação dos oceanos. A UE atribuiu 40 milhões de euros para apoiar a ratificação do acordo BBNJ na 3.ª Conferência dos Oceanos das Nações Unidas (UNOC) em junho de 2025. Dado que este financiamento só será disponibilizado no início de 2025, a parceria proposta oferece uma oportunidade para facilitar um apoio mais rápido e sem descontinuidades à ratificação, tendo em conta o pequeno intervalo de tempo entre o desembolso e a UNOC3. Através da Parceria Oceanos África-Europa, os dois continentes poderão facilitar um esforço comum a nível multilateral para assumir a responsabilidade coletiva pelo estado dos oceanos e reforçar a governação internacional dos oceanos. O desenvolvimento de uma visão comum sobre a governação dos oceanos atra-

vés do alinhamento das políticas (a nível nacional, regional e continental) poderá facilitar um maior impacto transcontinental e global em termos de proteção, regulação e gestão otimizada dos recursos e serviços oceânicos. Reafirmará igualmente a mensagem de que a África e a Europa estão unidas na gestão e utilização sustentável dos oceanos.

As posições sobre os acordos e tratados internacionais variam entre os diferentes países africanos e europeus. No entanto, uma liderança forte pode ser aproveitada para angariar apoio para a ratificação de tratados internacionais e para o desenvolvimento de uma Parceria Oceanos África-Europa duradoura. A presidência da UA em 2023 pelas Comores, um pequeno Estado insular em desenvolvimento, e o recente movimento liderado por África no sentido de uma economia azul regenerativa, na sequência das Declarações de Moroni, Nairobi e Tânger, demonstraram uma forte liderança africana na governação dos oceanos. É do interesse da Parceria Oceanos África-Europa alavancar a liderança do continente africano, para além da liderança consistente da Europa e das instituições associadas na economia azul, para mobilizar recursos financeiros e investimentos, fornecer orientação e aconselhamento estratégico sobre políticas, programas e iniciativas, para o desenvolvimento de uma visão comum sobre a governação dos oceanos e o desenvolvimento de uma economia azul positiva para a natureza, o clima e as pessoas. A participação da UE em eventos diplomáticos de alto nível, como os

fóruns da União Africana (UA) e da Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA), oferece formas práticas de negociar, alinhar e aprofundar o âmbito da cooperação África-Europa. O objetivo é conseguir uma economia azul regenerativa conjunta, bem como garantir parcerias e compromissos da UE. A atual dinâmica e a força criada pelos líderes africanos para criar sinergias diretas e parcerias orientadas para a ação com a Europa (por exemplo, através das Declarações de Moroni, Nairobi e Tânger sobre as alterações climáticas, da iniciativa da Grande Muralla Azul, da COST Action, do SEA-EU, do programa da Década dos Oceanos das Nações Unidas, entre outros) poderão desempenhar um papel fundamental na conversão da Parceria África-Europa em ações ambiciosas e no impacto no terreno, através de programas de desenvolvimento orientados para necessidades específicas de desenvolvimento conjunto.

O desenvolvimento de um ideal comum de governação dos oceanos, se for executado com uma intenção honesta e uma implementação justa entre os países e no seu interior, pode proporcionar um espaço partilhado para a construção da paz, da segurança e de uma visão equitativa da Parceria Oceanos África-Europa a longo prazo. A África e a Europa podem trabalhar em conjunto como parceiros na governação dos oceanos e lutar por uma economia azul sustentável, justa e equitativa, em benefício das pessoas e do planeta.

Propõe-se que as atividades que se seguem sejam incluídas no “Roteiro para 2030: Co-promover a Parceria Oceanos África-Europa” no âmbito do domínio de intervenção de governação dos oceanos:

Atividade 1.1 Apoiar a coordenação inter-agências da África-Europa através do desenvolvimento de programas de grande dimensão, de longa duração e de grande impacto

Os projetos de grande escala oferecem o potencial de um impacto significativo em termos de desenvolvimento sustentável para as comunidades em África e na Europa.

O êxito a longo prazo dos projetos de desenvolvimento em grande escala é mais provável com a participação de múltiplas partes interessadas, uma vez que permite a

obtenção de um maior conjunto de recursos (financeiros, conhecimentos e competências, capacidade técnica) e a sua orientação para responder a uma necessidade de desenvolvimento, e assegura uma certa responsabilização entre as organizações parceiras pela execução bem-sucedida do projeto em questão. Além disso, a coordenação de esforços entre múltiplas agências e organizações pode ser aproveitada para a divulgação e aplicação atempada das melhores práticas e dos desenvolvimentos recentes numa resolução mais vasta (resultando em abordagens de desenvolvimento integradas), bem como para aumentar

a confiança para atrair a contribuição dos doadores. Esta atividade centra-se no aproveitamento dos progressos de programas de desenvolvimento anteriores e atuais (tais como os programas oceânicos regionais no âmbito do instrumento NDICI – Europa Global) e no reforço das relações entre as instituições de desenvolvimento estabelecidas, a fim de obter um impacto e um alcance ainda maiores através do desenvolvimento de projetos ambiciosos de grande escala, mediante a partilha de recursos e uma colaboração bem-sucedida.

Atividade 1.1	Apoiar a coordenação inter-agências da África-Europa através do desenvolvimento de programas de grande dimensão, de longa duração e de grande impacto	Prioridade: elevada
Domínio de intervenção principal	Governação dos oceanos	
Objetivo(s)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Facilitar uma melhor coordenação, comunicação e colaboração entre as agências institucionais e de desenvolvimento. 2. Aproveitar as sinérgias entre as agências para desenvolver programas de grande escala. 3. Atrair o financiamento dos doadores através de parcerias de projetos bem-sucedidas entre agências de desenvolvimento. 	
Descrição das atividades	<p>O objetivo desta atividade é executar com êxito projetos e programas que envolvam os esforços coordenados de várias organizações de desenvolvimento, a fim de garantir a realização dos projetos.</p> <p>Os exemplos incluem o apoio a projetos relacionados com ações conjuntas de governação dos oceanos no alto mar e em zonas não sujeitas à jurisdição nacional (Tratado BBNJ), tais como o aumento da aplicação de uma gestão eficaz da conservação baseada em zonas, incluindo a criação de redes de áreas marinhas protegidas (AMP), e o apoio a áreas marinhas protegidas geridas localmente (LMMA) e a corredores oceânicos para permitir que os mamíferos marinhos evitem a poluição sonora na coluna de água. A rede de cooperação das agências de desenvolvimento pode também ser utilizada para implementar movimentos de sustentabilidade em vários países, como a descarbonização do transporte marítimo, a transição para mais práticas de economia circular e a luta contra a poluição (como os plásticos marinhos e o lixo).</p>	

	<p>O apoio à coordenação de várias agências de desenvolvimento pode ser facilitado através de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Acordos de cooperação multilateral entre os parceiros de desenvolvimento e os coordenadores de programas que especificam uma declaração de missão conjunta (como um memorando de entendimento) e os papéis de cada organização parceira, para projetos de desenvolvimento individuais. • A implementação de protocolos de comunicação específicos e de plataformas de comunicação específicas para os projetos, a fim de aumentar a transparência e permitir a criação de redes entre organizações. Isto pode incluir o estabelecimento de pontos de contacto conhecidos em diferentes organizações de desenvolvimento. • Facilitar a circulação de recursos entre parceiros, para os locais onde são mais necessários (incluindo entre parceiros que não tenham celebrado especificamente um acordo de cooperação multilateral). • Desenvolver um sistema transparente de contabilidade das despesas dos recursos comuns. • Melhorar a monitorização e da elaboração de relatórios para acompanhar de melhor forma a evolução dos projetos e evitar a duplicação de esforços de investigação (o que pode ser particularmente útil para atrair o financiamento dos doadores e promover a sua confiança). • O desenvolvimento de uma base de dados exaustiva, completa e transparente que catalogue todas as organizações parceiras para cada projeto, bem como o progresso do projeto. Isto permite que outras organizações ofereçam assistência quando têm capacidade para o fazer.
<p>Instituições parceiras propostas</p>	<p>UE, UA, CER, UA-IIRA, AUDA-NEPAD, UNECA, UNESCO, PNUD, PNUMA, AFD, ADF, ADB, FAO, GIZ, Banco Mundial</p>
<p>Período de execução</p>	<p>2024 – 2030</p>

Atividade 1.2 Partilhar as melhores práticas de negociação e apoio à implementação efetiva de tratados internacionais, convenções e objetivos de sustentabilidade

A escala da Parceria Oceanos África-Europa oferece a oportunidade de partilhar conhecimentos entre a Europa e África, bem como entre países dos respetivos continentes. O aproveitamento deste potencial é fundamental para o reforço da parceria África-Europa, bem como para a aplicação eficaz de planos de desenvolvimento multinacionais, nomeadamente o Plano da Década dos Ocea-

nos em África, e de tratados internacionais e objetivos de sustentabilidade, como o Tratado sobre a biodiversidade além da Jurisdição Nacional (BBNJ), o Tratado Mundial sobre os Plásticos, uma vez adotado, e o Marco Global para a Biodiversidade de Kunming-Montreal, incluindo as Metas 14/15 sobre (instrumentos/legislação e garantia de que os setores de produção se desenvolvem com um im-

pacto mínimo na biodiversidade), a Meta 1 (ordenamento do espaço marinho, que se liga com 2.2), a Meta 10 (paisagens marinhas de produção) e a Meta 23, secção C (equidade) como meta comum transversal para os objetivos da Parceria África-Europa. A partilha de conhecimentos neste contexto deve ser institucionalizada na política de governação dos oceanos, de modo a que as melhores práticas para a implementação destes programas sejam postas em prática e de modo a que sejam utilizadas as abordagens mais adequadas para os variados (e muitas vezes únicos) contextos de desenvolvimento em África.

O apoio à ratificação do BBNJ deve ter em conta as zonas económicas nacionais. Por exemplo, na região mediterrânica, a Iniciativa WestMED oferece uma oportunidade para reunir Portugal, Espanha, França, Malta, Itália, Líbia, Tunísia, Argélia, Marrocos e Mauritânia para acelerar a ratificação do Tratado BBNJ, especialmente tendo em conta a Presidência da UA pela Mauritânia, elevando-o politicamente. A UE atribuiu 40 milhões de euros para apoiar a ratificação do acordo BBNJ, com o objetivo de que o Tratado entre em vigor até à 3.ª Conferência dos Oceanos das Nações Unidas (UNOC), em junho de 2025. Dado que este financiamento só será disponibilizado no início de 2025, a parceria proposta oferece uma oportunidade para facilitar um apoio mais rápido e sem descontinuidades à ratificação, tendo em conta o pequeno intervalo de tempo entre o desembolso e a UNOC3. Isto está em conformidade com a nova Comissão da UA, que entra em vigor ao mesmo tempo que o desembolso associado à revisão do Quadro

Financeiro Plurianual (QFP) da UE 2021–2027, que está atualmente a ser avaliado. Esta pode ser aproveitada para acelerar o processo de ratificação e as ações no âmbito desta atividade podem fornecer aos países mais informações necessárias, exemplos de práticas eficazes e confiança para acelerar o processo de ratificação.

No que respeita ao Tratado Mundial sobre os Plásticos, estão ainda em curso negociações para desenvolver um instrumento internacional juridicamente vinculativo para limitar e eliminar a poluição por plásticos do ambiente marinho. A 19.ª Conferência Ministerial Africana sobre o Meio Ambiente (AMCEN), realizada em 16 de agosto de 2023, apelou aos 54 Ministros do Ambiente de África para que encorajem os Estados-Membros a adotar um plano progressivo que apoie objetivos ambiciosos no sentido de um robusto Tratado Mundial sobre Plásticos. Em África, 34 governos aprovaram uma lei que proíbe os plásticos de utilização única e implementaram ou aprovaram uma lei com a intenção de a implementar. A cooperação entre a Europa e África na ratificação e aplicação do Tratado Mundial sobre os Plásticos implicaria um esforço coordenado e colaborativo para combater a poluição por plásticos em grande escala.

A África é o continente que mais tem a ganhar com a aplicação ambiciosa destes programas internacionais e o que mais tem a perder se o alto mar continuar a ser um lugar livre para todos e se for seguida uma abordagem do tipo “business as usual”.

Atividade 1.2	Partilhar as melhores práticas para a implementação efetiva de tratados internacionais, convenções e objetivos de sustentabilidade	Prioridade: média
Domínio de intervenção principal	Governação dos oceanos	
Objetivo(s)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Proporcionar uma plataforma de trabalho em rede e de comunicação para a partilha das melhores práticas em contextos únicos em África. 2. Facilitar a implementação das melhores práticas para os objetivos de desenvolvimento. 	
Descrição das atividades	O objetivo desta atividade é facilitar o intercâmbio e a partilha de boas práticas, tais como os métodos de negociação, os protocolos de coordenação e as diferentes vias de implementação, a fim de permitir a execução eficaz dos planos de desenvolvimento internacionais e a consecução dos objetivos de sustentabilidade.	

	<p>Entre os exemplos de objetivos de desenvolvimento internacional contam-se a execução do Plano da Década dos Oceanos em África (muitos dos seus objetivos estão alinhados com os da Parceria África-Europa), a ratificação do Tratado BBNJ em toda a África, o apoio à transição para uma economia circular e a luta contra a poluição por plásticos através do Tratado Mundial sobre os Plásticos, bem como a consecução dos objetivos de sustentabilidade da ONU.</p> <p>Facilitar o intercâmbio das melhores práticas de implementação desses tratados internacionais implica o seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver uma plataforma para publicação e partilha das melhores práticas de negociação e implementação de diferentes tratados e objetivos internacionais. • Desenvolver conjuntos de protocolos de implementação para contextos de desenvolvimento semelhantes em toda a África, que possam ser utilizados sem necessidade de consulta externa. • Estabelecer uma rede de profissionais experientes para orientar a implementação exata das melhores práticas em contextos africanos únicos. • Identificar locais de implementação de diferentes resoluções para testar novas abordagens de implementação e para avaliar o impacto das alterações implementadas ao abrigo de diferentes tratados e objetivos internacionais. • Apoiar a comunicação e monitorização das alterações implementadas para acompanhar o seu progresso, de modo a permitir a sua partilha e a identificação de práticas de trabalho. • Institucionalizar e integrar a partilha de conhecimentos nas políticas nacionais e regionais. • A África e a Europa poderiam trabalhar em conjunto para identificar e estabelecer uma proposta conjunta para a criação de áreas marinhas protegidas (AMP) para conservar a biodiversidade, incluindo a partilha de experiências e de boas práticas. • As campanhas de comunicação colaborativas podem sensibilizar o público para a importância da biodiversidade marinha e do Tratado BBNJ, ao mesmo tempo que elevam politicamente a importância do tratado (entre outros). • Identificar um número limitado de ações conjuntas entre a África e a Europa para ratificar e aplicar o Tratado Mundial sobre os Plásticos, tais como a defesa conjunta da adoção do tratado em fóruns internacionais, salientando a responsabilidade partilhada na luta contra a poluição por plásticos. • A organização de campanhas de sensibilização conjuntas através da mobilização de iniciativas emblemáticas de base existentes poderá demonstrar o potencial da colaboração transcontinental para ratificar o Tratado Mundial sobre os Plásticos. É igualmente necessário compreender melhor a utilização histórica do plástico nas zonas costeiras africanas e a sua relação com a poluição dos solos. • Diálogos diplomáticos regulares entre os países europeus e africanos poderiam ajudar a alinhar as posições sobre o Tratado Mundial sobre os Plásticos e, assim, destacar as oportunidades de cooperação, como o alinhamento das políticas e regulamentações nacionais com os objetivos e princípios do Tratado Mundial sobre os Plásticos, podendo criar uma abordagem mais coesa e eficaz.
<p>Instituições parceiras propostas</p>	<p>UE, UA, CER, UA-IIRA, AUDA-NEPAD, UNECA, PNUD, PNUMA, AFD, GIZ, Banco Mundial, outros programas de desenvolvimento regional, governos nacionais e programas de desenvolvimento</p>
<p>Período de execução</p>	<p>2024 – 2030</p>

Atividade 1.3 Trocar abordagens eficazes para a implementação das Estratégias nacionais da economia azul

A Economia azul é ainda um conceito relativamente novo, com muitas economias e sistemas nacionais a funcionar de forma setorial convencional. O desenvolvimento da Economia azul sustentável e regenerativa e a transição dos procedimentos operacionais convencionais para os que se alinham com as pedras angulares da abordagem da Economia azul regenerativa (sustentabilidade, recuperação, regeneração, resiliência) exigem a utilização de conhecimentos especializados sobre práticas e abordagens eficazes. Alguns países já desenvolveram estratégias ou agendas nacionais para a Economia azul para facilitar esta transição, alinhando-a com os objetivos nacionais de desenvolvimento. Por exemplo, a [Iniciativa WestMED](#) serve de referência para que os países envolvidos (Argélia, França, Itália, Líbia, Malta, Mauritânia, Marrocos, Portugal, Espanha e Tunísia) avancem com estratégias para a economia azul, e poderia ser replicada noutras regiões para envolver outros países empenhados em trabalhar na criação de uma economia azul mais inteligente e mais resiliente. O desenvolvimento de uma Economia azul holística, sustentável e regenerativa em toda a África e Europa é um objetivo de desenvolvimento integral da Parceria Oceanos África-Europa e alinha-se com vários objetivos de desenvolvimento internacionais (tais como a realização do ODS

14: proteger a vida marinha, a Agenda 2063 e as estratégias para a economia azul da UA e da UE), mas vai além do paradigma existente de gestão setorial frequentemente visto em abordagens e planeamento regulares da Economia azul. Em África, além da estratégia continental, que é largamente extrativa por natureza, existem também mais de 8 estratégias para a economia azul para as Comunidades Económicas Regionais (CER), muitas das quais ainda se centram num paradigma baseado na extração de recursos. Dado que muitos países africanos são signatários de várias CER, existe uma pressão contraditória e sobreposta das estratégias a nível continental e das CER para orientar os Estados. Assim, é imperativo que a partilha de conhecimentos relativos às melhores práticas para a implementação de estratégias nacionais de Economia azul seja facilitada em diferentes contextos subnacionais, melhore a cogestão dos recursos oceânicos transfronteiriços e assegure que os Estados sejam mais claramente capazes de orientar a sua abordagem nacional da economia azul em conformidade com os seus compromissos regionais, mas de uma forma menos extrativa que capte de forma mais eficiente os elementos regenerativos e sustentáveis da economia azul que são necessários para a viabilidade económica a longo prazo.

Atividade 1.3	Trocar abordagens eficazes para a implementação das Estratégias nacionais da economia azul	Prioridade: média
Domínio de intervenção principal	Governança dos oceanos	
Objetivo(s)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Fornecer uma plataforma de trabalho em rede e de comunicação para a partilha das melhores práticas para a implementação de estratégias nacionais sustentáveis para a Economia azul. 2. Facilitar a implementação de estratégias nacionais sustentáveis para a Economia azul. 3. Alinhar as estratégias nacionais para a Economia azul com as abordagens regionais e continentais. 	

<p>Descrição das atividades</p>	<p>O objetivo desta atividade é facilitar o intercâmbio de boas práticas relativamente à implementação de estratégias nacionais para a Economia azul, de modo a que as estratégias locais para a Economia azul possam ser implementadas de forma ótima num contexto local.</p> <p>Nos casos em que os objetivos das estratégias nacionais para a Economia azul diferem entre si, podem ser identificados objetivos de desenvolvimento específicos, para os quais podem ser identificadas as melhores práticas de implementação subsequentes, a implementar em diferentes contextos de desenvolvimento nacional.</p> <p>Esta atividade de intervenção procura também facilitar o desenvolvimento de estratégias para a economia azul em Estados onde estas ainda não foram desenvolvidas, de modo a que os objetivos comuns da economia azul (sustentabilidade ambiental, social e económica) possam ser realizados em contextos de desenvolvimento nacionais únicos. Tal inclui a análise da forma como a economia azul atravessa diferentes setores, incluindo a segurança alimentar, a transição energética ou a forma como os mercados de carbono podem contribuir para o alinhamento do Mecanismo comunitário de ajuste das emissões de carbono nas fronteiras da UE (CBAM) com a Declaração de Nairobi. Para garantir a realização destes objetivos em grande escala nos continentes africano e europeu, as estratégias nacionais africanas devem alinhar-se com os imperativos de desenvolvimento da Estratégia para a economia azul da UA, sem deixarem de ser regenerativas e resilientes, e também com o pensamento da Economia azul sustentável da UE.</p> <p>Os objetivos desta atividade de intervenção podem ser facilitados pelo seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver plataformas para a publicação e partilha das melhores práticas de implementação das diferentes estratégias nacionais de Economia azul, tanto no setor público como no privado. • Facilitar a participação do setor privado, de modo a que o conhecimento das melhores práticas possa ser divulgado junto dos intervenientes privados e a que a transição para uma economia azul sustentável seja incentivada. • Desenvolver conjuntos de protocolos de implementação para contextos de desenvolvimento semelhantes em toda a África, que possam ser utilizados sem necessidade de consulta externa. • Estabelecer uma rede de profissionais experientes para orientar a implementação exata das melhores práticas em contextos africanos únicos. • Apoiar a comunicação e a monitorização das alterações implementadas para acompanhar os progressos, de modo a que estes possam ser partilhados e as práticas de trabalho identificadas. • Institucionalizar e integrar a partilha de conhecimentos nas políticas nacionais e regionais. • Harmonizar as estratégias nacionais de economia azul atuais e em desenvolvimento com as estratégias de maior escala, como as estratégias regionais e continentais, especificamente a Estratégia para a economia azul da UA. Isto inclui a harmonização da política nacional com os objetivos de desenvolvimento regionais e continentais.
<p>Instituições parceiras propostas</p>	<p>UE, UA, CER, UA-IIRA, AUDA-NEPAD, UNECA, PNUD, PNUMA, UA, AFD, GIZ, Banco Mundial, outros programas de desenvolvimento regional, governos nacionais e programas de desenvolvimento</p>
<p>Período de execução</p>	<p>2024 – 2030</p>

Atividade 1.4 Promover a transparência das pescas e a partilha equitativa dos benefícios

A gestão das pescas continua a ser uma questão complexa devido a uma série de fatores interligados (a natureza internacional das pescas, que são recursos partilhados e transfronteiriços, a sobrepesca e a intrusão ilegal de navios nas zonas económicas exclusivas, os avanços tecnológicos, os interesses económicos, o impacto ambiental, a falta de capacidade de execução e as alterações climáticas). Como tal, o reforço da capacidade das nações africanas e europeias na gestão sustentável das pescas é estrategicamente relevante para a Parceria Oceanos África-Europa. Para aproveitar plenamente os benefícios das pescarias africanas, as seguintes áreas temáticas foram todas identificadas como ações prioritárias no âmbito da Parceria Oceanos África-Europa (i) facilitar uma maior transparência dos sistemas e abordagens de gestão das pescas (por exemplo, através da integração da Iniciativa para a

Transparência das Pescas), (ii) facilitar a certificação dos recursos haliêuticos (por exemplo, através do Conselho de Administração Marinha), (iii) reforçar a rastreabilidade ao longo das cadeias de valor das pescas, (iv) contribuir para combater as atividades de pesca ilegal, aumentando simultaneamente a recolha de dados e conhecimentos sobre as unidades populacionais de peixes, (v) abordar a questão dos subsídios prejudiciais às pescas, (vi) promover acordos de pesca equilibrados entre a UE e os países africanos e (vii) apoiar a recolha de dados sobre os recursos haliêuticos transfronteiriços. A colaboração e a cooperação entre a África e a Europa nestes domínios podem garantir uma gestão ótima das pescarias transfronteiriças africanas e resultar numa partilha equitativa dos benefícios para todos os que dependem desses recursos.

Atividade 1.4	Trocar abordagens eficazes para a implementação das Estratégias nacionais da economia azul	Prioridade: elevada
Domínio de intervenção principal	Governança dos oceanos	
Objetivo(s)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Aumentar a transparência dos sistemas e abordagens de gestão das pescas. 2. Reforçar a rastreabilidade em todas as cadeias de valor da pesca. 3. Promover a certificação dos recursos haliêuticos de acordo com as normas internacionais de gestão sustentável. 4. Facilitar uma melhor gestão das pescas através de uma recolha e utilização mais sólidas dos dados e dos conhecimentos. 5. Abordar os subsídios prejudiciais à pesca e promover acordos de pesca equitativos entre blocos regionais 	
Descrição das atividades	<p>O objetivo desta atividade é facilitar a melhoria da gestão das pescas através do reforço da transparência no âmbito dos sistemas de gestão das pescas estabelecidos, da melhoria da rastreabilidade e da certificação dos recursos haliêuticos e da melhoria da recolha e utilização dos dados.</p> <p>É necessário recorrer a diferentes mecanismos para facilitar essa melhoria da gestão convencional das pescas. Os exemplos incluem tirar o máximo partido dos atuais Acordos de parceria no domínio da pesca sustentável (APPS) entre os países costeiros africanos e</p>	

	<p>a UE, no sentido de integrar a transparência e a partilha equitativa dos benefícios dos acordos de pesca em ambos os continentes, colaborando e trabalhando através das organizações regionais de gestão das pescas (ORGP) ou de outras entidades regionais relevantes, como o Centro de Coordenação de Monitorização, Controlo e Vigilância das Pescas da SADC (MCSCC), recorrendo aos Centros de Excelência Africanos e integrando-se em programas internacionais como a FAO (através do Programa EAF-Nansen). Estas plataformas podem contribuir para integrar uma maior sustentabilidade nos setores das pescas nacionais e regionais.</p> <p>Os objetivos desta atividade de intervenção podem ser alcançados através do seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Facilitar a integração do quadro da Iniciativa para a Transparência das Pescas (FITI) nos sistemas convencionais de gestão das pescas e de dados. • O desenvolvimento de plataformas de registo e armazenamento de dados de pesca facilmente acessíveis e seguras para recursos haliêuticos transfronteiriços individuais. • Integração das populações indígenas e da participação e envolvimento das comunidades locais na gestão dos recursos haliêuticos, a fim de aumentar a transparência, nomeadamente através do apoio ao desenvolvimento de programas comunitários de gestão das pescas • Revisão regular das atuais abordagens de gestão, à medida que forem sendo disponibilizados novos dados, a fim de garantir a utilização de estratégias de gestão adequadas e otimizadas para a saúde a longo prazo da pescaria em causa • Apoiar o incentivo à certificação dos recursos haliêuticos e dos produtos da pesca, utilizando certificações de sustentabilidade reconhecidas internacionalmente. Alavancar incentivos baseados no mercado para a certificação pode melhorar a rastreabilidade e garantir que os consumidores façam parte das soluções para tomar decisões informadas e apoiar o peixe capturado de forma sustentável. • Reavaliar os APPS e outros acordos de pescas internacionais para integrar a transparência e a partilha equitativa dos benefícios. • Desenvolver programas de sensibilização e de formação sobre a importância e as vantagens da rastreabilidade, da certificação, da transparência e da necessidade de recolher dados sobre a pesca. • Integrar a transparência, a rastreabilidade, a certificação e a necessidade de recolha de dados nas políticas nacionais e regionais de gestão das pescas, identificando e combatendo assim os subsídios prejudiciais à pesca.
<p>Instituições parceiras propostas</p>	<p>UE, UA, CER, UA-IIRA, AUDA-NEPAD, UNECA, PNUD, PNUMA, AFD, GIZ, ADF, FAO, Banco Mundial, ORGP, programas de desenvolvimento regional, governos nacionais e programas de desenvolvimento, comunidades locais (a nível subnacional)</p>
<p>Período de execução</p>	<p>2024 – 2030</p>

Atividade 1.5 Facilitar o diálogo referente a preocupações sobre o acesso ao mar e o aproveitamento dos recursos aquáticos internos dos países

A garantia de um acesso equitativo aos recursos oceânicos foi identificada como uma oportunidade fundamental para a Parceria Oceanos África-Europa e insere-se no âmbito da visão comum sobre a governação dos oceanos e a economia azul. O conceito de aproveitamento da economia azul em África não se limita ao desenvolvimento dos recursos costeiros e marinhos, mas estende-se também aos recursos de água doce (rios, lagos e cascatas). Atualmente, os diferentes Estados têm um acesso desigual aos recursos oceânicos e aquáticos, o que implica que alguns Estados costeiros poderiam beneficiar mais do desenvolvimento da economia azul do que outros, incluindo os Estados sem litoral. Isto inclui o acesso não equitativo devido a políticas, acordos comerciais ou embargos, bem como um

historial de disposição que envolva remoções ou restrições a reivindicações marítimas. Assim, é imperativo facilitar o debate e a discussão para facilitar o acesso equitativo aos oceanos e a outros recursos aquáticos entre os Estados parceiros no âmbito da Parceria Oceanos África-Europa, de modo a que as preocupações específicas possam ser ouvidas e que possam ser desenvolvidas soluções adaptadas através de esforços de colaboração. Isto engloba a inclusão de uma abordagem centrada nas pessoas, garantindo que os Estados são beneficiários prioritários diretos dos seus benefícios, e a exploração de formas de os Estados sem litoral poderem aceder aos recursos oceânicos, nomeadamente através de redes de transporte eficientes (como os corredores ferroviários e estratégicos).

Atividade 1.5	Facilitar o diálogo referente a preocupações sobre o acesso ao mar e o aproveitamento dos recursos aquáticos dos países sem litoral	Prioridade: baixa
Domínio de intervenção principal	Governação dos oceanos	
Objetivo(s)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Facilitar o debate regular sobre as preocupações relativas ao acesso ao mar e aproveitamento dos Estados sem litoral. 2. Facilitar o desenvolvimento de potenciais soluções através de esforços de colaboração. 	
Descrição das atividades	<p>O objetivo desta área de atividade é facilitar o diálogo sobre o acesso equitativo aos oceanos e a outros recursos aquáticos, de modo a que as preocupações específicas possam ser ouvidas e que possam ser desenvolvidas soluções adaptadas a estes desafios para a partilha equitativa dos benefícios do desenvolvimento da economia azul. Isto inclui a exploração de formas de os Estados sem litoral, que não têm acesso a linhas costeiras ou recursos marinhos, poderem aproveitar o potencial do oceano para o desenvolvimento nacional.</p> <p>Vários mecanismos existentes podem ser aproveitados para facilitar o diálogo e desenvolver soluções. Isto inclui o aproveitamento das redes já estabelecidas pelos blocos regionais (como as CER) para estabelecer pontos de contacto em diferentes países, o aproveitamento das instituições para enfrentar estes desafios (por exemplo, centros de excelência africanos, universidades, ONG, governos nacionais) e o incentivo ao setor privado para explorar soluções em vários Estados.</p>	

	<p>A próxima III Conferência das Nações Unidas sobre os países em desenvolvimento sem litoral, que se realizará no Ruanda em 2024, poderá constituir uma oportunidade para enfrentar este desafio.</p> <p>Os objetivos desta área de atividade podem ser facilitados pelo seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver plataformas nacionais específicas para o debate público que possam ser utilizadas para identificar as principais preocupações. Isto pode incluir seminários, reuniões em vídeo e diálogo escrito. • Desenvolver protocolos em que as principais preocupações identificadas possam ser submetidas aos governos nacionais ou aos representantes internacionais para as apresentarem aos parceiros regionais e desenvolverem soluções em colaboração. • Desenvolver uma base de dados regional que armazene áreas de desenvolvimento prioritário identificadas sobre o acesso aos recursos aquáticos a nível nacional. Esta base de dados deve ser de acesso livre e pode ser utilizada tanto pelo setor público como pelo setor privado para desenvolver soluções transnacionais de acesso aos recursos oceânicos. • Institucionalizar o debate e o diálogo regulares a nível regional e continental. • Apoiar a monitorização dos recursos oceânicos, para permitir a identificação do destino dos recursos oceânicos.
<p>Instituições parceiras propostas</p>	<p>UE, UA, CER, AUDA-NEPAD, UNECA, PNUD, Centros de excelência africanos, ONG, AFD, ADF, GIZ, Banco Mundial, universidades, governos nacionais e outros programas internacionais de desenvolvimento</p>
<p>Período de execução</p>	<p>2024 – 2026</p>

Atividade 1.6 Elevar a igualdade de género e a participação das mulheres e dos jovens no setor marítimo

Os grupos vulneráveis, especificamente as mulheres e os jovens, há muito que estão em desvantagem no setor marítimo, apesar de desempenharem um papel significativo nas cadeias de valor da economia azul economicamente importantes, como a pesca de captura. O desenvolvimento da economia azul no âmbito da Parceria Oceanos África-Europa é uma oportunidade ideal para promover a igualdade de género e a proteção das mulheres e dos jovens no setor marítimo em ambos os continentes. Isto inclui a promoção da agência e liderança dos jovens nos oceanos e na economia azul, assegurando a implementação de formação e sistemas de capacitação adequados, a igual-

dade de oportunidades e de tratamento para as mulheres nos setores dos oceanos, programas de apoio específicos para as mulheres nos setores dos oceanos, assegurando que as contribuições das mulheres na inovação científica e tecnológica (aquicultura, energia, transportes e biotecnologia) (no que se refere ao desenvolvimento da economia azul) são reconhecidas, que as mulheres são apoiadas e integradas nas iniciativas de planeamento da economia azul, que as mulheres são compensadas de forma igual pelo trabalho em relação aos seus homólogos masculinos (por exemplo, através de um sistema de salários iguais por um conjunto de trabalho), garantindo a existência de me-

canismos para monitorizar e avaliar o progresso dos diferentes géneros em vários aspetos da economia azul, e que as lacunas de dados de género em setores específicos da economia azul são abordadas. Esta intervenção contribui-

rá para a sustentabilidade social da economia azul em África e na Europa, assegurará que os grupos vulneráveis se tornem menos vulneráveis no futuro e facilitará uma abordagem coesa em ambos os continentes.

Atividade 1.6	Elevar a igualdade de género e a proteção das mulheres e dos jovens no setor marítimo	Prioridade: elevada
Domínio de intervenção principal	Governação dos oceanos	
Objetivo(s)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Facilitar a igualdade de oportunidades para homens e mulheres em toda a economia azul. 2. Facilitar a integração das mulheres e dos jovens trabalhadores no planeamento e na implementação da economia azul. 3. Facilitar a monitorização da participação das mulheres na economia azul, a fim de colmatar as lacunas nos dados relativos ao género. 	
Descrição das atividades	<p>O objetivo desta atividade é promover a igualdade de género e facilitar a integração das mulheres e dos jovens no planeamento e na implementação da economia azul, assegurando a igualdade de oportunidades de resultados tanto para as mulheres como para os homens em todos os setores da economia azul.</p> <p>Esta área de atividade é vasta, com muitas áreas possíveis de intervenção específica. No entanto, é mais provável que a pressão para alterar as políticas a nível nacional beneficie diretamente as mulheres no terreno (do que a nível regional ou continental) a longo prazo. O desenvolvimento de políticas para a igualdade de género em toda a economia azul é essencial para integrar e apoiar as mulheres em todas as empresas da economia azul. As políticas devem ser desenvolvidas de modo a que a eliminação dos obstáculos à participação equitativa das mulheres na economia azul seja incentivada em todo o setor privado.</p> <p>Os objetivos desta atividade podem ser alcançados através do seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apoiar o desenvolvimento de programas de apoio e proteção para mulheres e jovens trabalhadores e empresários em diferentes setores da economia azul (a todos os níveis), e entre iniciativas africanas e europeias. • Apoiar o desenvolvimento de programas de igualdade de compensação em todos os setores da economia azul (a nível nacional, regional e continental). • Integrar a dimensão do género nos programas de monitorização da economia azul, de modo a que os progressos das mulheres possam ser acompanhados à medida que a economia azul se desenvolve. Isto inclui a resolução das lacunas de dados sobre o género em setores específicos da economia azul e a partilha de dados entre África e Europa para melhorar as intervenções relacionadas com o género. • Desenvolver plataformas intercontinentais e programas de sensibilização para reconhecer os contributos das mulheres na ciência, na tecnologia e noutras áreas da economia azul. 	

	<ul style="list-style-type: none">Integrar a igualdade de género e o acesso a oportunidades para as mulheres nas estratégias nacionais da economia azul e nas iniciativas de implementação. Isto inclui o desenvolvimento de programas de apoio técnico e financeiro para grupos anteriormente marginalizados, povos indígenas e comunidades locais em todo o setor marítimo, tais como mulheres empresárias.
Instituições parceiras propostas	UE, UA, CER, AUDA-NEPAD, PNUD, PNUMA, UNESCO, AFD, ADF, GIZ, FAO, Banco Mundial, programas de desenvolvimento regional, governos nacionais e programas de desenvolvimento
Período de execução	2024 – 2028

Atividade 1.7 Melhorar as condições de trabalho e a proteção social dos marinheiros e dos trabalhadores portuários

Os marinheiros (incluindo os pescadores), os trabalhadores portuários e outros trabalhadores marítimos constituem a espinha dorsal das operações marítimas e contribuem significativamente para a prosperidade da economia azul. No entanto, historicamente, estes grupos têm enfrentado condições de trabalho precárias (que perduram na atualidade), incluindo longas horas de trabalho, medidas de segurança inadequadas e acesso limitado a serviços essenciais. Embora as agências europeias tenham alargado a cooperação neste setor, os progressos são ainda lentos e podem ser envidados mais esforços para garantir a implementação de regulamentos e normas abrangentes destinados a salvaguardar os direitos e o bem-estar dos marinheiros e dos trabalhadores portuários. Para tal, deve-se incluir a adoção de convenções da Organização

Internacional do Trabalho (OIT) e da Organização Marítima Internacional (OMI) em matéria de saúde, segurança, normas laborais e proteção social. A cooperação no âmbito da Parceria Oceanos África-Europa pode ser aproveitada para contribuir para a aplicação das leis laborais, proporcionar formação e apoio adequados às indústrias e estabelecer mecanismos de proteção social, incluindo cuidados de saúde, seguros e prestações de reforma. Esta intervenção colaborativa não só promove a justiça social e a equidade, como também fomenta uma economia azul mais resiliente e sustentável que beneficia todas as partes envolvidas. Além disso, estas mudanças contribuem para tornar o setor marítimo, portuário e das pescas um local de trabalho atrativo, podendo assim facilitar o desenvolvimento da economia azul em África e na Europa.

Atividade 1.7	Melhorar as condições de trabalho e a proteção social dos marinheiros e dos trabalhadores portuários	Prioridade: média
Domínio de intervenção principal	Governança dos oceanos	
Objetivo(s)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Melhorar as condições de trabalho dos trabalhadores marítimos em todos os setores da economia azul. 2. Assegurar a proteção social dos trabalhadores marítimos em toda a economia azul. 3. Reforçar a cooperação na luta contra a perda de vidas no mar 4. Facilitar o aumento da atratividade da economia azul como local de trabalho. 	
Descrição das atividades	<p>O objetivo desta atividade é melhorar as condições de trabalho e assegurar a proteção social dos trabalhadores marítimos (como os marinheiros e os trabalhadores portuários), tornando as indústrias da economia azul espaços mais atrativos para trabalhar.</p> <p>A implementação a nível nacional de regulamentos e normas laborais abrangentes e aprovados internacionalmente é essencial para proteger os direitos e o bem-estar da força laboral da economia azul, garantindo a persistência e o desenvolvimento da economia azul nos continentes africano e europeu. Outras intervenções podem incluir a criação de mecanismos de proteção social, tais como prestações de cuidados de saúde, programas de educação para os filhos dos trabalhadores, seguros e a criação de programas de reforma, quando estes não existem.</p> <p>Outras intervenções podem incluir a criação de mecanismos de proteção social, tais como prestações de cuidados de saúde, programas de educação para os filhos dos trabalhadores, seguros e a criação de programas de reforma, quando estes não existem.</p> <p>Os objetivos desta área de atividade podem ser alcançados através do seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Adotar as principais convenções da OIT em matéria de trabalho e de proteção social. • Integrar as convenções da OIT sobre trabalho e proteção social nas estratégias nacionais da economia azul. • Integrar as convenções da OIT nas políticas a nível nacional, regional e continental. • Apoiar o desenvolvimento de mecanismos de benefícios sociais nos setores da economia azul. Estes incluem prestações de saúde, programas de educação para os filhos dos trabalhadores, seguros e a criação de programas de reforma. • Apoiar o desenvolvimento de programas de sensibilização em matéria de direitos humanos e laborais para informar a força laboral atual e futura da economia azul. • Desenvolver plataformas anónimas e facilmente acessíveis para denunciar violações dos direitos humanos e do trabalho. • Facilitar a aplicação da legislação laboral em todos os setores da economia azul. Isto inclui capacitar a força laboral para denunciar violações de forma anónima (incluindo formação sobre como fazê-lo, que plataformas utilizar, etc.), bem como a capacidade de aplicar essas leis aos intervenientes internacionais em territórios locais. 	

	<ul style="list-style-type: none">• Apoiar o desenvolvimento de programas de formação e de apoio às indústrias da economia azul. Isto inclui o desenvolvimento da literacia oceânica entre os trabalhadores da economia azul, além da formação de competências e áreas profissionais.• Promoção de navios de salvamento em África e na Europa para prestar assistência em caso de emergência.
Instituições parceiras propostas	UE, UA, CER, AUDA-NEPAD, UNESCO, PNUD, PNUMA, FAO, AFD, ADF, GIZ, Banco Mundial, OIT, OMI, governos nacionais, sistemas judiciais e programas de desenvolvimento (a nível nacional e regional)
Período de execução	2024 – 2027



INTERVENÇÃO 2

**Partilha de
capacidades**

A partilha de capacidades deve ser um elemento crucial da Parceria Oceanos África-Europa, bem como um instrumento para facilitar a implementação de uma visão comum sobre a governação dos oceanos e a economia azul, transformando-a em mudanças concretas nos meios de subsistência africanos e europeus.

São necessários conhecimentos e experiência para desenvolver novas capacidades em toda a África e na Europa para pôr em prática a sua visão comum em diferentes setores da economia azul e alcançar o ODS 14: proteger a vida marinha até 2030. O desenvolvimento de novas capacidades em África e na Europa exige que as instituições locais desenvolvam conhecimentos e competências especializadas, apoiadas por parceiros que tenham provado a eficácia dos seus conhecimentos e experiências na cena internacional. África precisa de ser apoiada para estruturar adequadamente mecanismos eficazes que reforcem a partilha de conhecimentos a diferentes resoluções e níveis institucionais, e para desenvolver uma literacia oceânica generalizada, de modo a que os objetivos da Parceria Oceanos África-Europa possam ser implementados eficazmente. A UE dispõe de importantes recursos científicos, de dados e de desenvolvimento e produção de políticas que podem ser partilhados com África. Estes conhecimentos poderão ser aproveitados para ligar peritos em governação dos oceanos e cientistas especialistas em economia azul, decisores políticos, indústrias, empresários e académicos em África e na Europa, promovendo o intercâmbio de boas práticas e desenvolvendo soluções adaptadas para enfrentar os desafios comuns dos oceanos no âmbito da Parceria África-Europa, o que constitui um cenário vantajoso para ambos os continentes.

O termo “reforço das capacidades” foi deliberadamente substituído por “partilha de capacidades” como forma de realçar o espírito de promoção de uma parceria comum entre a África e a Europa que não seja unidirecional. A partilha de capacidades deve ser um processo bidirecional e todas as atividades associadas devem assentar nos seguintes princípios (i) permitir benefícios socioeconómicos e am-

bientais (a nível nacional, regional e continental), (ii) criar oportunidades para as indústrias e o empreendedorismo, (iii) desenvolver a capacidade de intervenção dos grupos vulneráveis na economia azul (incluindo as mulheres e os jovens), (iv) contribuir para a boa governação a vários níveis e (v) promover relações amigáveis entre as partes interessadas. A obtenção de progressos nestas frentes não só dará resposta a desafios socioeconómicos e ambientais de longa data, como também posicionará estrategicamente a África e a Europa como uma frente unida no contexto dos desafios e transições globais emergentes.

A Parceria Oceanos África-Europa deverá reconhecer a importância da elaboração de políticas baseadas em dados concretos e a necessidade de dispor de dados acessíveis e fiáveis, bem como de dados científicos de ponta, para informar os processos de decisão e de elaboração de políticas. O empenho na programação e elaboração de políticas baseadas em dados é essencial para enfrentar os desafios complexos da governação dos oceanos e do desenvolvimento de uma economia azul sustentável, bem como para maximizar o impacto da Parceria. Assim, o papel da Parceria Oceanos África-Europa no contexto da partilha de capacidades centra-se principalmente no desenvolvimento de redes de partilha de informações, políticas, investigação e dados.

Além disso, as redes de cientistas e centros de investigação poderiam ser aproveitadas para desenvolver a literacia oceânica e reforçar a cooperação industrial, comunicando os potenciais benefícios e desafios de uma governação dos oceanos e economia azul eficazes ao grande público de ambos os continentes. Tornar estes temas acessíveis e facilmente compreensíveis promoverá uma maior compreensão e apreciação do oceano e desempenhará um papel importante para inspirar um comportamento responsável, incentivar a gestão e mobilizar o apoio técnico e financeiro, bem como a liderança política fundamental para a governação dos oceanos e as iniciativas sustentáveis da economia azul por parte do público.

As atividades que se seguem são propostas para inclusão no “Roteiro para 2030: Co-promover a Parceria Oceanos África-Europa” no âmbito do domínio de intervenção de partilha de capacidades:

Atividade 2.1 Facilitar a partilha de experiências sobre o desenvolvimento da política da economia azul e a política oceânica emergente

O contexto da Parceria Oceanos África-Europa oferece a oportunidade de partilha de conhecimentos em torno do desenvolvimento de políticas nacionais eficazes para facilitar o desenvolvimento da governação dos oceanos e da economia azul, promovendo assim a capacidade de desenvolvimento de políticas em África e na Europa. Os desafios do desenvolvimento de políticas eficazes são muitas vezes altamente contextuais, de tal forma que são necessárias abordagens únicas e soluções políticas adaptadas. Um potencial local de intervenção inclui o desenvolvimento de políticas para a economia azul e a governação dos oceanos, bem como setores emergentes como as biotecnologias, a descarbonização (economia circular,

industrialização verde e formas alternativas de energia) e a associação de atividades da economia azul (por exemplo, transporte, infraestruturas portuárias, aquicultura e carbono azul) para obter um maior impacto e benefícios para os meios de subsistência locais. Apesar dos desafios, através da partilha de experiências de desenvolvimento de políticas, os Estados nacionais africanos e europeus podem colaborar na formulação de soluções políticas inovadoras para os desafios modernos que o desenvolvimento da economia azul enfrenta, alinhar as políticas dos estados vizinhos para facilitar o comércio internacional e promover a cooperação amigável e a boa vontade entre os Estados-Membros.

Atividade 2.1	Facilitar a partilha de experiências sobre o desenvolvimento da política da economia azul e a política oceânica emergente	Prioridade: elevada
Domínio de intervenção principal	Partilha de capacidades	
Objetivo(s)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Proporcionar uma plataforma ou centro de ligação em rede e de comunicação para a partilha de boas práticas relacionadas com a economia azul e a evolução da política dos oceanos. 2. Facilitar o desenvolvimento de potenciais soluções políticas para os desafios contextuais da economia azul através de esforços de colaboração. 3. Reforçar a cooperação industrial entre a África e a Europa, nomeadamente em setores emergentes que correspondam às aspirações continentais (económicas e ambientais). 	
Descrição das atividades	<p>O objetivo desta atividade é facilitar a partilha de experiências e histórias de sucesso no desenvolvimento de políticas para a governação dos oceanos e a economia azul, de modo a que possam ser desenvolvidas novas abordagens inovadoras e soluções políticas para os desafios contextuais que os Estados de ambos os continentes enfrentam no desenvolvimento de economias azuis nacionais e regionais.</p> <p>Recomenda-se o desenvolvimento de uma plataforma online específica para a partilha de experiências de desenvolvimento de políticas.</p>	

	<p>Esta plataforma deve ter como objetivo ligar especialistas em políticas, representantes de governos nacionais e regionais de diferentes Estados-Membros e representantes judiciais nacionais, oferecendo assim a oportunidade de colaboração para novas soluções políticas para desafios específicos do contexto no âmbito da Parceria Oceanos África-Europa. Esta plataforma online pode também servir de centro para a conceção de novos projetos de desenvolvimento relacionados com a governação dos oceanos e o desenvolvimento de políticas em diferentes resoluções.</p> <p>Os objetivos desta atividade podem ser alcançados através do seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O desenvolvimento de uma plataforma online específica para a partilha de experiências e desafios políticos dos Estados africanos e europeus. • Desenvolver protocolos de conduta e salvaguardas para a utilização da plataforma online, de modo a que as informações sensíveis em matéria de soberania não sejam divulgadas se não for essa a intenção. • Estabelecer uma rede de especialistas em desenvolvimento de políticas para ajudar a conceber soluções políticas eficazes através da plataforma online. • Apoiar a comunicação e monitorização das alterações implementadas para acompanhar o seu progresso, de modo a permitir a sua partilha e a identificação de práticas de trabalho. • Institucionalizar e integrar a partilha de conhecimentos nas políticas nacionais e regionais. • Apoiar a harmonização das políticas nacionais e regionais para facilitar os objetivos comuns de desenvolvimento através da plataforma online.
<p>Instituições parceiras propostas</p>	<p>UE, UA, CER, UA-IIRA, AUDA-NEPAD, PNUMA, PNUD, UNESCO, FAO, Banco Mundial, governos e legisladores nacionais</p>
<p>Período de execução</p>	<p>2024 – 2028</p>

Atividade 2.2 Promover o ordenamento do espaço marítimo (OEM), incluindo a monitorização e a contabilidade da economia azul

A Parceria Oceanos África-Europa constitui uma oportunidade fundamental para incentivar a aplicação da monitorização e da contabilidade da economia azul, bem como a partilha de conhecimentos sobre a aplicação do OEM entre os países interessados. Ao adotarem o OEM em geral, a África e a Europa poderão equilibrar os interesses económicos, ecológicos e sociais para garantir a utilização e a gestão sustentáveis das zonas marinhas e costeiras. Poderá fornecer aos dois continentes um instrumento para

melhorar a coordenação, a segurança marítima, a gestão sustentável dos recursos, a proteção do ambiente, a adaptação às alterações climáticas e a participação da comunidade. A UE já adotou o OEM, tendo muitos Estados europeus concordado com as obrigações decorrentes do roteiro conjunto da Comissão Europeia e da COI-UNESCO (2022–2027) para acelerar o OEM a nível mundial, e através do qual vários Estados africanos beneficiaram ao informar as suas próprias estratégias nacionais de OEM.

Para que a implementação progrida de forma coerente, a gestão sustentável dos recursos marinhos exige uma compreensão diferenciada das interações complexas existentes nos ecossistemas marinhos e das atividades socioeconómicas que estes apoiam, tendo ainda mais em conta a natureza transfronteiriça de muitos recursos oceânicos. A monitorização da economia azul através da contabilidade ambiental e azul permite acompanhar a utilização dos recursos marinhos para atenuar o risco de sobre-exploração, avaliar os impactos das atividades humanas para salvaguardar a biodiversidade, identificar os desafios específicos do contexto para o desenvolvimento da economia azul (a nível nacional, regional e continental) e facilitar uma maior compreensão da dinâmica em jogo nos sistemas oceânicos. Além disso, os sistemas de monitorização e de contabilidade podem ser utilizados para orientar o OEM e otimizar a atribuição do espaço marinho, equilibrando simultaneamente os interesses concorrentes de forma a

garantir a integridade ecológica, a viabilidade económica e a equidade social. Este aspeto é particularmente relevante no contexto do quadro 30x30 (que implica a proteção de 30% do espaço marinho até ao ano 2030), através da criação de Áreas Marinhas Protegidas (AMP) e Áreas Marinhas Geridas Localmente (LMMA) onde estas não existam atualmente, para uma melhor gestão e proteção dos recursos marinhos. Por exemplo, a ProAzul está atualmente a trabalhar com a Wildlife Conservation Society e o Blue Action Fund sobre os benefícios para a comunidade da partilha de estratégias para LMMA e futuras AMP. Para além disso, o OEM tem o poder de promover a cooperação internacional. Nos espaços marinhos partilhados, o OEM poderia incentivar uma maior cooperação e coordenação entre a África e a Europa; poderia ajudar a resolver quaisquer questões transfronteiriças e garantir um planeamento coerente além fronteiras

Atividade 2.2	Promover a monitorização e a contabilidade da economia azul e o ordenamento do espaço marinho	Prioridade: elevada
Domínio de intervenção principal	Partilha de capacidades	
Objetivo(s)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Implementação da monitorização e da contabilidade da economia azul. 2. Facilitar a partilha de conhecimentos relativos ao ordenamento do espaço marinho entre as partes interessadas. 3. Facilitar a criação de futuras AMP e LMMA no âmbito do quadro 30x30. 	
Descrição das atividades	<p>O objetivo desta atividade é apoiar a implementação da monitorização e da contabilidade da economia azul nos países e regiões africanos e europeus interessados.</p> <p>Recomenda-se a criação de centros nacionais de contabilidade azul ou de coordenação da economia azul para fornecer e coordenar os serviços de monitorização e contabilidade. Estes centros podem então ser utilizados como centros de informação para o planeamento local e nacional do espaço marinho, em contextos nacionais únicos. Além disso, recomenda-se a criação de plataformas e instituições regionais de monitorização da economia azul, uma vez que estas poderiam coordenar-se com as agências nacionais e consolidar dados e conhecimentos, a fim de informar a tomada de decisões a nível regional, a divulgação de boas práticas e uma melhor coordenação do apoio ao desenvolvimento da economia azul nos Estados que mais necessitam. Estes centros podem também servir como plataformas de partilha de conhecimentos para informações relativas à contabilidade azul e ao OEM.</p> <p>Os objetivos desta atividade podem ser alcançados através do seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A aplicação de iniciativas nacionais e regionais de contabilidade azul (como a aplicação do kit de ferramentas de avaliação da economia azul já testado pela UNECA, que já foi experimentado nas Seychelles, no Ruanda, no Jibuti e na Tanzânia). • Desenvolver protocolos e indicadores para aproveitar os dados da economia azul para informar as iniciativas de planeamento do espaço marítimo. 	

	<ul style="list-style-type: none"> • Implementação de um calendário regular de apresentação de relatórios aos governos nacionais ou às autoridades de planeamento (por exemplo, um mínimo de um relatório por ano). • Desenvolver uma rede internacional de instituições de contabilidade azul para partilhar e divulgar as melhores práticas e os novos desenvolvimentos. Recomenda-se igualmente o desenvolvimento de instituições ou plataformas continentais de informação sobre a contabilidade azul. • Estabelecer diálogos regulares de alto nível, proporcionando uma plataforma para que os decisores e os profissionais da conservação de África e da Europa se reúnam, reconfirmem compromissos e avancem com ações conjuntas em prol da consecução do objetivo 30x30, através do reforço das AMP e do apoio às LMMA • Prestar apoio aos governos de baixa capacidade para a realização do objetivo 30x30, proporcionando atividades de reforço das capacidades para a identificação, desenvolvimento e implementação de AMP, bem como para a partilha de informações sobre as melhores práticas e a resolução de problemas. • Facilitar a colaboração em matéria de investigação para identificar as zonas biologicamente críticas, as fontes de poluição terrestres e os impactos climáticos que alteraram as zonas biológicas e o que isso significa para a criação de zonas de conservação marinha, e envolver o setor privado para fornecer às partes interessadas locais as ferramentas necessárias para gerir melhor as suas AMP, a fim de conservar 30% dos habitats marinhos até 2030.
<p>Instituições parceiras propostas</p>	<p>UE, UA, CER, AUDA-NEPAD, UA-IIRA, PNUD, PNUMA, UNESCO, AFD, ADF, FAO, Banco Mundial, ORGP, programas de desenvolvimento regional, governos nacionais</p>
<p>Período de execução</p>	<p>2024 – 2028</p>

Atividade 2.3 Reforçar e estruturar uma rede África-Europa de instituições de investigação e ensino para a governação dos oceanos e a economia azul

A Parceria Oceanos África-Europa identificou a necessidade de reforçar e estruturar a rede existente de instituições de investigação e ensino altamente conceituadas, de reunir conhecimentos e peritos de África e da Europa e de promover a observação científica e o intercâmbio de conhecimentos, dados e políticas entre os dois continentes. Tal inclui o desenvolvimento do trabalho de instituições especializadas da UA e da UE, como os centros de excelência da UA, bem como de programas de investigação académi-

ca, como os programas da UNESCO sobre a governação dos oceanos, e de parcerias e colaborações já existentes entre a Europa e África no domínio da investigação e ensino. Uma rede destas instituições de investigação específicas pode reforçar a capacidade dos países membros para governar e gerir eficazmente os seus recursos da economia azul, através do desenvolvimento cooperativo e da partilha de melhores práticas, conhecimentos contextuais e competências especializadas. Atualmente, não existe

uma orientação clara para os centros de excelência no âmbito da anterior cooperação África-Europa no que respeita aos oceanos, o que contribuiu para a falta de atividade de investigação orientada. De acordo com a visão comum para a África e a Europa no âmbito da Parceria Oceanos África-Europa institucional, recomenda-se o desenvolvimento de uma visão comum para a rede de investigação proposta para a Parceria Oceanos África-Europa, uma vez que pode ser utilizada para orientar a investigação sobre

a governação dos oceanos e a economia azul, bem como a investigação sobre as necessidades específicas de implementação em contextos únicos. O desenvolvimento de uma rede de investigação que funcione bem pode facilitar o seu crescimento à medida que novas instituições aderem, o que pode simultaneamente inspirar grandes programas de investigação transcontinentais sobre a governação dos oceanos e a economia azul e facilitar a literacia oceânica em ambos os continentes.

Atividade 2.3	Reforçar e estruturar uma rede África-Europa de instituições de investigação e ensino para a governação dos oceanos e a economia azul	Prioridade: média
Domínio de intervenção principal	Partilha de capacidades	
Objetivo(s)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Reconhecer a existência de relações de longa data entre a Europa e África em matéria de investigação e ensino, incluindo entre instituições académicas, programas universitários, intercâmbios de capacidades de estudantes e tutores. 2. Desenvolver uma rede ativa de instituições de investigação África-Europa para impulsionar a investigação sobre os oceanos e a economia azul. 3. Facilitar o desenvolvimento de programas de investigação transcontinentais sobre a governação dos oceanos e a economia azul. 	
Descrição das atividades	<p>O objetivo desta atividade é apoiar a implementação da monitorização e da contabilidade da economia azul nos países e regiões africanos e europeus interessados.</p> <p>O objetivo desta atividade é desenvolver uma rede África-Europa para um capital de investigação cada vez maior através de instituições de investigação reconhecidas, como os centros de excelência e os programas de investigação da UNESCO, e de parcerias e colaborações já existentes entre a Europa e África no domínio da investigação e ensino, a fim de apoiar o intercâmbio de conhecimentos e os esforços de investigação em colaboração entre África e Europa, especificamente sobre temas relacionados com a governação dos oceanos e a economia azul, nomeadamente através do desenvolvimento de programas de investigação em grande escala sobre a governação dos oceanos e a economia azul.</p> <p>É necessário reforçar as plataformas multilaterais e os quadros de cooperação regional para dar resposta às questões globais. A rede proposta de centros de excelência África-Europa poderia servir de plataforma para muitos dos debates políticos e técnicos necessários para fazer avançar a ação e a cooperação no domínio dos oceanos. Além disso, a rede de centros de excelência deve centrar-se não só nos dados científicos, mas também nos dados económicos e sociais, a fim de garantir que as informações obtidas possam ser facilmente utilizadas na elaboração de políticas para promover a gestão integrada dos oceanos, bem como para desenvolver conhecimentos técnicos e jurídicos. Além disso, é importante sublinhar que os centros de excelência africanos incorporam frequentemente práticas indígenas e conhecimentos tradicionais na sua estratégia de governação. Esta forma de intercâmbio de conhecimentos pode abrir caminho para que as instituições europeias incorporem práticas semelhantes nas suas próprias abordagens à gestão de recursos.</p>	

	<p>Os objetivos desta atividade podem ser alcançados através do seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de uma visão comum (como um memorando de entendimento) e de um quadro para orientar os esforços de investigação da rede de investigação sobre a governação dos oceanos e a economia azul. Este quadro pode ser revisto regularmente para garantir que está alinhado com as necessidades de desenvolvimento da parceria. • Mapeamento exaustivo das relações de longa data entre a Europa e África em matéria de investigação e ensino, incluindo entre instituições académicas, programas universitários, intercâmbios de capacidades de estudantes e tutores. • Mapeamento exaustivo dos centros de excelência africanos e europeus para inclusão na rede de investigação proposta. • Desenvolver uma plataforma (online) específica para facilitar o intercâmbio de conhecimentos entre instituições de investigação no âmbito da rede. • Estabelecer um conjunto de pontos de contacto específicos reconhecidos em cada instituição para facilitar a correspondência primária com outros membros da rede. • Desenvolver um conjunto de critérios de seleção ou de desempenho para inclusão na rede de investigação África-Europa sobre os oceanos, com base no impacto potencial relevante e no potencial de colaboração no âmbito da parceria institucional. O desenvolvimento de um carácter prestigioso da rede de investigação pode contribuir para atrair o investimento dos doadores, bem como para promover a excelência da investigação. • Desenvolver protocolos para o intercâmbio regular de pessoal e de competências entre as diferentes instituições da rede. • Institucionalizar seminários regulares no âmbito da rede de investigação para inspirar os seus membros e facilitar futuros desenvolvimentos da investigação. • Apoiar o desenvolvimento de grandes programas de investigação transcontinentais alinhados com a visão comum da investigação. • Desenvolver uma base de dados de peritos em oceanos e economia azul na UE e na UA para promover um intercâmbio de elevada qualidade.
<p>Instituições parceiras propostas</p>	<p>UE, UA, CER, Banco Mundial, UNESCO, centros de excelência da UA (incluindo a Faculdade de Recursos Pesqueiros da Universidade de Suez (Egito), a Universidade de Rodes – Departamento de Ictiologia e Ciências da Pesca (África do Sul), a Académie, Universidade de Ibadan (Nigéria), National Fisheries Resources Research Institute (Uganda), Regionale des Sciences et Techniques de la Mer (Costa do Marfim), Department of Fisheries and Aquatic Sciences, University of Cape Coast (Gana), Institut des Arts et métiers nautique de limbo (Camarões).</p> <p>Centros de excelência da UE (incluindo COST Action, SEA-EU, EOREA, Jean Monnet CoE on Sustainable Blue Economy, Europe Jacques Delors), Institut Eurafrique Export (Nantes, França), universidades, ONG de investigação</p> <p>Relações de longa data entre a Europa e África em matéria de investigação e ensino, incluindo entre instituições académicas, programas universitários, intercâmbios de capacidades de estudantes e tutores.</p>
<p>Período de execução</p>	<p>2024 – 2027</p>

Atividade 2.4 Acelerar o desenvolvimento de uma literacia generalizada

Para facilitar os objetivos da Parceria Oceanos África-Europa de desenvolver uma melhor governação dos oceanos e a economia azul em África e na Europa, há uma necessidade premente de desenvolver uma ampla literacia oceânica nos Estados-Membros e no público em geral. A parceria deve contribuir deliberadamente para explicar os conceitos de governação dos oceanos e de economia azul, tornando-os acessíveis e compreensíveis para a população em geral. Isto implica comunicar claramente o leque de atividades que têm impacto e dependem do oceano, salientando a interligação entre as atividades humanas, as alterações climáticas e a saúde dos oceanos, bem como os benefícios, oportunidades, riscos e desafios associados

à economia azul e à governação dos oceanos. A abordagem da Parceria Oceanos África-Europa é que a literacia oceânica e a ciência dos oceanos devem informar políticas e programas baseados em dados concretos, a fim de garantir benefícios socioeconómicos e ambientais para as comunidades e os intervenientes em geral. Ao promover uma maior compreensão e apreciação do oceano, a parceria desempenhará um papel importante para inspirar um comportamento responsável, incentivar a gestão e mobilizar o apoio do público, bem como a liderança política crítica para a governação dos oceanos e iniciativas sustentáveis da economia azul.

Atividade 2.4	Acelerar o desenvolvimento de uma literacia generalizada	Prioridade: elevada
Domínio de intervenção principal	Partilha de capacidades	
Objetivo(s)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Facilitar a literacia oceânica generalizada. 2. Facilitar um maior envolvimento do público nos domínios do desenvolvimento da economia azul e da governação dos oceanos. 	
Descrição das atividades	<p>Este objetivo visa facilitar o desenvolvimento de uma literacia oceânica generalizada, aumentar a participação do público no desenvolvimento e nas operações da economia azul, bem como na governação dos oceanos.</p> <p>O desenvolvimento de um centro de partilha de informação online ou de uma biblioteca virtual (“Africa-Europe Blue Cloud”) é recomendado para facilitar uma maior literacia oceânica. Esta plataforma deve ser de acesso livre e comunicar os temas dos oceanos e da economia azul numa variedade de línguas, para facilitar a compreensão. As informações publicadas neste site devem ser verificadas e regularmente analisadas para garantir a sua exatidão, de modo a evitar a publicação de informações erradas. Além disso, recomenda-se o desenvolvimento de campanhas e programas de informação e educação sobre os oceanos nas línguas nativas.</p> <p>Os objetivos desta atividade podem ser alcançados através do seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de uma plataforma de partilha de informações online sobre temas relacionados com os oceanos e a economia azul. • Desenvolvimento de protocolos para orientar a publicação de informações nas plataformas online. 	

	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer uma rede de especialistas em oceanos e economia azul para desenvolver material para as plataformas online, em colaboração com peritos linguísticos para facilitar uma melhor compreensão. • Desenvolver protocolos para avaliar e rever as informações publicadas na plataforma online, numa tentativa de fornecer informações relevantes e não desinformação e propaganda. • Estabelecer uma rede de peritos linguísticos para desenvolver palavras para os conceitos de oceano, governação dos oceanos e economia azul que não existam nas línguas indígenas nativas. • Desenvolver campanhas acessíveis de informação e educação sobre os oceanos (tais como séries de seminários públicos) para implementação em instituições locais. • Apoiar a participação do público nos temas, desafios e soluções da governação dos oceanos e economia azul. Isto inclui a criação de espaços para dar voz às preocupações, facilitar o reconhecimento dos esforços locais e incentivar a responsabilidade individual pelo desenvolvimento da economia azul.
<p>Instituições parceiras propostas</p>	<p>UE, UA, CER, AUDA-NEPAD, PNUD, PNUMA, UNESCO, FAO, ORGP, Banco Mundial, escolas e universidades (incluindo online), ONG, organizações governamentais e reguladoras nacionais e regionais, centros linguísticos, centros comunitários</p>
<p>Período de execução</p>	<p>2024 – 2030</p>

Atividade 2.5 Reforçar e desenvolver a capacidade partilhada entre África-Europa para a governação dos oceanos e a economia azul regenerativa

O reforço e a criação de capacidades partilhadas para a governação dos oceanos e a economia azul regenerativa foram identificados como uma oportunidade de desenvolvimento fundamental no âmbito da Parceria Oceanos África-Europa, a fim de melhorar a capacidade coletiva de gerir e proteger eficazmente os recursos oceânicos à medida que se intensificam pressões como as alterações climáticas, a poluição, a sobrepesca e a degradação dos habitats. Ao aumentar a capacidade de governação dos oceanos, a Parceria Oceanos África-Europa pode reforçar os quadros regulamentares e melhorar os mecanismos de aplicação, tirando partido da experiência e dos recursos coletivos para atingir objetivos de desenvolvimento

partilhados e enfrentar desafios comuns. O reforço da capacidade coletiva para a governação dos oceanos inclui também iniciativas que capacitam os governos, as instituições e as comunidades locais com os conhecimentos, as competências e as ferramentas necessárias para tomarem decisões informadas e implementarem práticas sustentáveis, tais como a utilização de Áreas Marinhas Protegidas (AMP) e a coordenação do Ordenamento do Espaço Marinho (OEM). Ao reforçar as capacidades de governação dos oceanos, é possível libertar todo o potencial dos recursos oceânicos e, ao mesmo tempo, promover uma maior colaboração e coordenação entre os Estados-Membros da parceria e outras partes interessadas a todos os níveis.

Atividade 2.5	Reforçar e desenvolver a capacidade partilhada entre África-Europa para a governação dos oceanos e a economia azul regenerativa	Prioridade: elevada
Domínio de intervenção principal	Partilha de capacidades	
Objetivo(s)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Facilitar o desenvolvimento de uma capacidade partilhada de governação dos oceanos entre os Estados-Membros. 2. Facilitar o desenvolvimento de soluções conjuntas de governação dos oceanos para o desenvolvimento de uma economia azul regenerativa. 	
Descrição das atividades	<p>O objetivo desta atividade é criar uma maior capacidade coletiva para a governação dos oceanos e a economia azul regenerativa, a fim de facilitar o desenvolvimento de soluções conjuntas de governação e gestão para os desafios comuns de desenvolvimento da economia azul entre os Estados-Membros.</p> <p>Podem ser utilizadas várias abordagens para reforçar as capacidades de governação dos oceanos e de economia azul regenerativa entre os Estados-Membros. Estas incluem (entre outras) o lançamento de programas de formação e sensibilização nos Estados-Membros, o desenvolvimento de instituições de ensino para dar prioridade à formação na implementação da governação dos oceanos e da economia azul regenerativa, o estabelecimento de redes de especialistas para consulta sobre questões de governação dos oceanos, o reforço da coerência e da coordenação entre as estruturas de implementação a níveis inferiores, o intercâmbio de pessoal, a promoção de boas relações com os Estados vizinhos e a integração do desenvolvimento de capacidades para a governação dos oceanos como parte dos objetivos de desenvolvimento nacional. Há também a oportunidade de estas abordagens serem coordenadas por organizações regionais (tais como as CER) para facilitar os desenvolvimentos que ocorrem a nível nacional e para que os seus esforços sejam integrados com os que ocorrem a níveis de resolução mais abrangentes.</p> <p>Os objetivos desta atividade podem ser alcançados através do seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Lançamento de um programa de formação e reforço das capacidades África-Europa sobre a governação dos oceanos e o desenvolvimento de uma economia azul regenerativa. • Tirar partido dos programas e organizações de desenvolvimento regional existentes para facilitar o reforço das capacidades de governação dos oceanos. • Desenvolver programas de educação sobre práticas de governação dos oceanos, como uma universidade de verão ou cursos ad hoc. Recomenda-se que estes sejam tão acessíveis quanto possível, tirando partido da Internet e apresentando o material em várias línguas. • Facilitar a criação de uma Universidade África-Europa online sobre a governação dos oceanos e o desenvolvimento da economia azul. • Desenvolver uma base de dados de peritos em oceanos e economia azul na UE e na UA para promover um intercâmbio de elevada qualidade e com capacidade para formar a força laboral de amanhã, incluindo os jovens. • Incentivar o desenvolvimento de soluções de governação conjuntas, desenvolvendo sinérgias e facilitando as relações entre setores industriais de diferentes Estados-Membros. 	

	<ul style="list-style-type: none">Integrar o desenvolvimento das capacidades de governação dos oceanos noutros objetivos de desenvolvimento. Isto inclui a integração do reforço das capacidades no desenvolvimento de novas políticas.
Instituições parceiras propostas	UE, UA, CER, AUDA-NEPAD, PNUMA, PNUD, UNESCO, FAO, Banco Mundial, ORGP, escolas e universidades (incluindo online), ONG, organizações governamentais e reguladoras nacionais e regionais, centros comunitários
Período de execução	2024 – 2030

INTERVENÇÃO 3

Financiamento e investimento

O financiamento insuficiente, mal atribuído e mal gerido é um dos principais desafios à implementação de ações de desenvolvimento sustentável nos países africanos. Além disso, menos de 1% do financiamento da ajuda pública ao desenvolvimento (APD) é atribuído ao desenvolvimento dos oceanos, sendo o ODS 14 um dos ODS mais subfinanciados, com apenas 0,68% do financiamento total dos ODS a ele destinado em 2021. Os fluxos financeiros para o clima também são imprevisíveis, com problemas crescentes de dívida, inflação elevada, orçamentos apertados e a necessidade de reduzir os subsídios, o que cria um contexto cada vez mais difícil, em especial em África, que enfrenta obstáculos contínuos ao planeamento e à execução eficaz de projetos climáticos a longo prazo, incluindo preocupações sobre os direitos fundiários e a justiça. O acesso ao financiamento a um custo acessível é um desafio permanente, e a transição para uma economia azul sustentável exige uma mudança fundamental na forma como os recursos financeiros são distribuídos e geridos.

A Parceria Oceanos África-Europa tem potencial para liderar uma mudança transformadora, alinhando os sistemas financeiros com os objetivos de regeneração, recuperação e desenvolvimento sustentável através da governação dos oceanos e da economia azul. Isto implica não só o aumento dos investimentos em atividades sustentáveis relacionadas com os oceanos, mas também a reorientação dos fluxos financeiros para longe de práticas prejudiciais. As ações podem incluir a aplicação dos procedimentos da OMC para pôr termo aos subsídios prejudiciais à pesca e a integração de princípios de financiamento sustentável em todas as instituições. O recurso a bancos públicos de desenvolvimento – incluindo bancos multilaterais, nacionais e regionais, bem como sociedades financeiras internacionais e fundos de investimento – pode contribuir para estes objetivos. A COP30 da CQNUAC é também identificada como um quadro prioritário para os oceanos e a economia azul a nível multilateral, dado o número de objetivos financeiros que serão fixados para a segunda metade de 2025 e dado que 2025 marca os anos que faltam para a Agenda 2030. O trabalho em colaboração com o Brasil (que detém a Presidência do G20 em 2024) e acolhe a COP30 em 2025, abrirá caminho para aprofundar os objetivos e a agenda política da Parceria África-Europa.

A Parceria Oceanos África-Europa deve ter por objetivo catalisar o investimento do setor privado, apoiando o desenvolvimento de um forte ecossistema de empreendedorismo azul com potencial para produzir um impacto significativo no terreno (por e para as partes interessadas locais)

e para ligar empresários e outras partes interessadas de ambos os continentes; promover a cooperação, a partilha de conhecimentos e de experiências e, em última análise, acelerar e expandir o empreendedorismo da economia azul em África e na Europa. Ao reforçar a capacidade de colaboração dos governos, das empresas, dos empresários e das comunidades (por exemplo, na forma de parcerias público-privadas), a Parceria Oceanos África-Europa desempenhará um papel fundamental na criação de um ambiente mais propício ao investimento de impacto e na promoção de uma cultura de responsabilidade financeira e de gestão.

A escala de investimento necessária para concretizar todo o potencial da economia azul em ambos os continentes é vasta, exigindo uma abordagem colaborativa. O papel da Parceria Oceanos África-Europa no contexto do financiamento e do investimento consistiria em identificar e operacionalizar mecanismos de financiamento inovadores para facilitar a recuperação e a resiliência dos oceanos; a implantação de estratégias sustentáveis de economia azul; bem como aumentar a escala e duplicar experiências com impacto. Estes mecanismos de financiamento inovadores incluem (entre outros) esquemas de pagamento por serviços dos ecossistemas (PSE), compensação pelo capital natural (incluindo remissão da dívida em troca de ações a favor da natureza ou dos oceanos), mercado de carbono azul, melhor distribuição de impostos globais, obrigações azuis, tokens azuis e FinTech, mecanismos de financiamento misto e novos mecanismos de seguro para incentivar o investimento através da criação de confiança num determinado projeto de desenvolvimento.

Através da implementação de tais mecanismos, a África e a Europa têm o potencial de gerar por si mesmas financiamento para o desenvolvimento e reduzir a sua dependência da ajuda pública ao desenvolvimento (APD) para apoiar os objetivos de desenvolvimento nacionais e regionais. O desenvolvimento da economia azul em África e na Europa poderia gerar as sinergias necessárias para facilitar o financiamento a longo prazo de novas iniciativas de desenvolvimento, bem como para assegurar a continuação dos projetos e programas atuais a longo prazo. Ao fazê-lo, a Parceria Oceanos África-Europa contribui para libertar todo o potencial da economia azul e para impulsionar o desenvolvimento socioeconómico, assegurando simultaneamente a sustentabilidade a longo prazo dos recursos oceânicos e contribuindo para a ação no domínio do clima e da biodiversidade.

As atividades que se seguem são propostas para inclusão no “Roteiro para 2030: Co-promover a Parceria Oceanos África-Europa” no âmbito do domínio de intervenção de financiamento e investimento:

Atividade 3.1 Contribuir para a elaboração conjunta de um Roteiro África-Europa para o Financiamento Azul

Para facilitar as atividades da Parceria Oceanos África-Europa, será necessária uma abordagem conjunta para financiar os progressos na governação dos oceanos e o desenvolvimento da economia azul em ambos os continentes. Após a conclusão da Cimeira de Financiamento em Comum de 2023 (em Cartagena), recomenda-se a elaboração de um roteiro conjunto África-Europa de financiamento e financiamento azul para orientar o financiamento de vários projetos e programas no âmbito da Parceria Oceanos África-Europa. O desenvolvimento de um roteiro deste tipo reforçaria os compromissos que África e Europa assumi-

ram em prol de ações comuns em matéria de alterações climáticas e desenvolvimento sustentável, incluindo o apoio à evolução da governação dos oceanos e da economia azul. Além disso, o desenvolvimento de um roteiro conjunto África-Europa para o financiamento da economia azul seria uma oportunidade ideal para integrar os princípios de financiamento sustentável da economia azul das Nações Unidas a nível nacional, regional e continental, a fim de orientar os investidores para garantir a sustentabilidade dos setores oceânicos e outros desenvolvimentos da economia azul.

Atividade 3.1	Contribuir para a elaboração conjunta de um Roteiro África-Europa para o Financiamento Azul	Prioridade: elevada
Domínio de intervenção principal	Financiamento e investimento	
Objetivo(s)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Facilitar o desenvolvimento de um Roteiro África-Europa para o Financiamento Azul. 2. Apoiar a integração dos princípios do financiamento azul a nível nacional, regional e continental no âmbito de parcerias institucionais e da Parceria Oceanos África-Europa em geral. 	
Descrição das atividades	<p>O objetivo desta atividade é contribuir para a elaboração conjunta de um roteiro de financiamento e financiamento azul África-Europa e para a integração dos princípios do financiamento azul sustentável para orientar o desenvolvimento e o financiamento de vários projetos e programas no âmbito da Parceria Oceanos África-Europa.</p> <p>A integração dos princípios de financiamento da economia azul é essencial, uma vez que constituem o primeiro quadro de orientação global do mundo para que bancos, seguradoras e investidores financiem uma economia azul sustentável. Estes princípios promovem a implementação do ODS 14 (Proteger a vida marinha) e estabelecem normas específicas para os projetos de economia azul no domínio dos oceanos. Utilizando este quadro, os projetos de governação dos oceanos e de economia azul podem ser concebidos de forma a produzirem um impacto concreto, suscetível de atrair financiamentos de doadores e de investimentos através do investimento de impacto, que está a tornar-se cada vez mais presente.</p> <p>Os objetivos desta atividade podem ser alcançados através do seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criação de um grupo de trabalho para o acordo conjunto sobre o roteiro do financiamento azul. 	

	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de workshops para facilitar o diálogo e o debate sobre a contribuição e o contributo dos Estados-Membros para o roteiro do financiamento azul. • Facilitar os requisitos logísticos inerentes à ratificação do roteiro pelos Estados-Membros. • Apoiar o desenvolvimento de projetos da economia azul de acordo com os princípios do financiamento azul. • Integrar os princípios do financiamento azul sustentável nas estratégias e políticas nacionais, regionais e continentais da economia azul.
Instituições parceiras propostas	UE, UA, CER, AUDA-NEPAD, PNUD, PNUMA-FI, instituições de fundos de desenvolvimento (por exemplo, AFD, ADF, ADB, BEI, BOAD, GIZ, entre outros), Banco Mundial, governos nacionais
Período de execução	2024 – 2026

Atividade 3.2 Promover a criação de novos mecanismos financeiros para os oceanos e a economia azul

A transição para uma economia azul regenerativa sustentável exige uma mudança fundamental na forma como os recursos financeiros são distribuídos e geridos. A criação de mecanismos financeiros específicos adaptados às necessidades e desafios únicos das regiões costeiras de África e da Europa pode catalisar o investimento nos setores da economia azul e noutros projetos de desenvolvimento da economia azul. A Parceria Oceanos África-Europa tem potencial para estar na vanguarda desta transformação, defendendo a criação de novos mecanismos financeiros para financiar a governação sustentável dos oceanos. Alguns dos mecanismos inovadores incluem (entre outros) a utilização de obrigações azuis, iniciativas de troca de dívida marinha ou costeira (em resoluções nacionais e regionais), o aproveitamento de serviços ambientais como o carbono azul e os mercados de créditos de nutrientes, regimes de créditos de biodiversidade, capital natural como ações negociadas publicamente, financiamento misto e mecanismos de financiamento e mecanismos de seguro. A operacionalização do carbono azul, em particular, tem um potencial significativo para o desenvolvimento sustentável em toda a parte continental dos continentes africano e europeu, bem como para facilitar o desenvolvimento nos PEID e nos Estados insulares mais isolados e vulneráveis a choques externos. Os ecossistemas de carbono azul oferecem o potencial para um desenvolvimento costeiro

sustentável (através de setores como o turismo), o desenvolvimento da resiliência costeira e a operacionalização de mecanismos de comércio de créditos de carbono através dos serviços de sequestro de carbono que proporcionam. No entanto, a criação de tais mecanismos nos Estados-Membros da UA e da UE inclui o desenvolvimento da infraestrutura necessária para a integração destes mecanismos no conjunto de soluções operacionais a que se pode aceder a nível nacional, regional e continental, bem como a sua integração nas estratégias da economia azul e no desenvolvimento de políticas. Além disso, o desenvolvimento de centros de informação sobre o financiamento azul e de instituições de financiamento misto poderia ser benéfico para facilitar a utilização destes mecanismos de financiamento inovadores a uma escala alargada. A instituição teria o potencial de servir de plataforma de ligação para parceiros de desenvolvimento e financiadores privados e de agir em nome dos governos nacionais ou regionais para criar mecanismos de financiamento alinhados com o desenvolvimento de projetos da economia azul. Essa instituição poderia ainda ser responsável pelo ensaio de instrumentos financeiros e de financiamento inovadores, facilitado por estruturas como redes de inovação, aceleradores e incubadoras, que poderiam obter conhecimentos e informações sobre financiamento a nível local e mundial, aproveitando-os em benefício do oceano.

Atividade 3.2	Promover a criação de novos mecanismos financeiros para os oceanos e a economia azul	Prioridade: elevada
Domínio de intervenção principal	Financiamento e investimento	
Objetivo(s)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Incentivar a criação de mecanismos inovadores de financiamento azul. 2. Criar as infraestruturas necessárias para tornar operacionais os mecanismos de financiamento inovadores. 3. Facilitar uma maior sensibilização dos investidores e do setor privado para as soluções e opções de financiamento inovadoras. 	
Descrição das atividades	<p>O objetivo desta atividade é facilitar o desenvolvimento das infraestruturas necessárias para operacionalizar mecanismos inovadores de financiamento dos oceanos e da economia azul a nível nacional e regional. Isto inclui a criação de infraestruturas físicas e online adequadas para que estes mecanismos possam ser operacionalizados de forma eficiente e eficaz.</p> <p>Recomenda-se o desenvolvimento de centros de informação e coordenação dedicados ao financiamento azul (como o Laboratório de Financiamento Azul África-Europa) ou de mecanismos de financiamento misto a nível nacional e regional para se especializarem na utilização destes mecanismos, de modo a poderem prestar assistência na utilização destes sistemas pelo público (incluindo o setor privado). Um mecanismo de financiamento nacional ou regional seria responsável pela coordenação e pelo desenvolvimento de soluções de financiamento contextuais (como uma combinação única de instrumentos de financiamento) para projetos de desenvolvimento que se alinham com os objetivos da economia azul, bem como por aproveitar os recursos orçamentais existentes de forma mais eficiente.</p> <p>Os objetivos desta área de atividade podem ser alcançados através do seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apoiar o desenvolvimento de centros especializados de financiamento azul e de informação e coordenação do financiamento a nível nacional e regional. • Apoiar o desenvolvimento das infraestruturas necessárias para a operacionalização de mecanismos de financiamento inovadores (como blockchain e Fintech). • Facilitar o desenvolvimento de uma rede de especialistas (ou organizações especializadas) para apoiar a operacionalização de mecanismos de financiamento inovadores. • Facilitar o desenvolvimento de planos de ação nacionais para a operacionalização do carbono e as opções de investimento associadas. • Desenvolver laboratórios internacionais (regionais e continentais) de investigação sobre o carbono azul com os centros de excelência da UA e da UE para facilitar o investimento. Desenvolver um conjunto de protocolos ou recomendações para a utilização dos mecanismos de financiamento disponíveis nos diferentes contextos nacionais. • Apoiar o desenvolvimento de uma contabilidade azul eficiente e fiável. • Apoiar o desenvolvimento de ambientes políticos nacionais e regionais favoráveis ao financiamento. • Desenvolver programas de sensibilização e campanhas de informação sobre mecanismos de financiamento inovadores. 	

Instituições parceiras propostas	UE, UA, CER, AUDA-NEPAD, PNUMA, PNUD, UNESCO, PNUMA-FI, Banco Mundial, bancos e fundos de desenvolvimento regional (por exemplo, AFD, ADF, BEI, BOAD, GIZ, entre outros)
Período de execução	2024 – 2028

Atividade 3.3 Acelerar o investimento em grandes projetos nacionais e regionais de economia azul regenerativa

Uma vez estabelecidas as infraestruturas e os protocolos necessários para os mecanismos de financiamento específicos, é necessário incentivar a sua utilização e implantação para facilitar a sustentabilidade dos oceanos e da economia azul no âmbito da Parceria Oceanos África-Europa. É possível mobilizar capitais substanciais para as necessidades e projetos de desenvolvimento prioritários, mobilizando mecanismos de financiamento inovadores, bem como financiamentos e recursos dos setores público e privado, nomeadamente através do Pacote de Investimento África-Europa da Global Gateway e de outras iniciativas da Equipa Europa no domínio da economia azul. Atualmente, existem 32 projetos emblemáticos da programação da Global Gateway em África que contêm ações relacionadas com a economia azul. O atual conjunto de projetos emblemáticos relacionados com a economia azul (59) e outras iniciativas (83) incidem predominantemente no desenvolvimento de infraestruturas, especificamente infraestruturas hídricas, portos e energias renováveis azuis. São poucos os projetos emblemáticos que se centram na proteção e recuperação, nas intervenções azuis para as alterações climáticas, no desenvolvimento tecnológico azul ou na melhoria do conhecimento e da investigação sobre a economia azul, e nenhum se centra no carbono azul, no financiamento azul ou na governação dos oceanos. Como tal, é possível orientar a agenda de investimento através da programação da Global Gateway de uma forma que

incorpore o pensamento regenerativo da economia azul em vez da gestão e investimento setoriais tradicionais. Além disso, o investimento em infraestruturas da economia azul poderá desbloquear o potencial da ZCLCA para o comércio intra-africano e intercontinental, à medida que a procura global de recursos africanos continua. A utilização de mecanismos de financiamento sustentáveis pode atrair ainda mais o investimento dos doadores para projetos de desenvolvimento, uma vez que estes mecanismos são concebidos para limitar os custos adicionais para os investidores, reduzir o risco de investimento e promover a confiança do investimento no êxito do projeto. Os mecanismos incluem investimentos de impacto, parcerias público-privadas e a criação de fundos de investimento através de mecanismos de seguros, blockchain, de tokens azuis e tecnologia Fintech, permitindo a participação do público no investimento individual. A utilização destas tecnologias permite a mobilização de recursos financeiros para projetos regionais de grande escala, facilitando o investimento individual de diferentes setores privados nacionais numa região. Além disso, estes mecanismos financeiros podem facilitar a transferência de tecnologia e de conhecimentos especializados, promover o empreendedorismo e a criação de emprego e capacitar as comunidades locais para participarem ativamente na economia azul e dela beneficiarem.

Atividade 3.3	Acelerar o investimento em grandes projetos nacionais e regionais de economia azul regenerativa	Prioridade: elevada
Domínio de intervenção principal	Financiamento e investimento	
Objetivo(s)	1. Facilitar o investimento em grandes projetos nacionais e regionais de desenvolvimento de regeneração.	
Descrição das atividades	<p>O objetivo desta atividade é facilitar o investimento em projetos de desenvolvimento de grande escala baseados na regeneração, tanto à escala nacional como regional. Isto inclui a utilização de combinações adequadas de mecanismos de financiamento e de gestão sustentáveis para atrair o investimento dos doadores e mobilizar os recursos dos setores público e privado.</p> <p>Recomenda-se a utilização de mecanismos que potenciem os recursos dos setores público e privado, por exemplo, a implementação de tokens azuis e outras tecnologias Fintech. Os tokens azuis utilizam a tecnologia Fintech e blockchain para angariar fundos para projetos de investimento azuis a nível individual. A utilização de tokens azuis democratiza o investimento e torna-o facilmente acessível ao público. O público que participa tem, assim, um interesse real no sucesso do projeto de desenvolvimento e é ainda mais incentivado a contribuir para o desenvolvimento da economia azul. Existem, igualmente, muitos outros mecanismos para incentivar a participação dos setores público e privado e, assim, potenciar as competências e os recursos que podem estar atualmente subutilizados nestes setores.</p> <p>Esta área de atividade pode ser alcançada através do seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver uma política fiscal específica para investimentos regenerativos no setor da economia azul a nível nacional. • Incentivar a utilização de mecanismos de financiamento sustentáveis em comparação com os mecanismos convencionais. • Facilitar e incentivar a utilização de tokens azuis a nível nacional e regional. Isto inclui o desenvolvimento de uma plataforma de negociação de tokens azuis. • Facilitar o desenvolvimento de resgate ou trocas de dívida para mobilizar recursos para projetos de desenvolvimento (em grande e pequena escala). • Incentivar a utilização de formas alternativas de compensação a nível nacional e regional, tais como créditos de nutrientes (créditos de carbono, créditos de azoto, créditos de fósforo) em vez de moeda fiduciária, uma vez que incentivam o desenvolvimento e a manutenção dos ambientes naturais que os suportam. • Colaborar com o setor privado para desenvolver apólices de seguro abrangentes para projetos de regeneração ou desenvolvimento, a fim de facilitar a confiança dos investidores e reduzir os riscos. • Apoiar a utilização de PPP como organismos de gestão de programas de desenvolvimento. As PPP otimizam a prestação de um serviço e podem criar confiança nos investidores para um determinado projeto. • Desenvolver programas de sensibilização e campanhas de informação sobre as opções de financiamento e gestão de projetos de desenvolvimento regenerativo da economia azul. 	

Instituições parceiras propostas	UE, UA, CER, FAO, Banco Mundial, bancos e fundos de desenvolvimento regional (por exemplo, AFD, ADF, BEI, BOAD, GIZ, entre outros)
Período de execução	2024 – 2030

Atividade 3.4 Facilitar a criação e a operacionalização de bancos regionais para o desenvolvimento da economia azul internacional

O desenvolvimento de bancos regionais para facilitar o desenvolvimento da economia azul internacional, nomeadamente através de projetos regionais, foi identificado como uma necessidade de desenvolvimento no âmbito da Parceria Oceanos África-Europa. Os bancos regionais podem ser desenvolvidos onde não existam, de forma a atribuir um foco local-regional e desenvolver uma compreensão profunda dos desafios e oportunidades regionais específicos do desenvolvimento da economia azul, através de um conhecimento contextual local. Ao contrário dos bancos convencionais, que muitas vezes dão prioridade à maximização dos lucros e atendem principalmente às indústrias estabelecidas e aos centros urbanos, os bancos regionais podem adotar uma abordagem mais holística, dando prioridade às necessidades das comunidades carenciadas, das pequenas e médias empresas (PME) e dos setores críticos para o desenvolvimento sustentável. A aprendizagem com as experiências da UE e a mobilização dos bancos regionais e de desenvolvimento da UE podem reforçar ainda mais estes esforços. Os bancos regionais estão mais bem

posicionados para promover a inclusão financeira, facilitar o acesso ao crédito e ao capital por parte dos grupos marginalizados e fomentar o empreendedorismo e a inovação a nível local. Ao canalizarem os investimentos para projetos que respondam às necessidades específicas de desenvolvimento dessa região, podem contribuir significativamente para a redução da pobreza, a criação de emprego, a educação e, de um modo mais geral, para o desenvolvimento da economia azul. Os bancos regionais podem também servir de local de cooperação e colaboração no âmbito da Parceria Oceanos África-Europa, promovendo a solidariedade e o apoio mútuo entre Estados nacionais vizinhos, facilitando assim uma melhor gestão dos recursos transfronteiriços. Além disso, uma rede transcontinental de bancos regionais pode contribuir para a partilha de conhecimentos e de competências relativamente a desafios contextuais específicos, bem como para a possibilidade de oferecer apoio institucional a bancos públicos e privados transcontinentais.

Atividade 3.4	Facilitar a criação e a operacionalização de bancos regionais para o desenvolvimento da economia azul internacional	Prioridade: média
Domínio de intervenção principal	Financiamento e investimento	
Objetivo(s)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Criação de instituições bancárias regionais de desenvolvimento da economia azul. 2. Facilitar a integração dos bancos regionais nos sistemas nacionais. 	

	<p>3. Integrar os bancos regionais nas estruturas de desenvolvimento regional existentes, nomeadamente (mas não exclusivamente) as CER.</p>
<p>Descrição das atividades</p>	<p>O objetivo desta atividade é a criação e operacionalização de instituições bancárias regionais para facilitar o desenvolvimento contextual da economia azul nas regiões em que estão situadas. Isto inclui a oferta de serviços bancários contextuais ou únicos para o desenvolvimento da economia azul nas respetivas regiões, facilitando simultaneamente a cooperação e a colaboração entre países vizinhos.</p> <p>Os bancos regionais podem servir de plataforma para os investidores locais privados acelerarem o desenvolvimento da economia azul nos países vizinhos, bem como fornecerem bens e serviços em áreas em que possam estar em falta. Os próprios bancos regionais podem fornecer serviços bancários acessíveis e contextualmente aplicáveis (como o financiamento misto) a áreas onde não estão disponíveis, mas exigiriam o reconhecimento pelos governos nacionais e a integração ou conformidade com os seus sistemas jurídicos. Além disso, existe a possibilidade de integrar os sistemas de informação e coordenação do financiamento azul com os bancos regionais, a fim de otimizar a utilização dos recursos.</p> <p>Os objetivos desta atividade podem ser alcançados através do seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificar os blocos regionais que os respetivos bancos regionais podem servir. O alinhamento com a demarcação das CER pode ser um ponto de partida útil. • Desenvolver mandatos contextuais para cada banco regional para orientar as suas operações. Isto inclui uma revisão regular para garantir que os bancos regionais satisfazem as necessidades das suas regiões. • Os bancos regionais podem facilitar ainda mais o desenvolvimento da economia azul, oferecendo taxas bancárias e taxas de conversão de moeda mais reduzidas do que os sistemas convencionais para as transferências associadas ao desenvolvimento da economia azul, incentivando assim a sua utilização. • Ao oferecerem serviços em várias moedas, os bancos regionais podem facilitar o desenvolvimento da economia azul, reduzindo as barreiras associadas ao funcionamento em diferentes moedas nacionais, acelerando assim as transações comerciais e desenvolvendo as economias nacionais. • Bancos regionais que funcionam como centros de ligação e coordenação para projetos de desenvolvimento. • Facilitar o reconhecimento dos bancos regionais a nível nacional, bem como a sua integração nos sistemas bancários nacionais. Para tal, seria necessário assegurar a coerência com as leis e regulamentos nacionais para tornar operacional a sua utilização. • Facilitar a integração nas organizações de desenvolvimento regional, nomeadamente nas CER. • Identificar sinergias entre os bancos regionais africanos e europeus para a implementação das melhores práticas e oportunidades de colaboração, tais como a facilitação do financiamento de projetos de desenvolvimento em grande escala e o apoio a bancos públicos e privados.
<p>Instituições parceiras propostas</p>	<p>UE, UA, CER, FAO, Banco Mundial, FMI, bancos e fundos de desenvolvimento regional (por exemplo, AFD, ADF, BEI, BOAD, GIZ, entre outros)</p>
<p>Período de execução</p>	<p>2024 – 2030</p>

Atividade 3.5 Lançamento de fóruns empresariais anuais entre África-Europa para a economia azul

O lançamento de exposições anuais abertas a todos (público, instituições privadas e instituições de investigação), tanto no continente africano como no europeu, foi identificado como uma oportunidade fundamental para dar a conhecer os desenvolvimentos e progressos bem-sucedidos na governação dos oceanos e na economia azul. Estes eventos destinam-se a facilitar a cooperação e as parcerias económicas entre os Estados nacionais africanos e europeus e a inspirar o desenvolvimento de futuras iniciativas de desenvolvimento da economia azul. Estes eventos

podem também servir como um mecanismo para assegurar ao público que os esforços de colaboração dos seus representantes se traduzem num impacto real e em mudanças no desenvolvimento que melhoram os meios de subsistência locais e as economias nacionais. Estes eventos podem também servir de local para facilitar a literacia oceânica em África e na Europa e promover a confiança entre as instituições privadas para atrair fundos de doadores para financiar outras atividades de desenvolvimento da economia azul.

Atividade 3.5	Lançamento de fóruns empresariais anuais entre África-Europa para a economia azul	Prioridade: baixa
Domínio de intervenção principal	Financiamento e investimento	
Objetivo(s)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Institucionalizar exposições anuais dos progressos realizados e dos novos desenvolvimentos da economia azul a nível nacional, regional e continental. 2. Facilitar oportunidades de investimento para projetos de desenvolvimento da economia azul. 	
Descrição das atividades	<p>O objetivo desta atividade é lançar eventos anuais regulares para dar a conhecer histórias de sucesso de desenvolvimento da economia azul e novos desenvolvimentos para inspirar o desenvolvimento de novas iniciativas da economia azul e facilitar oportunidades de colaboração e investimento dos doadores.</p> <p>Recomenda-se a institucionalização de exposições anuais sobre a governação dos oceanos e a economia azul, uma vez que tal garantirá que estes eventos se realizem conforme planeado.</p> <p>Os objetivos desta atividade podem ser alcançados através do seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apoiar o desenvolvimento de exposições anuais a nível nacional, regional e continental. Isto inclui a identificação de oradores e apresentadores e o apoio aos requisitos logísticos. • Facilitar o desenvolvimento de uma base de dados online onde as apresentações possam ser armazenadas para acesso posterior, de modo a que os progressos possam ser acompanhados pelo público e por potenciais investidores. 	

	<ul style="list-style-type: none">• Desenvolver protocolos contextuais para facilitar a integração de novos investidores para apoiar projetos de desenvolvimento em curso.• Desenvolver plataformas online para partilhar reações e promover novos projetos de colaboração.
Instituições parceiras propostas	UE, UA, CER, PNUD, PNUMA, AFD, FAO, Banco Mundial, ORGP, programas de desenvolvimento regional, governos nacionais, rede de centros de excelência, universidades, empresas do setor privado
Período de execução	2024 – 2026

CONCLUSÃO

A importância do oceano está a ser cada vez mais reconhecida à escala global, com a União Africana (UA) e a União Europeia (UE) a sublinharem a necessidade de progressos na promoção de um oceano sustentável e da economia azul em ambos os continentes, respetivamente. A governação dos oceanos tem sido uma faceta subtilizada das relações África-Europa e, como tal, constitui uma oportunidade perdida para fazer avançar uma economia azul e dos oceanos sustentável e bem concebida, no âmbito da Parceria África-Europa proposta.

A Parceria África-Europa sobre a Governação dos Oceanos e a Economia Azul propõe-se fazer avançar o desenvolvimento de uma economia azul regenerativa às escalas nacional, regional e continental e, simultaneamente, implementar mecanismos eficazes de governação dos oceanos que contribuam para este objetivo. O Roteiro da Parceria Oceanos África-Europa pode facilitar uma cooperação cada vez mais eficaz entre África e Europa em matéria de governação dos oceanos e de economia azul, reforçando as capacidades dos parceiros através do intercâmbio e da compreensão conjunta dos respetivos desafios de desenvolvimento. O roteiro serve de instrumento para alargar a parceria África-Europa a novos e diversos intervenientes (além da União Africana e União Europeia), aprofundando áreas concretas de cooperação, com o objetivo de desbloquear oportunidades latentes e de intensificar as atividades existentes, bem como de abrir espaço para uma nova reflexão política e para ações conjuntas sustentáveis a longo prazo. O roteiro evidencia o impacto de um primeiro projeto deste tipo, “para co-conceber uma plataforma de várias partes interessadas da África-Europa dedicada à governação dos oceanos e à economia azul”. Fundamenta igualmente a estratégia preexistente, evidenciando uma série

de propostas/atividades destinadas a aumentar significativamente o alcance, a visibilidade e o impacto político da cooperação Europa-África no domínio dos oceanos.

O roteiro sublinha que uma parceria estratégica no domínio da governação dos oceanos pode reforçar as relações diplomáticas e geopolíticas entre a Europa e África, bem como a parceria no cenário internacional. Ao envolverem-se em iniciativas conjuntas para enfrentar os desafios marítimos comuns, ambas as regiões podem criar confiança e boa vontade, abrindo caminho a uma cooperação reforçada noutras áreas de mútuo interesse. Esta colaboração pode também contribuir para a estabilidade e a segurança regionais, promovendo uma coexistência marítima pacífica e prevenindo conflitos em torno dos recursos oceânicos, através de negociações diplomáticas e do aproveitamento de oportunidades de co-desenvolvimento.

A plena operacionalização da Parceria África-Europa sobre a Governação dos Oceanos e a Economia Azul é uma oportunidade fundamental para impulsionar a dinâmica política e a coerência antes dos principais eventos políticos internacionais que podem ter um impacto à escala mundial, mas exigem que os países, programas e instituições parceiros se empenhem, colaborem e contribuam para a visão comum da governação sustentável dos oceanos e do desenvolvimento de uma economia azul regenerativa. A Parceria Oceanos África-Europa é uma oportunidade para uma colaboração transformadora e ação coletiva para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, bem como para abordar as principais crises dos oceanos, nomeadamente a perda de biodiversidade, a poluição, as alterações climáticas e a diminuição dos recursos.

AGRADECIMENTOS



Este relatório é o resultado de um processo dinâmico realizado durante um período de dois anos, de novembro de 2022 a outubro de 2024, sob a orientação estratégica da Fundação África-Europa. Agradecimentos especiais aos seguintes membros do Grupo de Estratégia África-Europa sobre a Governança dos Oceanos, instituições parceiras e indivíduos por fornecerem apoio, conhecimentos, dados e análises:

Embaixadora Nancy Karigithu, Copresidente do Grupo de Estratégia África-Europa para a Governança dos Oceanos, Embaixadora e Enviada Especial do Quênia para a Economia Marítima e Azul e antiga Secretária Principal para a Navegação e Assuntos Marítimos do Governo do Quênia | **Pascal Lamy**, Copresidente do Grupo de Estratégia África-Europa sobre a Governança dos Oceanos, Vice-Presidente do Fórum de Paz de Paris, Presidente da Missão “Oceanos e Águas” da UE | **Valérie Kodjo-Diop**, Diretora de Inovação e Desenvolvimento Sustentável do Banco de Desenvolvimento da África Ocidental | **Adjany Costa**, Conselheiro do Presidente de Angola, Governo de Angola | **Faraj Abdelmalek**, Diretor-geral, Institut National de la Recherche Halieutique (INRH) | **Edward Kimakwa**, Consultor Marinho Sênior e Coordenador do Nosso Futuro Azul, Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) | **Piera Tortora**, ex-Diretora da Iniciativa “Oceano Sustentável para Todos” da OCDE, Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos (OCDE), e chefe do Secretariado do Pacto de Paris para os Povos e o Planeta (4P) | **Anthi Pournara**, Engenheira Ambiental e de Sustentabilidade, Investigadora e Consultora em Economia Azul Sustentável, Ministério Helénico de Investimentos para o Desenvolvimento | **Daniel Segura**, Diretor de Operações, ProAzul – Fundo de Desenvolvimento da Economia Azul | **Amel Hamza-Chaffai**, Vice-Presidente da Task Force COI-UNESCO da Década dos Oceanos para os Estados Africanos e Insulares Adjacentes. Membro da Academia Tunisina de Ciências, Letras e Artes. Professora e especialista em ecotoxicologia marinha, Ecole Nationale d'Ingénieurs de Sfax | **Arthur Tuda**, Diretor Executivo, Associação das Ciências Marinhas do Oceano Índico Ocidental – WIOMSA | **David Obura**, Diretor Fundador, Investigação e Desenvolvimento dos Oceanos Costeiros – Oceano Índico (CORDIO) África Oriental | **Gaoussou Gueye**, Presidente da Associação para a Promoção e o Empoderamento da Pesca Marítima (APRAPAM) | **Noble Kwame Asare**, Professor Sênior na Universidade de Cape Coast, Diretor de um Centro de Excelência da UA em Pescas Marinhas e Gestão Costeira no Departamento de Pescas e Ciências Aquáticas | **Vatsoa Rakotondrazafy**, Embaixadora da pesca em pequena escala em Madagáscar e Gestora Regional da Governança Costeira e dos Oceanos na UICN para a África Oriental e Austral | **Alex Benkenstein**, Diretor do Programa de Governança dos Recursos de África, Instituto Sul-Africano de Assuntos Internacionais (SAIIA) | **Sylwia Lyskawka**, Membro do Conselho Nacional de Desenvolvimento, Chancelaria do Presidente da República da Polónia, e antiga Presidente do Conselho Climático da Juventude Polaca | **Guillermo Ortuño Crespo**, Co-líder do Grupo de Especialistas em Alto Mar da WCPA da UICN, Consultor de Investigação e Diretor da Keystone Ocean S.L | **Geneviève Pons**, Diretora-Geral e Vice-Presidente, Europe Jacques Delors | **Editrudith Lukanga**, Secretária-Geral, Rede das Mulheres Africanas de Processamento e Comércio de Peixe (AWFISHNET) | Josheena Naggea, Membro André Hoffmann do Stanford Center for Ocean Solutions e do Fórum Económico Mundial | **Steffen Knodt**, Fundador e Sócio-Gerente da Deepblue Earth, Presidente do Conselho de Administração do Comité Alemão da Década dos Oceanos da ONU (ODK) | **Alexis Grosskopf**, Fundador e Diretor Executivo da OceanHub Africa | **Torsten Thiele**, Fundador e Diretor Executivo da Global Ocean Trust | **Alessandra Sensi**, Ambiente, Economia Verde e Azul, Diretora de Setor, Divisão de Água, Ambiente e Economia Azul do UfM | **Bernice McClean**, Unidade de Economia Azul da Agência de Desenvolvimento da União Africana (AUDA-NEPAD) | **Catherine Chabaud**, ex-Membro do Parlamento Europeu | **Nassim Oulmane**, Diretor Interino da Divisão de Tecnologia, Alterações Climáticas e Gestão dos Recursos Naturais da Comissão Económica das Nações Unidas (UNECA) | **Pierre Failler**, Diretor do Centro de Governança Azul e Presidente de Governança dos Oceanos da UNESCO, Universidade de Portsmouth | **Antaya March**, Líder de Investigação, Centro Global de Política de Plásticos, Revolution Plastics Institute, Universidade de Portsmouth | **Harsen Nyambe Nyambe**, Diretor para o Ambiente Sustentável e Economia Azul, Comissão da União Africana | **Geroges Mba-Asseko**, Chefe da Divisão de Economia Azul, Comissão da União Africana | **Linda Etta**, Assessora Sênior para a Economia Azul, Comissão da União Africana | **Charlina Vitcheva**, Diretora-Geral dos Assuntos Marítimos e das Pescas, Comissão Europeia | **Sadauskas Kestudis**, Diretor-Geral Adjunto para os Assuntos Marítimos e as Pescas, Comissão Europeia | **Raphaël Goulet**, Chefe da Unidade de Governança dos Oceanos, Direito do Mar e Ártico, Comissão Europeia | **Bénédicte Carremier**, Perito Sênior em Governança dos Oceanos, Comissão Europeia | **Paul Walton**, Diretor Executivo, Fundação África-Europa Thomas Sberna, Investigador Principal para os Oceanos, Fundação África-Europa | **Simone Phore**, Diretora do Programa para o Clima e Desenvolvimento, Fundação África-Europa | **Raphaël Danglade**, Gestor Principal do Portefólio para o Clima e o Desenvolvimento, Fundação África-Europa

Notas:

Este relatório é o resultado do trabalho realizado pelo Grupo de Estratégia África-Europa sobre Governança dos Oceanos, uma iniciativa liderada pela Direção-Geral dos Assuntos Marítimos e das Pescas da Comissão Europeia e em parceria com a Comissão da União Africana. É permitida a reprodução total ou parcial do relatório, desde que seja dado crédito à Fundação África-Europa (AEF). Para obter mais informações, contacte **Raphaël Danglade**, Gestor Principal do Portefólio para o Clima e o Desenvolvimento, Fundação África-Europa (raphael.danglade@afraicaeuropefoundation.org). Publicado pela Fundação África-Europa em outubro de 2024.

PLANO DE AÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DO ROTEIRO

ÁREA DE AÇÃO	ATIVIDADE	RESULTADO	CRONOLOGIA	INDICADORES	INSTITUIÇÕES PARCEIRAS PROPOSTAS	ESTIMATIVA DAS NECESSIDADES FINANCEIRAS (EUR)
Facilitadores para uma Parceria Oceanos África-Europa eficaz	Coproduzir e institucionalizar um Memorando de entendimento e de cooperação para a Parceria África-Europa	<ul style="list-style-type: none"> Memorando de entendimento e cooperação para a Parceria África-Europa sobre a Governação dos Oceanos e a Economia Azul 	2024 – 2025	<ul style="list-style-type: none"> Ratificação do memorando de entendimento ou do acordo pelos Estados-Membros. 	UA, UE e Estados-Membros associados	50 000
	Instituir um Centro África-Europa para a resiliência, regeneração e recuperação azul (B3R-Hub)	<ul style="list-style-type: none"> Criação do B3R-Hub. Desenvolvimento da constituição do B3R-Hub. 	2024 – 2025 2024 – 2025	<ul style="list-style-type: none"> Presença online do B3R-Hub Constituição do B3R-Hub. 	UA, UE, CER	250 000
	Desenvolver um grupo consultivo de peritos sobre questões relacionadas com a governação dos oceanos e o desenvolvimento da economia azul	<ul style="list-style-type: none"> Criar um Painel Consultivo África-Europa para o B3R-Hub e a Parceria Oceanos África-Europa 	2024 – 2025	<ul style="list-style-type: none"> Painel consultivo de peritos integrado no B3R-Hub. Memorando de entendimento para orientar as ações e especificar o objetivo do painel no âmbito da Parceria África-Europa. 	UA, UE, AEF, B3R-Hub	100 000
	Desenvolver uma boa relação de trabalho entre a Divisão de Economia Azul da UA e a Direção-Geral dos Assuntos Marítimos e das Pescas da UE (DG MARE)	<ul style="list-style-type: none"> Reforçar a cooperação e a colaboração entre a Divisão de Economia Azul da UA e a Direção-Geral dos Assuntos Marítimos e das Pescas da UE (DG MARE) 	2024 – 2025	<ul style="list-style-type: none"> Reuniões regulares (virtuais/presenciais; estratégicas e no terreno) e participação da DG-MARE da CE e da UA-ARBE nos desenvolvimentos da economia azul no âmbito da Parceria África-Europa institucional. Pessoas de contacto primárias designadas no âmbito da UA-ARBE e da DG-MARE da CE para facilitar o diálogo e coordenar os esforços de colaboração. 	UA, UE, UA-ARBE	100 000

ÁREA DE AÇÃO	ATIVIDADE	RESULTADO	CRONOLOGIA	INDICADORES	INSTITUIÇÕES PARCEIRAS PROPOSTAS	ESTIMATIVA DAS NECESSIDADES FINANCEIRAS (EUR)
	Estabelecer uma forte coligação de partes interessadas com as Comunidades Económicas Regionais (CER) da UA, os Estados-Membros da União Europeia e a Comissão Europeia	<ul style="list-style-type: none"> Memorando de entendimento e cooperação para a integração das CER no âmbito da Parceria África-Europa, em colaboração com os Estados-Membros da UE e a Comissão Europeia 	2024 – 2025	<ul style="list-style-type: none"> Ratificação do Memorando de entendimento ou do acordo pelas CER e pelos Estados-Membros da UE e CE 	UA, UE, CER	50 000
	Dar prioridade a atividades de desenvolvimento transversais em vez de atividades setoriais ou isoladas	<ul style="list-style-type: none"> Identificação e execução de atividades ou projetos de desenvolvimento transversais específicos que englobem vários setores da economia azul. 	2024 – 2025	<ul style="list-style-type: none"> Lista de atividades de desenvolvimento transversais prioritárias. 	UA, UE, CER, B3R-Hub	50 000
	Promover uma agenda comum África-Europa de investigação dos oceanos	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver uma agenda comum de investigação para dar prioridade à investigação de temas específicos no âmbito do desenvolvimento da economia azul e da governação dos oceanos. 	2024 – 2025	<ul style="list-style-type: none"> Lista de tópicos e conceitos de investigação prioritários nos domínios da governação dos oceanos e da economia azul. 	UA, UE, centros de excelência, universidades, cidades, intercâmbios de capacidades	25 000
	Promover um programa comum África-Europa de literacia oceânica	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver e executar programas comuns de informação e ensino sobre os oceanos em ambos os continentes para aumentar a literacia oceânica entre o público. 	2024 – 2030	<ul style="list-style-type: none"> Aumento do número de programas de informação e ensino sobre os oceanos em África e na Europa. 	UA, UE, centros de excelência, universidades, ONG	300 000
	Elaborar um plano comum para superar os desafios em matéria de segurança, segurança marítima e pesca INN em África.	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver um plano comum para superar os desafios da segurança marítima e da pesca INN em África. 	2024 – 2026	<ul style="list-style-type: none"> Definir a abordagem e o plano de segurança marítima e de luta contra a pesca INN no âmbito da Parceria África-Europa. 	UA, UE, ORGP, ONG, centros de excelência	150 000

ÁREA DE AÇÃO	ATIVIDADE	RESULTADO	CRONOLOGIA	INDICADORES	INSTITUIÇÕES PARCEIRAS PROPOSTAS	ESTIMATIVA DAS NECESSIDADES FINANCEIRAS (EUR)
	Desenvolver e institucionalizar workshops conjuntos com outras agências e programas para facilitar colaborações de trabalho sólidas e aumentar o alcance.	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver e institucionalizar workshops conjuntos com outras agências e programas para facilitar colaborações de trabalho sólidas e aumentar o alcance. 	2024 – 2025	<ul style="list-style-type: none"> Workshops e cimeiras regulares, anuais ou bianuais, para partilhar conhecimentos e experiências. Institucionalizar uma Cimeira Ministerial bianual no âmbito da governação dos oceanos e economia azul África-Europa Intercâmbios regulares de pessoal entre agências e programas. Programas comuns que envolvam várias agências e organizações. 	UA, UE, B3R-Hub, CER, ONG, organizações e bancos de desenvolvimento nacionais e regionais, universidades, centros de excelência	100 000

ÁREA DE AÇÃO	ATIVIDADE	RESULTADO	CRONOLOGIA	INDICADORES	INSTITUIÇÕES PARCEIRAS PROPOSTAS	ESTIMATIVA DAS NECESSIDADES FINANCEIRAS (EUR)
1. Governança dos oceanos	1.1 Apoiar a coordenação inter-agências da África-Europa através do desenvolvimento de programas de grande dimensão, de longa duração e de grande impacto	1.1.1 Coordenação de esforços de colaboração entre várias agências de desenvolvimento para a realização de projetos e programas de grande escala e a longo prazo	2024 – 2030	<ul style="list-style-type: none"> • Memorandos de entendimento ou acordos multilaterais semelhantes entre parceiros de desenvolvimento. • Pontos de contacto conhecidos para projetos específicos em cada organização de desenvolvimento. • Protocolos de comunicação dedicados e uma plataforma de comunicação específica para o projeto. • Monitorização regular e relatório de despesas para melhor acompanhar a evolução do projeto e evitar a duplicação de esforços de investigação • Base de dados ou plataforma de projetos em funcionamento regularmente atualizada 	UE, UA, CER, UA-IIRA, AUDA-NEPAD, UNECA, UNESCO, PNUD, PNUMA, AFD, ADF, ADB, FAO, GIZ, Banco Mundial	700 000
		1.1.2 Desenvolver um sistema para a implementação de protocolos de comunicação para projetos individuais	2024 – 2025			
		1.1.3 Desenvolver um sistema transparente de contabilidade das despesas dos recursos comuns	2024 – 2025			
		1.1.4 Desenvolver uma base de dados transparente para projetos multi-agências	2024 – 2025			
	1.2 Partilhar as melhores práticas de negociação e implementação efetiva de tratados internacionais, convenções e objetivos de sustentabilidade.	1.2.1 Desenvolver uma plataforma para publicar e partilhar as melhores práticas de aplicação de diferentes tratados e objetivos internacionais.	2024 – 2025	<ul style="list-style-type: none"> • Plataforma de comunicação e partilha de conhecimentos • Foram desenvolvidos diferentes conjuntos de protocolos de implementação (ou práticas recomendadas) para diferentes contextos. • Foi criada uma rede ativa de investigadores e profissionais experientes • Lista de potenciais locais de implementação como locais de investigação primária para a aplicação de diferentes tratados internacionais • Relatórios periódicos sobre a evolução e o impacto das alterações implementadas • Política nacional, regional e continental harmonizada para o intercâmbio de conhecimentos a nível internacional⁴⁴ 	UE, UA, CER, UA-IIRA, AUDA-NEPAD, UNECA, PNUD, PNUMA, AFD, GIZ, Banco Mundial, outros programas de desenvolvimento regional, governos nacionais e programas de desenvolvimento	250 000
		1.2.2 Desenvolver conjuntos de protocolos de implementação para contextos de desenvolvimento semelhantes em toda a África.	2024 – 2026			
		1.2.3 Estabelecer uma rede de profissionais experientes para orientar a implementação exata das melhores práticas em contextos africanos únicos.	2024 – 2025			
		1.2.4 Identificar locais de implementação de diferentes resoluções para testar novas abordagens de implementação e para avaliar o impacto das alterações implementadas ao abrigo de diferentes tratados e objetivos internacionais.	2024 – 2030			
		1.2.5 Apoiar a comunicação e a monitorização das alterações implementadas para acompanhar os progressos, de modo a que estes possam ser partilhados e as práticas de trabalho identificadas.	2024 – 2030			
		1.2.6 Institucionalizar e integrar a partilha de conhecimentos nas políticas nacionais e regionais.	2024 – 2025			
		1.2.7 A África e a Europa poderiam trabalhar em conjunto para identificar e estabelecer uma proposta conjunta para a criação de áreas marinhas protegidas (AMP) para conservar a biodiversidade, incluindo a partilha de experiências e de boas práticas.	2024 – 2026			

ÁREA DE AÇÃO	ATIVIDADE	RESULTADO	CRONOLOGIA	INDICADORES	INSTITUIÇÕES PARCEIRAS PROPOSTAS	ESTIMATIVA DAS NECESSIDADES FINANCEIRAS (EUR)
		<p>1.2.8 As campanhas de comunicação colaborativas podem sensibilizar o público para a importância da biodiversidade marinha e do Tratado BBNJ, ao mesmo tempo que elevam politicamente a importância do tratado (entre outros).</p> <p>1.2.9 Identificar um número limitado de ações conjuntas entre a África e a Europa para ratificar e aplicar o Tratado Mundial sobre os Plásticos, tais como a defesa conjunta da adoção do tratado em fóruns internacionais, salientando a responsabilidade partilhada na luta contra a poluição por plásticos.</p> <p>1.2.10 A organização de campanhas de sensibilização conjuntas através da mobilização de iniciativas emblemáticas de base existentes poderá demonstrar o potencial da colaboração transcontinental para ratificar o Tratado Mundial sobre os Plásticos. É igualmente necessário compreender melhor a utilização histórica do plástico nas zonas costeiras africanas e a sua relação com a poluição dos solos.</p> <p>1.2.11 Diálogos diplomáticos regulares entre os países europeus e africanos poderiam ajudar a alinhar as posições sobre o Tratado Mundial sobre os Plásticos e, assim, destacar as oportunidades de cooperação, como o alinhamento das políticas e regulamentações nacionais com os objetivos e princípios do Tratado Mundial sobre os Plásticos, podendo criar uma abordagem mais coesa e eficaz.</p>	<p>2024 – 2025</p> <p>2024 – 2025</p> <p>2024 – 2026</p> <p>2024 – 2026</p>			
	1.3 Trocar abordagens eficazes para a implementação das Estratégias nacionais da economia azul.	<p>1.3.1 Desenvolver plataformas para a publicação e partilha das melhores práticas de implementação das diferentes estratégias nacionais de economia azul, tanto no setor público como no privado.</p> <p>1.3.2 Facilitar a participação do setor privado, de modo 444a que o conhecimento das melhores práticas possa ser divulgado junto dos intervenientes privados e a que a transição para uma economia azul seja incentivada.</p>	<p>2024 – 2025</p> <p>2024 – 2030</p>	<ul style="list-style-type: none"> Trabalhar com plataformas de comunicação e partilha de conhecimentos sobre a economia azul Foram desenvolvidos diferentes conjuntos de protocolos de implementação de economia azul (ou práticas recomendadas) para diferentes contextos. Foi criada uma rede ativa de investigadores e profissionais experientes em economia azul 	<p>UE, UA, CER, UA-IIRA, AUDA-NEPAD, UNECA, PNUD, PNUMA, UA, AFD, GIZ, Banco Mundial, outros programas de desenvolvimento regional, governos nacionais e programas de desenvolvimento</p>	350 000

ÁREA DE AÇÃO	ATIVIDADE	RESULTADO	CRONOLOGIA	INDICADORES	INSTITUIÇÕES PARCEIRAS PROPOSTAS	ESTIMATIVA DAS NECESSIDADES FINANCEIRAS (EUR)
		<p>1.3.3 Desenvolver conjuntos de protocolos de implementação para contextos de desenvolvimento semelhantes em toda a África, que possam ser utilizados sem necessidade de consulta externa.</p> <p>1.3.4 Estabelecer uma rede de profissionais experientes para orientar a implementação exata das melhores práticas em contextos africanos únicos.</p> <p>1.3.5 Apoiar a comunicação e a monitorização das alterações implementadas para acompanhar os progressos, de modo a que estes possam ser partilhados e as práticas de trabalho identificadas.</p> <p>1.3.6 Institucionalizar e integrar a partilha de conhecimentos nas políticas nacionais e regionais.</p> <p>1.3.7 Harmonizar as estratégias nacionais de economia azul atuais e em desenvolvimento com as estratégias de maior escala, como as estratégias regionais e continentais, especificamente a Estratégia para a economia azul da UA. Isto inclui a harmonização da política nacional com os objetivos de desenvolvimento regionais e continentais.</p>	<p>2024 – 2026</p> <p>2024 – 2025</p> <p>2024 – 2030</p> <p>2024 – 2025</p> <p>2024 – 2025</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Iniciativas de economia azul lideradas pelo setor privado na sua área local • Lista de potenciais locais de implementação como locais de investigação primária para a aplicação de diferentes tratados internacionais • Relatórios periódicos sobre a evolução e o impacto das alterações implementadas • Políticas harmonizadas de economia azul a nível nacional, regional e continental 		
	1.4 Promover a transparência das pescas e a partilha equitativa dos benefícios.	<p>1.4.1 Integração do quadro da Iniciativa para a Transparência das Pescas (FiTI) nos sistemas convencionais de gestão das pescas e de dados.</p> <p>1.4.2 O desenvolvimento de plataformas de registo e armazenamento de dados de pesca facilmente acessíveis e seguras para recursos haliêuticos transfronteiriços individuais.</p> <p>1.4.3 Integração da participação das comunidades e envolvimento na gestão dos recursos haliêuticos, a fim de aumentar a transparência.</p> <p>1.4.4 Revisão regular das atuais abordagens de gestão, à medida que forem sendo disponibilizados novos dados, a fim de garantir a utilização de estratégias de gestão adequadas e otimizadas para a saúde a longo prazo da pescaria em causa.</p>	2024 – 2025	<ul style="list-style-type: none"> • Integração do quadro da Iniciativa para a Transparência das Pescas (FiTI). • Desenvolvimento de plataformas específicas de armazenamento de dados relativos à pesca • Desenvolvimento de protocolos seguros de registo de dados relativos à pesca • Desenvolvimento de programas de cogestão da pesca comunitária. • Revisão regular institucionalizada das estratégias, abordagens e procedimentos de gestão das pescas a nível nacional (pelo menos duas vezes por ano). • Aumento do número de certificações de sustentabilidade dos produtos da pesca e das unidades populacionais reconhecidas internacionalmente. 	UE, UA, CER, UA-IIRA, AUDA-NEPAD, UNECA, PNUD, PNUMA, AFD, GIZ, ADF, FAO, Banco Mundial, ORGP, programas de desenvolvimento regional, governos nacionais e programas de desenvolvimento, comunidades locais (a nível subnacional)	350 000

ÁREA DE AÇÃO	ATIVIDADE	RESULTADO	CRONOLOGIA	INDICADORES	INSTITUIÇÕES PARCEIRAS PROPOSTAS	ESTIMATIVA DAS NECESSIDADES FINANCEIRAS (EUR)
		<p>1.4.5 Apoiar o incentivo à certificação dos recursos haliêuticos e dos produtos da pesca através de certificações de sustentabilidade internacionalmente reconhecidas.</p> <p>1.4.6 Reavaliar os APPS e outros acordos de pescas internacionais para integrar a transparência e a partilha equitativa dos benefícios.</p> <p>1.4.7 Desenvolver programas de sensibilização e de formação sobre a importância e as vantagens da rastreabilidade, da certificação, da transparência e da necessidade de recolher dados sobre a pesca.</p> <p>1.4.8 Integrar a transparência, a rastreabilidade, a certificação e a necessidade de recolha de dados nas políticas nacionais e regionais de gestão das pescas.</p>		<ul style="list-style-type: none"> Institucionalização da revisão regular dos APPS e de outros acordos de pesca. Aumento do número de programas de sensibilização e de formação acessíveis ao público sobre a importância da transparência, da rastreabilidade e da certificação no setor das pescas. Políticas de pesca nacionais e regionais harmonizadas. 	<p>UE, UA, CER, UA-IIRA, AUDA-NEPAD, UNECA, PNUD, PNUMA, AFD, GIZ, ADF, FAO, Banco Mundial, ORGP, programas de desenvolvimento regional, governos nacionais e programas de desenvolvimento, comunidades locais (a nível subnacional)</p>	350 000
	1.5 Facilitar o diálogo sobre as preocupações relativas ao acesso ao mar e à abertura dos Estados sem litoral.	<p>1.5.1 Desenvolver plataformas nacionais específicas para o debate público que possam ser utilizadas para identificar as principais preocupações.</p> <p>1.5.2 Desenvolver protocolos em que as principais preocupações identificadas possam ser submetidas aos governos nacionais ou aos representantes internacionais para as apresentarem aos parceiros regionais e desenvolverem soluções em colaboração.</p> <p>1.5.3 Desenvolver uma base de dados regional que armazene áreas de desenvolvimento prioritário identificadas sobre o acesso aos recursos aquáticos a nível nacional. Esta base de dados deve ser de acesso livre e pode ser utilizada tanto pelo setor público como pelo setor privado para desenvolver soluções transnacionais de acesso aos recursos oceânicos.</p> <p>1.5.4 Institucionalizar o debate e o diálogo regulares a nível regional e continental.</p> <p>1.5.5 Apoiar a monitorização dos recursos oceânicos, para permitir a identificação do destino dos recursos oceânicos.</p>	<p>2024 – 2025</p> <p>2024 – 2025</p> <p>2024 – 2025</p> <p>2024 – 2025</p> <p>2024 – 2030</p>	<ul style="list-style-type: none"> Workshops nacionais regulares ou planeados, reuniões em vídeo e diálogos escritos (incluindo plataformas eletrónicas). Foram desenvolvidos protocolos para comunicar as preocupações do nível nacional às plataformas regionais e continentais. Bases de dados regionais funcionais e de acesso livre para registar, aceder e avaliar as preocupações relativas ao acesso aos recursos aquáticos. Planeamento de debates regulares, como conferências ou cimeiras internacionais, sobre o acesso aos recursos oceânicos e de água doce. Desenvolvimento e utilização de programas de monitorização (ou algoritmos integrados em regimes de monitorização existentes) para o acompanhamento dos recursos aquáticos. 	<p>UE, UA, CER, AUDA-NEPAD, UNECA, PNUD, Centros de excelência africanos, ONG, AFD, ADF, GIZ, Banco Mundial, universidades, governos nacionais e outros programas internacionais de desenvolvimento</p>	150 000

ÁREA DE AÇÃO	ATIVIDADE	RESULTADO	CRONOLOGIA	INDICADORES	INSTITUIÇÕES PARCEIRAS PROPOSTAS	ESTIMATIVA DAS NECESSIDADES FINANCEIRAS (EUR)
	1.6 Elevar a igualdade de género e o envolvimento das mulheres no setor marítimo.	<p>1.6.1 Apoiar o desenvolvimento de programas de apoio e proteção para mulheres e jovens trabalhadores e empresários em diferentes setores da economia azul (a todos os níveis).</p> <p>1.6.2 Apoiar o desenvolvimento de programas de igualdade de compensação em todos os setores da economia azul (a nível nacional, regional e continental).</p> <p>1.6.3 Integrar a dimensão do género nos programas de monitorização da economia azul, de modo a que os progressos das mulheres possam ser acompanhados à medida que a economia azul se desenvolve. Isto inclui a resolução das lacunas de dados sobre o género em setores específicos da economia azul.</p> <p>1.6.4 Desenvolver plataformas e programas de sensibilização para reconhecer os contributos das mulheres na ciência, na tecnologia e noutras áreas da economia azul.</p> <p>1.6.5 Integrar a igualdade de género e a igualdade de oportunidades nas estratégias nacionais da economia azul e nas iniciativas de implementação. Isto inclui o desenvolvimento de programas de apoio técnico e financeiro para grupos anteriormente marginalizados em todo o setor marítimo, tais como mulheres empresárias.</p> <p>1.6.7 Integrar a igualdade de género e a igualdade de oportunidades nas políticas nacionais, regionais e continentais da economia azul.</p>	<p>2024 – 2027</p> <p>2024 – 2027</p> <p>2024 – 2027</p> <p>2024 – 2025</p> <p>2024 – 2028</p> <p>2024 – 2028</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento do número de programas de apoio às mulheres em diferentes setores da economia azul. • Aumento do número de programas de igualdade de compensação em toda a economia azul. • Programas de monitorização da economia azul com referência explícita aos dados relativos ao género nos setores da economia azul. • Aumento do número de exposições e plataformas de reconhecimento dos contributos das mulheres para o desenvolvimento da ciência e tecnologia da economia azul. • Estratégias e programas da economia azul com referências explícitas e abordagens de desenvolvimento para a igualdade de género nos diferentes setores da economia azul. • Políticas de economia azul com referência explícita à igualdade de género (a nível nacional, regional e continental). 	UE, UA, CER, AUDA-NEPAD, PNUD, PNUMA, UNESCO, AFD, ADF, GIZ, FAO, Banco Mundial, programas de desenvolvimento regional, governos nacionais e programas de desenvolvimento	150 000
	1.7 Melhorar as condições de trabalho e a proteção social dos marinheiros e dos trabalhadores portuários.	<p>1.7.1 Adotar as principais convenções da OIT/OMI em matéria de trabalho e de proteção social.</p> <p>1.7.2 Integrar as convenções da OIT/OMI em matéria de trabalho e proteção social nas estratégias nacionais da economia azul. Integrar as convenções da OIT/OMI nas políticas a nível nacional, regional e continental.</p>	<p>2024 – 2027</p> <p>2024 – 2027</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Ratificação das convenções da OIT e da OMI em matéria de trabalho e de proteção social. • Referência específica às convenções laborais da OIT e da OMI (ou aos seus elementos subsequentes) nas estratégias e políticas da economia azul a nível nacional, regional e continental. 	UE, UA, CER, AUDA-NEPAD, UNESCO, PNUD, PNUMA, FAO, AFD, ADF, GIZ, Banco Mundial, OIT, OMI, governos nacionais, sistemas judiciais e programas de desenvolvimento (a nível nacional e regional)	250 000

ÁREA DE AÇÃO	ATIVIDADE	RESULTADO	CRONOLOGIA	INDICADORES	INSTITUIÇÕES PARCEIRAS PROPOSTAS	ESTIMATIVA DAS NECESSIDADES FINANCEIRAS (EUR)
		<p>1.7.3 Apoiar o desenvolvimento de mecanismos de benefícios sociais nos setores da economia azul. Estes incluem prestações de saúde, programas de educação para os filhos dos trabalhadores, seguros e a criação de programas de reforma.</p> <p>1.7.4 Apoiar o desenvolvimento de programas de sensibilização em matéria de direitos humanos e laborais para informar a força laboral atual e futura da economia azul.</p> <p>1.7.5 Desenvolver plataformas anónimas e facilmente acessíveis para denunciar violações dos direitos humanos e do trabalho.</p> <p>1.7.6 Facilitar a aplicação da legislação laboral em todos os setores da economia azul. Isto inclui capacitar a força laboral para denunciar violações de forma anónima (incluindo formação sobre como fazê-lo, que plataformas utilizar, etc.).</p> <p>1.7.7 Apoiar o desenvolvimento de programas de formação e de apoio às indústrias da economia azul. Isto inclui o desenvolvimento da literacia oceânica entre os trabalhadores da economia azul, além da formação de competências e áreas profissionais.</p>	<p>2024 – 2026</p> <p>2024 – 2025</p> <p>2024 – 2025</p> <p>2024 – 2027</p> <p>2024 – 2025</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Presença de prestações de saúde, programas de educação para os filhos dos trabalhadores, seguros e a criação de programas de reforma nos setores nacionais da economia azul. • Estabelecimento de programas ou campanhas de sensibilização regulares sobre os direitos laborais na economia azul. • Existem plataformas reconhecidas para denunciar anonimamente as infrações ao direito do trabalho. • Aumento potencial do número de condenações por infrações ao direito do trabalho • Foram criados programas regulares de formação e apoio em matéria de competências, áreas profissionais e literacia oceânica (idealmente, a nível nacional). 		

ÁREA DE AÇÃO	ATIVIDADE	RESULTADO	CRONOLOGIA	INDICADORES	INSTITUIÇÕES PARCEIRAS PROPOSTAS	ESTIMATIVA DAS NECESSIDADES FINANCEIRAS (EUR)
2. Partilha de capacidades	2.1 Facilitar a partilha de experiências sobre o desenvolvimento da política da economia azul e a política oceânica emergente.	<p>2.1.1 O desenvolvimento de uma plataforma online específica para a partilha de experiências e desafios políticos dos Estados nacionais africanos e europeus.</p> <p>2.1.2 Desenvolver protocolos de conduta e salvaguardas para a utilização da plataforma online, de modo a que as informações sensíveis em matéria de soberania não sejam divulgadas se não for essa a intenção.</p> <p>2.1.3 Estabelecer uma rede de especialistas em desenvolvimento de políticas para ajudar a conceber soluções políticas eficazes através da plataforma online.</p> <p>2.1.4 Apoiar a comunicação e monitorização das alterações implementadas para acompanhar o seu progresso, de modo a permitir a sua partilha e a identificação de práticas de trabalho.</p> <p>2.1.5 Institucionalizar e integrar a partilha de conhecimentos nas políticas nacionais e regionais.</p> <p>2.1.6 Apoiar a harmonização das políticas nacionais e regionais para facilitar os objetivos comuns de desenvolvimento através da plataforma online.</p>	<p>2024 – 2025</p> <p>2024 – 2025</p> <p>2024 – 2025</p> <p>2024 – 2028</p> <p>2024 – 2026</p> <p>2024 – 2028</p>	<ul style="list-style-type: none"> Foi criada uma plataforma online acessível e transparente de partilha de conhecimentos. Protocolos de proteção contra a divulgação de informações sensíveis do governo e da soberania. Rede(s) de especialistas e peritos em desenvolvimento de políticas. Quadro de monitorização ativa para medir os progressos no desenvolvimento de políticas. Políticas nacionais e regionais harmonizadas. Partilha integrada de conhecimentos nas políticas nacionais e regionais. 	UE, UA, CER, UA-IIRA, AUDA-NEPAD, PNUMA, PNUD, UNESCO, FAO, Banco Mundial, governos e legisladores nacionais	350 000
	2.2 Promover a monitorização e a contabilidade da economia azul e o ordenamento do espaço marinho.	<p>2.2.1 A aplicação de iniciativas nacionais e regionais de contabilidade azul (como a aplicação do kit de ferramentas de avaliação da economia azul já testado pela UNECA, que já foi experimentado nas Seychelles, no Ruanda, no Jibuti e na Tanzânia).</p> <p>2.2.2 Desenvolver quadros coerentes de monitorização e contabilidade nacionais e regionais para a economia azul.</p> <p>2.2.3 Implementação e institucionalização de um calendário regular de apresentação de relatórios aos governos nacionais ou às autoridades de planeamento (por exemplo, um mínimo de 2 relatórios por ano).</p>	<p>2024 – 2028</p> <p>2024 – 2026</p> <p>2024 – 2026</p>	<ul style="list-style-type: none"> Estabelecimento de instalações e instituições de contabilidade e monitorização azul. Quadros coerentes de monitorização e contabilidade nacionais e regionais para a economia azul (ou seja, a definição dos diferentes setores da economia azul deve ser a mesma e deve ser medida de forma semelhante). Relatórios nacionais regulares sobre a situação da economia azul. Plataforma(s) específica(s) de monitorização e contabilidade da economia azul. Os diálogos regulares de alto nível dizem respeito ao OEM e à criação de AMP e LLMA no âmbito do quadro 30x30. Equipa de trabalho comum dedicada à realização do 30x30 em África e na Europa 	UE, UA, CER, AUDA-NEPAD, UA-IIRA, PNUD, PNUMA, UNESCO, AFD, ADF, FAO, Banco Mundial, ORGP, programas de desenvolvimento regional, governos nacionais	1 400 000

ÁREA DE AÇÃO	ATIVIDADE	RESULTADO	CRONOLOGIA	INDICADORES	INSTITUIÇÕES PARCEIRAS PROPOSTAS	ESTIMATIVA DAS NECESSIDADES FINANCEIRAS (EUR)
		<p>2.2.4 Desenvolver uma rede internacional de instituições de contabilidade azul para partilhar e divulgar as melhores práticas e os novos desenvolvimentos. Recomenda-se igualmente o desenvolvimento de instituições ou plataformas continentais de informação sobre a contabilidade azul.</p> <p>2.2.5 Estabelecer diálogos regulares de alto nível, proporcionando uma plataforma para que os decisores e os profissionais da conservação de África e da Europa se reúnam, reconfirmem compromissos e avancem com ações conjuntas em prol da consecução do objetivo 30x30, através do reforço das AMP e do apoio às LMMA</p> <p>2.2.6 Prestar apoio aos governos de baixa capacidade para a realização do objetivo 30x30, proporcionando atividades de reforço das capacidades para a identificação, desenvolvimento e implementação de AMP, bem como para a partilha de informações sobre as melhores práticas e a resolução de problemas.</p> <p>2.2.7 Facilitar a colaboração em matéria de investigação para identificar as zonas biologicamente críticas, as fontes de poluição terrestres e os impactos climáticos que alteraram as zonas biológicas e o que isso significa para a criação de zonas de conservação marinha, e envolver o setor privado para fornecer às partes interessadas locais as ferramentas necessárias para gerir melhor as suas AMP, a fim de conservar 30% dos habitats marinhos até 2030.</p>	<p>2024 – 2025</p> <p>2024 – 2030</p> <p>2024 – 2028</p> <p>2024 – 2030</p>	<ul style="list-style-type: none"> Aumento do número de instrumentos de gestão das AMP e das LMMA 		
	2.3 Reforçar e estruturar uma rede África-Europa de instituições de investigação e ensino para a governação dos oceanos e a economia azul	<p>2.3.1 Desenvolvimento de uma visão comum (como um memorando de entendimento) e de um quadro para orientar os esforços de investigação da rede de investigação sobre a governação dos oceanos e a economia azul.</p> <p>2.3.2 Mapeamento exaustivo dos centros de excelência africanos e europeus para inclusão na rede de investigação proposta.</p>	<p>2024 – 2025</p> <p>2024 – 2026</p>	<ul style="list-style-type: none"> Estabelecimento de um manifesto comum de investigação ou ratificação de um memorando de entendimento comum de investigação. Revisão regular da visão comum da investigação para a rede. Resultados do levantamento exaustivo (lista) dos centros de excelência africanos e europeus relevantes. Criação de uma plataforma online específica para o intercâmbio de conhecimentos. 	UE, UA, CER, UNESCO, Banco Mundial, centros de excelência da UA (por exemplo, Universidade de Suez – Faculdade de Recursos Pesqueiros, Universidade de Rodas – Departamento de Ictiologia e Ciências da Pesca, Académie Regionale des Sciences et Techniques de la Mer – Cote d'Ivoire, etc.),	350 000

ÁREA DE AÇÃO	ATIVIDADE	RESULTADO	CRONOLOGIA	INDICADORES	INSTITUIÇÕES PARCEIRAS PROPOSTAS	ESTIMATIVA DAS NECESSIDADES FINANCEIRAS (EUR)
		<p>2.3.3 Desenvolver uma plataforma (online) específica para facilitar o intercâmbio de conhecimentos entre instituições de investigação no âmbito da rede.</p> <p>2.3.4 Estabelecer um conjunto de pontos de contacto específicos reconhecidos em cada instituição para facilitar a correspondência primária com outros membros da rede.</p> <p>2.3.5 Desenvolver um conjunto de critérios de seleção ou de desempenho para inclusão na rede de investigação, com base no impacto potencial relevante e no potencial de colaboração no âmbito da Parceria Oceanos África-Europa.</p> <p>2.3.6 Desenvolver protocolos para o intercâmbio regular de pessoal e de competências entre as diferentes instituições da rede.</p> <p>2.3.7 Institucionalizar seminários regulares no âmbito da rede de investigação para inspirar os seus membros e facilitar futuros desenvolvimentos da investigação.</p> <p>2.3.8 Apoiar o desenvolvimento de grandes programas de investigação transcontinentais alinhados com a visão comum da investigação.</p> <p>2.3.9 Desenvolver uma base de dados de peritos em oceanos e economia azul na UE e na UA para promover um intercâmbio de elevada qualidade.</p>	<p>2024 – 2025</p> <p>2024 – 2025</p> <p>2024 – 2025</p> <p>2024 – 2025</p> <p>2024 – 2027</p> <p>2024 – 2025</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Lista do pessoal de contacto principal das respetivas instituições da rede. • Estabelecimento de critérios de seleção para inclusão na rede de investigação. • Estabelecimento de protocolos para intercâmbios regulares de pessoal. • Cimeiras ou workshops anuais ou bianuais para o intercâmbio de investigação. • Desenvolvimento de programas de investigação em colaboração. • Criação de uma base de dados de investigadores e peritos reconhecidos a que se pode recorrer para consulta e formação. • Uma incubadora permanente de novas propostas e iniciativas estratégicas e concretas, de práticas inovadoras e de ações de sensibilização comuns. 	Centros de excelência da UE (por exemplo, COST Action, SEA-EU, EOREA, Jean Monnet CoE on Sustainable Blue Economy, etc.), universidades, ONG de investigação	
	2.4 Acelerar o desenvolvimento de uma literacia generalizada.	<p>2.4.1 Desenvolvimento de uma ou mais plataformas de partilha de informações online sobre temas relacionados com os oceanos e a economia azul.</p> <p>2.4.2 Desenvolvimento de protocolos para orientar a publicação de informações nas plataformas online. Isto inclui a verificação e certificação das plataformas online.</p>	<p>2024 – 2026</p> <p>2024 – 2025</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento do número de plataformas verificadas de partilha de informações sobre os oceanos. • Estabelecimento de protocolos para o rastreio e a verificação regulares das informações publicadas sobre os oceanos, a certificação das plataformas online e a deteção e redução da desinformação nas plataformas online. • Estabelecimento de redes de especialistas em oceanos, economia azul, línguas e comunicação. 	UE, UA, CER, AUDA-NEPAD, PNUD, PNUMA, UNESCO, FAO, ORGP, Banco Mundial, escolas e universidades (incluindo online), ONG, organizações governamentais e reguladoras nacionais e regionais, centros linguísticos, centros comunitários	350 000

ÁREA DE AÇÃO	ATIVIDADE	RESULTADO	CRONOLOGIA	INDICADORES	INSTITUIÇÕES PARCEIRAS PROPOSTAS	ESTIMATIVA DAS NECESSIDADES FINANCEIRAS (EUR)
		<p>2.4.3 Estabelecer uma rede de especialistas em oceanos e economia azul para desenvolver material para as plataformas online, em colaboração com peritos em linguística e comunicação, para facilitar uma melhor compreensão.</p> <p>2.4.4 Desenvolver protocolos para avaliar e rever as informações publicadas na plataforma online, numa tentativa de fornecer informações relevantes e não desinformação e propaganda.</p> <p>2.4.5 Estabelecer uma rede de peritos linguísticos para desenvolver palavras para os conceitos de oceano, governação dos oceanos e economia azul que não existam nas línguas indígenas nativas.</p> <p>2.4.6 Desenvolver campanhas acessíveis de informação e educação sobre os oceanos (tais como séries de seminários públicos) para implementação em instituições locais.</p> <p>2.4.7 Apoiar a participação do público nos temas, desafios e soluções da governação dos oceanos e economia azul. Isto inclui a criação de espaços para dar voz às preocupações, facilitar o reconhecimento dos esforços locais e incentivar a responsabilidade individual pelo desenvolvimento da economia azul.</p>	<p>2024 – 2025</p> <p>2024 – 2026</p> <p>2024 – 2026</p> <p>2024 – 2030</p> <p>2024 – 2030</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Lista do pessoal de contacto principal das respetivas instituições da rede. • Estabelecimento de critérios de seleção para inclusão na rede de investigação. • Estabelecimento de protocolos para intercâmbios regulares de pessoal. • Cimeiras ou workshops anuais ou bianuais para o intercâmbio de investigação. • Desenvolvimento de programas de investigação em colaboração. • Criação de uma base de dados de investigadores e peritos reconhecidos a que se pode recorrer para consulta e formação. • Uma incubadora permanente de novas propostas e iniciativas estratégicas e concretas, de práticas inovadoras e de ações de sensibilização comuns. 	Centros de excelência da UE (por exemplo, COST Action, SEA-EU, EOREA, Jean Monnet CoE on Sustainable Blue Economy, etc.), universidades, ONG de investigação	
	2.5 Reforçar e desenvolver a capacidade partilhada para a governação dos oceanos e a economia azul regenerativa	<p>2.5.1 Lançamento de um programa de formação e reforço das capacidades África-Europa sobre a governação dos oceanos e o desenvolvimento da economia azul.</p> <p>2.5.2 Tirar partido dos programas e organizações de desenvolvimento regional existentes para facilitar o reforço das capacidades de governação dos oceanos. Isto inclui a coordenação com as organizações regionais de gestão das pescas.</p> <p>2.5.3 Desenvolver programas de educação sobre práticas de governação dos oceanos, como uma universidade de verão ou cursos ad hoc, acessíveis através da Internet e apresentados em várias línguas.</p>	<p>2024 – 2026</p> <p>2024 – 2026</p> <p>2024 – 2026</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecimento de um programa de formação e reforço das capacidades Europa-África sobre a governação dos oceanos e o desenvolvimento da economia azul. • As ORGP facilitam o desenvolvimento de capacidades para a governação dos oceanos. • Aumento do número de cursos online, certificações ou seminários públicos presenciais sobre conceitos e práticas de governação dos oceanos. • Participação ativa da Universidade Euro-Africana na governação dos oceanos e no desenvolvimento da economia azul. 	UE, UA, CER, AUDA-NEPAD, PNUD, PNUMA, UNESCO, FAO, ORGP, Banco Mundial, escolas e universidades (incluindo online), ONG, organizações governamentais e reguladoras nacionais e regionais, centros linguísticos, centros comunitários	700 000

ÁREA DE AÇÃO	ATIVIDADE	RESULTADO	CRONOLOGIA	INDICADORES	INSTITUIÇÕES PARCEIRAS PROPOSTAS	ESTIMATIVA DAS NECESSIDADES FINANCEIRAS (EUR)
		<p>2.5.4 Facilitar a criação de uma Universidade Euro-Africana online sobre a governação dos oceanos e o desenvolvimento da economia azul.</p> <p>2.5.5 Desenvolver uma base de dados de peritos em oceanos e economia azul na UE e na UA para promover um intercâmbio de elevada qualidade e com capacidade para formar a força laboral de amanhã, incluindo os jovens.</p> <p>2.5.6 Incentivar o desenvolvimento de soluções de governação conjuntas, desenvolvendo sinergias e facilitando as relações entre setores industriais de diferentes Estados-Membros.</p> <p>2.5.7 Integrar o desenvolvimento das capacidades de governação dos oceanos noutros objetivos de desenvolvimento. Isto inclui a integração do reforço das capacidades no desenvolvimento de novas políticas.</p>	<p>2024 – 2026</p> <p>2024 – 2025</p> <p>2024 – 2030</p> <p>2024 – 2026</p>	<ul style="list-style-type: none"> Estabelecimento de uma base de dados de peritos reconhecidos em governação dos oceanos. Aumento do número de soluções conjuntas e de acordos de desenvolvimento entre os setores da economia azul dos Estados vizinhos. Políticas nacionais e regionais que integram o reforço da capacidade de governação dos oceanos, juntamente com o seu mandato principal. 	<p>UE, UA, CER, AUDA-NEPAD, PNUMA, PNUD, UNESCO, FAO, Banco Mundial, ORGP, escolas e universidades (incluindo online), ONG, organizações governamentais e reguladoras nacionais e regionais, centros comunitários</p>	

ÁREA DE AÇÃO	ATIVIDADE	RESULTADO	CRONOLOGIA	INDICADORES	INSTITUIÇÕES PARCEIRAS PROPOSTAS	ESTIMATIVA DAS NECESSIDADES FINANCEIRAS (EUR)
3. Financiamento e investimento	3.1 Contribuir para a elaboração conjunta de um Roteiro África-Europa para o Financiamento Azul.	<p>3.1.1 Criação de um grupo de trabalho para o acordo conjunto sobre o roteiro do financiamento azul.</p> <p>3.1.2 Criação de workshops para facilitar o diálogo e o debate sobre a contribuição e o contributo dos Estados-Membros para o roteiro do financiamento azul.</p> <p>3.1.3 Facilitar os requisitos logísticos inerentes à ratificação do roteiro pelos Estados-Membros ou organizações parceiras.</p> <p>3.1.4 Apoiar o desenvolvimento de projetos iniciais da economia azul de acordo com os princípios do financiamento azul.</p> <p>3.1.5 Integrar os princípios do financiamento azul sustentável nas estratégias e políticas nacionais, regionais e continentais da economia azul.</p>	<p>2024 – 2026</p> <p>2024 – 2025</p> <p>2024 – 2030</p> <p>2024 – 2026</p>	<ul style="list-style-type: none"> Criação de um grupo de trabalho específico para o desenvolvimento do Roteiro África-Europa para o Financiamento Azul. Organização e programação de uma série de workshops, diálogos online ou cimeiras. Elaboração de um plano de implementação ou execução para a ratificação do futuro Roteiro para o Financiamento Azul. Propostas de projetos com referência explícita aos princípios do financiamento azul. Estratégias e políticas de economia azul com referência explícita aos princípios do financiamento azul. 	UE, UA, CER, AUDA-NEPAD, PNUD, PNUMA-FI, instituições de fundos de desenvolvimento (por exemplo, AFD, ADF, ADB, BEI, BOAD, GIZ, entre outros), Banco Mundial, governos nacionais	150 000
	3.2 Promover a criação de novos mecanismos financeiros para a economia azul.	<p>3.2.1 Apoiar o desenvolvimento de centros especializados de financiamento azul e de informação e coordenação do financiamento a nível nacional e regional.</p> <p>3.2.2 Apoiar o desenvolvimento das infraestruturas necessárias para a operacionalização de mecanismos de financiamento inovadores (como blockchain e Fintech).</p> <p>3.2.3 Facilitar o desenvolvimento de uma rede de especialistas (ou organizações especializadas) para apoiar a operacionalização de mecanismos de financiamento inovadores.</p> <p>3.2.4 Desenvolver um conjunto de protocolos ou recomendações para a utilização dos mecanismos de financiamento disponíveis nos diferentes contextos nacionais.</p> <p>3.2.5 Apoiar o desenvolvimento de uma contabilidade azul eficiente e fiável.</p> <p>3.2.6 Apoiar o desenvolvimento de ambientes políticos nacionais e regionais favoráveis ao financiamento.</p>	<p>2024 – 2028</p> <p>2024 – 2028</p> <p>2024 – 2025</p> <p>2024 – 2026</p> <p>2024 – 2026</p> <p>2024 – 2026</p>	<ul style="list-style-type: none"> Mecanismos reconhecidos de informação e coordenação do financiamento azul a nível nacional e regional. Criação de uma rede de especialistas em financiamento e desenvolvimento de mecanismos de financiamento inovadores. Protocolos estabelecidos que especifiquem os mecanismos de financiamento disponíveis a nível nacional e regional (incluindo a revisão regular desses protocolos). Quadros integrados de contabilidade azul a nível nacional e regional. Políticas nacionais e regionais de economia azul que tenham integrado o desenvolvimento de um ambiente político propício ao financiamento. Realização de numerosas campanhas nacionais e regionais de sensibilização e informação sobre os mecanismos de financiamento disponíveis. 	UE, UA, CER, AUDA-NEPAD, PNUMA, PNUD, UNESCO, PNUMA-FI, Banco Mundial, bancos e fundos de desenvolvimento regional (AFD, ADF, BEI, BOAD, GIZ, entre outros)	350 000

ÁREA DE AÇÃO	ATIVIDADE	RESULTADO	CRONOLOGIA	INDICADORES	INSTITUIÇÕES PARCEIRAS PROPOSTAS	ESTIMATIVA DAS NECESSIDADES FINANCEIRAS (EUR)
		3.2.7 Desenvolver programas de sensibilização e campanhas de informação sobre mecanismos de financiamento inovadores.	2024 – 2025			
	3.3 Acelerar o investimento em grandes projetos nacionais e regionais de economia azul regenerativa.	<p>3.3.1 Desenvolver uma política fiscal específica para o investimento no setor da economia azul a nível nacional.</p> <p>3.3.2 Incentivar a utilização de mecanismos de financiamento sustentáveis em comparação com os mecanismos convencionais.</p> <p>3.3.3 Facilitar e incentivar a utilização de tokens azuis a nível nacional e regional. Isto inclui o desenvolvimento de uma plataforma de negociação de tokens azuis.</p> <p>3.3.5 Facilitar o desenvolvimento de resgate ou trocas de dívida pelo setor privado para mobilizar recursos para projetos de desenvolvimento (em grande e pequena escala).</p> <p>3.3.6 Incentivar a utilização de formas alternativas de compensação a nível nacional e regional, tais como créditos de nutrientes em vez de moeda fiduciária, uma vez que incentivam a regeneração e a manutenção dos ambientes naturais que os suportam.</p> <p>3.3.7 Colaborar com o setor privado para desenvolver apólices de seguro abrangentes para projetos de regeneração, a fim de facilitar a confiança dos investidores e reduzir os riscos.</p> <p>3.3.8 Apoiar a utilização de PPP como organismos de gestão de programas de regeneração. As PPP otimizam a prestação de um serviço e podem criar confiança nos investidores para um determinado projeto.</p> <p>3.3.9 Desenvolver programas de sensibilização e campanhas de informação sobre as opções de financiamento e gestão de projetos de desenvolvimento regenerativo da economia azul.</p>	<p>2024 – 2026</p> <p>2024 – 2030</p> <p>2024 – 2026</p> <p>2024 – 2027</p> <p>2024 – 2027</p> <p>2024 – 2028</p> <p>2024 – 2027</p> <p>2024 – 2025</p>	<ul style="list-style-type: none"> Política fiscal setorial específica para incentivar o desenvolvimento de setores baseados na regeneração. Aumento da utilização de diferentes mecanismos de financiamento sustentável. Estabelecimento de plataformas de negociação de tokens azuis. Aumento do número de acordos de remissão da dívida em troca de ações a favor da natureza ou de resgate de dívida no setor privado. A criação de incentivos fiscais que encorajem formas alternativas de compensação. Estabelecimento de uma gama de produtos de seguros para projetos de regeneração. Aumento do número de PPP para projetos de regeneração. Aumento do número de programas de sensibilização sobre as opções de financiamento disponíveis para projetos de reabilitação. 	<p>UE, UA, CER, FAO, Banco Mundial, bancos e fundos de desenvolvimento regional (por exemplo, AFD, ADF, BEI, BOAD, GIZ, entre outros)</p>	1 200 000

ÁREA DE AÇÃO	ATIVIDADE	RESULTADO	CRONOLOGIA	INDICADORES	INSTITUIÇÕES PARCEIRAS PROPOSTAS	ESTIMATIVA DAS NECESSIDADES FINANCEIRAS (EUR)
	3.4 Facilitar a criação de bancos regionais para o desenvolvimento da economia azul internacional	<p>3.4.1 Identificar os blocos regionais que os respetivos bancos regionais podem servir. O alinhamento com a demarcação das CER pode ser um ponto de partida útil.</p> <p>3.4.2 Desenvolver mandatos contextuais para cada banco regional para orientar as suas operações. Isto inclui uma revisão regular para garantir que os bancos regionais satisfazem as necessidades das suas regiões.</p> <p>3.4.3 Os bancos regionais podem facilitar ainda mais o desenvolvimento da economia azul, oferecendo taxas bancárias e taxas de conversão de moeda mais reduzidas do que os sistemas convencionais para as transferências associadas ao desenvolvimento da economia azul, incentivando assim a sua utilização.</p> <p>3.4.4 Ao oferecerem serviços em várias moedas, os bancos regionais podem facilitar o desenvolvimento da economia azul, reduzindo as barreiras associadas ao funcionamento em diferentes moedas nacionais, acelerando assim as transações comerciais e desenvolvendo as economias nacionais.</p> <p>3.4.5 Bancos regionais que funcionam como centros de ligação e coordenação para projetos de desenvolvimento.</p> <p>3.4.6 Facilitar o reconhecimento dos bancos regionais a nível nacional, bem como a sua integração nos sistemas bancários nacionais. Para tal, seria necessário assegurar a coerência com as leis e regulamentos nacionais para tornar operacional a sua utilização.</p> <p>3.4.7 Facilitar a integração nas organizações de desenvolvimento regional, nomeadamente nas CER.</p> <p>3.4.8 Identificar sinergias entre os bancos regionais africanos e europeus para a implementação das melhores práticas e oportunidades de colaboração, tais como a facilitação do financiamento de projetos de desenvolvimento em grande escala e o apoio a bancos públicos e privados.</p>	<p>2024 – 2025</p> <p>2024 – 2030</p> <p>2024 – 2030</p> <p>2024 – 2030</p> <p>2024 – 2030</p> <p>2024 – 2030</p> <p>2024 – 2030</p> <p>2024 – 2030</p>	<ul style="list-style-type: none"> Regiões designadas para serem servidas pelos bancos regionais. Estabelecimento de mandatos para cada um dos respetivos bancos de desenvolvimento. A presença de serviços em várias moedas e a revisão frequente do estatuto dos bancos regionais para garantir a maximização dos lucros não é o seu objetivo principal. Os bancos regionais são utilizados como fóruns para projetos e esforços colaborativos. Reconhecimento explícito e integração dos bancos regionais pelas instituições nacionais. Reconhecimento e utilização dos bancos regionais por outras organizações regionais, como as CER. Intercâmbio regular entre bancos regionais africanos e europeus. 	<p>UE, UA, CER, FAO, Banco Mundial, FMI, bancos e fundos de desenvolvimento regional (por exemplo, AFD, AdDB, BEI, BOAD, GIZ, entre outros)</p>	<p>350 000</p>

ÁREA DE AÇÃO	ATIVIDADE	RESULTADO	CRONOLOGIA	INDICADORES	INSTITUIÇÕES PARCEIRAS PROPOSTAS	ESTIMATIVA DAS NECESSIDADES FINANCEIRAS (EUR)
	3.5 Lançamento de fóruns empresariais anuais África-Europa sobre a economia azul, que funcionarão como exposições anuais para promover a colaboração e angariar apoio ao investimento na economia azul	<p>3.5.1 Apoiar o desenvolvimento de exposições anuais a nível nacional, regional e continental. Isto inclui a identificação de oradores e apresentadores e o apoio aos requisitos logísticos.</p> <p>3.5.2 Facilitar o desenvolvimento de uma base de dados online onde as apresentações possam ser armazenadas para acesso posterior, de modo a que os progressos possam ser acompanhados pelo público e por potenciais investidores.</p> <p>3.5.3 Desenvolver protocolos contextuais para facilitar a integração de novos investidores para apoiar projetos de desenvolvimento em curso.</p> <p>3.5.4 Desenvolver plataformas online para partilhar reações e promover novos projetos de colaboração.</p>	<p>2024 – 2026</p> <p>2024 – 2026</p> <p>2024 – 2026</p> <p>2024 – 2026</p>	<ul style="list-style-type: none"> Eventos anuais de apresentação da economia azul e da governação dos oceanos a nível nacional e regional. Criação de bases de dados específicas online associadas às exposições anuais. Estas incluem plataformas específicas para a gravação de apresentações anteriores, bem como plataformas para a partilha de comentários e a oferta de contributos para novos projetos de colaboração. Estabelecimento de protocolos para facilitar a integração de novos investidores. 	UE, UA, CER, PNUD, PNUMA, AFD, FAO, Banco Mundial, ORGP, programas de desenvolvimento regional, governos nacionais, rede de centros de excelência, universidades, empresas do setor privado	700 000



Escritório de Bruxelas

Treesquare
De Meeûssquare 5/6
1000 Bruxelas
Bélgica

Escritório da Cidade do Cabo

Unit 803
Touchstone House
7 Bree Street
Cidade do Cabo 8001
África do Sul

www.africaeuropfoundation.org